



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO, XX — Nº 74

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

Sessão Conjunta

Em 9 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-B/64 na Câmara nº 247/64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Disposição a que se refere

##### Rodovias

- | Nº | Disposição a que se refere  |
|----|---|
|    | Rodovias  |
| 1  | BR-359 (totalidade).  |
| 2  | BR-367 (totalidade).  |
| 3  | Da BR-269 as regiões: "Boa Esperança, Campos Gerais, Alfenas, Ferrania, Caconde, Pirassununga". |
| 4  | Da BR-373 as regiões: "Ipirai, Ponta-Grossa, Relógio, Barração".                                |
| 5  | Da BR-383, as regiões: "Conselheiro Lafaete, Caxambu".  |
| 6  | BR-417 (totalidade).  |
| 7  | BR-419 (totalidade).  |
| 8  | BR-420 (totalidade).  |
| 9  | BR-457 (totalidade).  |
| 10 | BR-458 (totalidade).  |
| 11 | BR-461 (totalidade).  |
| 12 | BR-474 (totalidade).  |

Sessão Conjunta

Em 10 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-B/64 na Câmara nº 247-64, no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Disposição a que se refere

##### Rodovias

- | Nº | Disposição a que se refere  |
|----|---|
|    | Rodovias  |
| 1  | Da BR-464 as regiões: "Campo Grande-Santa Cruz".                                    |
| 2  | Da BR-470, a região: "Lagoa Vermelha".  |
| 3  | Da BR-471, as regiões: "Soledade-Santa Cruz do Sul-Estremozilha-da do Sul-Canguçu". |
| 4  | BR-475 (totalidade).  |
| 5  | BR-476 (totalidade).  |
| 6  | BR-477 (totalidade).  |
| 7  | BR-478 (totalidade).  |
| 8  | BR-479 (totalidade).  |
| 9  | BR-480 (totalidade).  |
| 10 | BR-481 (totalidade).  |
| 11 | BR-482 (totalidade).  |
| 12 | BR-485 (totalidade).  |

Convocação de sessão conjunta, solene, para Comemoração do Primeiro Centenário da Batalha do Riachuelo

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 2º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para a sessão conjunta, solene, a realizar-se no dia 10 do corrente, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, em comemoração ao Primeiro Centenário da Batalha do Riachuelo.

Senado Federal, 8 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 15 e 16 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

- Ao Projeto de Lei nº 3 de 1963 (C.N.), que dispõe sobre subsídios e tá outras providências (veto parcial);
- Ao Projeto de Lei nº 3.459-B-61, na Câmara e nº 18, de 1965, no Senado, que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 226 da Consolidação da Lei do Trabalho (veto total);
- Ao Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964, na Câmara e nº 320, de 1964, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências (veto parcial).

Senado Federal, em 11 de maio de 1965. — Auro Moura Andrade.

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 23 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 22 de junho:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 817-B-59, na Câmara dos Deputados e nº 251-64 no Senado Federal, que permite consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

Dia 23 de junho:

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-61, na Câmara e nº 144-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, sobressalentes e ferramentas destinados às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua produção.

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.245-F-62, na Câmara e nº 78-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências.

Senado Federal, 26 de maio de 1965.

GABRILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

## Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 2.626-B de 1961, na Câmara e nº 79-64, no Senado), que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Senado Federal, 1 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 70, § 3º, da Constituição e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum e tendo em vista que numerosos vetos presidenciais pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, alguns transferidos de datas anteriormente marcadas e outros recentemente recebidos, resolve:

a) convocar sessões conjuntas para os dias 1, 6, 7, 13, 14, 15, 20 e 21 de julho próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) dar a essas sessões e às já convocadas para os dias 9, 10, 15, 16, 22, 23 e 29 de junho a destinação constante da relação anexa.

Senado Federal, 8 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

### Vetos presidenciais a serem apreciados no período de 8 de junho a 21 de julho de 1965

Dias 8, 9, 10 e 15 de junho, às 21,30 hs.

— Ao Projeto de Lei número 1.348-64, na Câmara, e número 447-64, no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação (veto parcial).

Dia 16 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.348-64, na Câmara, e número 247-64, no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação (veto parcial, em conclusão de votação);

— ao Projeto de Lei número 3-65 (CN), que dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 3.459-61, na Câmara, e número 13-65, no Senado, que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 226, da Consolidação das Leis do Trabalho, e na Lei número 4.178, de 11 de dezembro de 1962 (veto total).

Dia 22 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.223-B-61, na Câmara e número 120-64, no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências (veto parcial, em conclusão de votação).

Dia 23 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.424-B-64, na Câmara e número 323-64, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 30 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.303-C-64, na Câmara e número 225-64, no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das despesas apropriadas efetuadas no Nordeste (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.423-64, na Câmara, e número 312-64, no Senado, que fixa os vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 942-E-63, na Câmara, e número 233-64, no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências (veto parcial).

— ao Projeto de Lei número 2.203-E-64, na Câmara, e número 206-64, no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965 (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 2.349-B-64, na Câmara, e número 242-64, no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 817-E-59, na Câmara, e número 251-64, no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro (veto parcial).

Dia 1º de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.661-B-61, na Câmara e número 192-64, no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium, do Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.569-61, na Câmara, e número 8-64, no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.570-F-61, na Câmara e número 123-63, no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 333-B-63, na Câmara, e número 173-64, no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais, de qualquer natureza, que incidem ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada na Rua do Sal, número 145, em Recife, Pernambuco (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.153-B-64, na Câmara e número 207-64, no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.719-A-65, na Câmara e número 84-65, no Senado, que fixa os valores part. os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências (veto total).

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,
Ano .....	Cr\$ 96
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136

#### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 29,
Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos de quem preferir a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Dia 6 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 3.272-B-61, na Câmara e número 144-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção sobressalentes e ferramentas destinados às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua fabricação (veto total);

— ao Projeto de Lei número 4.245-E-62, na Câmara e número 78-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 7 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.439-A-64, na Câmara e número 11-64, no Senado, que autoriza a cessação, à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Mato Grosso, da área da fazenda denominada "Remonta", situada naquele Município, pertencente à União (veto total);

— ao Projeto de Lei número 1-65 (CN), que incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.426-B-61, na Câmara e número 79-64, no Senado, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.251-64, na Câmara e número 248-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda de qualquer natureza (veto parcial).

Dia 8 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 3.001-B-61, na Câmara e número 35-62, no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto para os trabalhadores em estabelecimentos comerciais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 5.2-B-65, na Câmara e número 213-64, no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.623-B-65, na Câmara e número 34-65, no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 13 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.360-64, na Câmara e número 271-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 14 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial, em conclusão).

Dias 15 e 20 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.322-64, na Câmara e número 247-64, no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial).

21 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 1.857-C-60, na Câmara e número 153-64, no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara, pela Lei número 3.752, de 14.4.1960 (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 926-63, na Câmara e número 139 de 1962, no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 617-B-63, na Câmara e número 109-63, no Senado, que concede isenção de imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.287-B-60, na Câmara e número 7-64, no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 362-B-64, na Câmara e número 279-64, no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 3.364-B-61, na Câmara e número 116-63, no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial).

### MENSAGEM

Nº 10, de 1965 (C.N.)

Nº de Origem 389

Senhores Membros do Congresso Nacional

A Emenda constitucional, que ora vou a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, encerra as providências, destinadas, como já anteriormente ocrecidas, a assegurar a lisura dos pleitos eleitorais e dar maior autenticidade à representação política. Trata-se, aliás, de medidas já propostas no Congresso Nacional e que não puderam ser objeto de deliberação por motivos regimentais.

2. A primeira dessas providências institui o requisito da declaração de bens para o registro dos candidatos a cargos eletivos. Está no consenso geral a necessidade dessa exigência, para que os responsáveis pela coisa pública, sejam sobranceiros a versões que muitas vezes comprometem a boa fama que deve ser o traço comum para todos eles. Não se trata, pois, de dificultar o registro dos candidatos, mas somente de assegurar-lhe um processo de defesa de sua reputação. Algum embaraço se cria, é para mal intencionados, que fazem dos cargos eletivos instrumentos de proseliteridade inconfessável. Alias para estes o deve haver lugar na vida pública.

3. Dir-se-á que essa providência poderia constar de lei ordinária, como algumas, já consta, e está consagrada no projeto de Código Eleitoral, em tramitação no Congresso. Mas é atalho e mesmo necessário erigir-lhe a preceito constitucional, para que lhe possa dar eficiência completa. Os efeitos da declaração falsa podem desde a denegação do registro até a perda do mandato, conforme o caso, pela lei comum não se conseguiriam aos esses resultados, em os dias a agência ora instituída perderia muita sua eficácia.

4. A outra inovação da Emenda tem finalidade corrigir uma das distorções que mais contribuem para viciar

os nossos costumes eleitorais — as nomeações em massa, feitas por administrações pouco zelosas para obtenção de vitórias nas urnas. Isto decorre muitos efeitos danosos, bastando citar a perturbação das manifestações da vontade popular, os pesados encargos para o erário público e a presença nos quadros administrativos de servidores em excesso ou sem condições para o serviço.

5. O texto proposto procura corrigir esse hábito não apenas pela proibição de nomeações, mas também de atos nos quais a experiência mostra que se esconde muitas vezes a ilegítima captação eleitoral. De outro lado, estende a proibição ao período posterior ao pleito, até o término do mandato. Não é excessivo esse cuidado, pois se destina a tornar eficiente a providência. E que, de outra maneira, a captação, ou mesmo diálogos a corrupção, prevaleceria através de promessas a serem cumpridas após o pleito, dando-se estímulos à prática dos famosos "testamentos" com que os governos tantas vezes encerram os seus dias.

6. E, pois, na certeza de que a Emenda anexa corresponde a uma necessidade da prática do sistema representativo entre nós que a submetemos ao exame e à decisão do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossas Excelências protestos de alta estima e distinta consideração.  
— H. Castello Branco.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1965 (C.N.)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Artigo 217, § 4º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º O pedido de registro de candidato a qualquer cargo eletivo será sempre acompanhado de declaração de bens de que constem a origem e as imputações patrimoniais.

Art. 2º Verificada, mediante processo estabelecido em lei, a falsidade da declaração, será negado o registro, ou cancelado, se já tiver sido feito.

§ 1º Ocorrendo a apuração da falsidade depois da eleição, não será expedido o diploma, que também se cassará, se já expedido.

§ 2º A lei assegurará sempre a eficácia do julgamento da Justiça Eleitoral para todos os seus efeitos, inclusive a perda de mandato, se for o caso.

Art. 3º São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigação de expiação alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término do mandato do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal, importem:

a) nomear ou admitir pessoal a qualquer título, no serviço centralizado ou autárquico, a não ser para cargos em comissão ou funções gratificadas, cargos da administração e ainda aqueles para cujo provimento tenha havido concurso de provas;

b) contratar obras ou adquirir equipamentos e máquinas, salvo mediante concorrência pública;

c) distribuir e aplicar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;

d) autorizar empréstimos por bancos oficiais, ou em que o poder público tenha maioria de ações, a Estado ou Município, salvo em caso de calamidade pública.

## SENADO FEDERAL

ATA DA 63ª SESSÃO, EM 8 DE JUNHO DE 1965

3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
Eduardo Armar.  
Cattete Pinheiro.  
Victorino Freire.  
Joaquim Parente.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Walfredo Gurgel.  
Argemiro de Figueiredo.  
Peçanha de Queiroz.  
Emílio de Moraes.  
Rui Palmeira.  
José Leite.  
Antônio Balbino.  
Josephat Marinho.  
Jefferson de Aguiar.  
Raul Gieberti.  
Vasconcelos Torres.  
Aurélio Vianna.  
Nogueira da Gama.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
Nelson Maculan.  
Milton Menezes.  
Atílio Fontana.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.  
Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

### EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

I — de restituição de autógrafos de projetos de lei sancionados (mensagens de 31 de maio):

Nº 133-65 (nº de origem 322-65) — autógrafos do Projeto de Lei número 2.631-B-65 na Câmara e nº 26-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os maquinismos e materiais importados pela "CEMAT" — Centrais Elétricas Mogroenses Sociedade Anônima" e dá outras providências (projeto que se transformou na Lei nº 4.642, de 31 de maio de 1965);

Nº 137-65 (nº de origem 323-65) — autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 27-65, que determina a inclusão da especialização de engenhheiro florestal na enumeração do art. 16 do Decreto-lei nº 2.329, de 10 de janeiro de 1934 (projeto que se transformou na Lei nº 4.642, de 31 de maio de 1965);

Nº 139-65 (nº de origem 324-65) — autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 27-65, que autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o fim que especifica (projeto que se transformou na Lei nº 4.645, de 31 de maio de 1965);

Nº 139-65 (nº de origem 325-65) — autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 42-65, que autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 88.000.000, para o fim que especifica (projeto que se transformou na Lei nº 4.645, de 31 de maio de 1965);

II — de agradecimento de comemoração sobre o pronunciamento do Congresso Nacional relativamente a veto presidencial:

Nº 151-65 (nº de origem 240-65), de 3 do mês em curso, com referência a) veto ao Projeto de Lei nº 19-34 (C.N.) que dispõe sobre o condomínio e sobre incorporação imobiliária;

III — de agradecimento de comemorações sobre o pronunciamento do Senado quanto a nomes escolhidos para cargos cujo provimento depende de prévia aquiescência desta Casa (mensagens de 3 do mês em curso):

Nº 153-65 (nº de origem 349-65) — escolha do Sr. João Arno Bauer para o Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina;

Nº 156-65 (nº de origem 350-65) — escolha dos Srs. Wanderbilt Duarte de Barros, Cesar Reis de Cantanhede Almeida, Hélio de Almeida Brum, General Jaul Pires de Castro e Paulo de Assis Ribeiro para membros da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

Nº 157-65 (nº de origem 351-65) — escolha do Diplomata Wagner Pimentel Bueno para a função de Embaixador Extraordinário do Brasil junto ao Governo da República de El Salvador;

Nº 158-65 (nº de origem 352-65) — escolha do Diplomata Antônio Maria de Pimentel Brandão para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Noruega;

Nº 159-65 (nº de origem 353-65) — escolha do Diplomata Roberto Jorge dos Guimarães Bastos para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Haiti;

IV — de agradecimento pela remessa de autógrafos de Decretos Legislativos promulgados (mensagens de 3 do mês em curso):

Nº 160-65 (nº de origem 354-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 18-65;

Nº 161-65 (nº de origem 355-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 25-65;

Nº 162-65 (nº de origem 356-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 26-65;

Nº 163-65 (nº de origem 357-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 27-65;

Nº 164-65 (nº de origem 358-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 28-65;

Nº 165-65 (nº de origem 359-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 29-65;

Nº 166-65 (nº de origem 360-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 30-65;

Nº 167-65 (nº de origem 361-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 31-65;

Nº 168-65 (nº de origem 362-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 32-65;

Nº 169-65 (nº de origem 363-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 33-65;

Nº 170-65 (nº de origem 364-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 34-65;

Nº 171-65 (nº de origem 365-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 35-65;

Nº 172-65 (nº de origem 366-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 36-65;

Nº 173-65 (nº de origem 367-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 37-65;

Nº 174-65 (nº de origem 368-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 38-65;

Nº 175-65 (nº de origem 369-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 40-65;  
 Nº 176-65 (nº de origem 370-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 41-65;  
 Nº 177-65 (nº de origem 371-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 42-65;  
 Nº 178-65 (nº de origem 372-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 43-65;  
 Nº 179-65 (nº de origem 373-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 44-65;  
 Nº 180-65 (nº de origem 374-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 45-65;  
 Nº 181-65 (nº de origem 375-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 46-65;  
 Nº 182-65 (nº de origem 376-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 47-65;  
 Nº 183-65 (nº de origem 377-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 48-65;  
 Nº 184-65 (nº de origem 378-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 49-65;  
 Nº 185-65 (nº de origem 379-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 50-65;  
 Nº 186-65 (nº de origem 380-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 51-65;  
 Nº 187-65 (nº de origem 381-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 52-65;  
 Nº 188-65 (nº de origem 382-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 53-65;  
 Nº 189-65 (nº de origem 383-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 54-65;  
 Nº 190-65 (nº de origem 384-65) — autógrafos do Decreto Legislativo número 55-65.

## MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

## MENSAGEM

## Nº 190, DE 1965

(Nº 321, DE 1965, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara número 2.719-65 (no Senado nº 54-65), que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais, em face das razões que passo a expor:

## Razões:

O projeto em aprêço, ao fixar novos níveis de vencimentos para os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, contraria o disposto no artigo 5º do Ato Institucional, por acarretar aumento de despesa sem a iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, cria o projeto novos onus para o erário, num momento em que se envidam todos os esforços para a contenção dos gastos governamentais, além de estabelecer padrões de vencimentos incompatíveis com os princípios de administração de pessoal, colocando tais servidores em superioridade de tratamento em relação aos funcionários do Poder Executivo.

São estas as razões que me levam a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 31 de maio de 1965.  
 — H. Castello Branco

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, fixados pela Lei número 4.067, de 5 de junho de 1962, são os constantes da tabela anexa.

§ 1º. A importância da gratificação de função é igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º. Ao funcionário designado para o exercício de encargos da chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção de vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º. O salário-família é fixado em Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º. Aplica-se esta lei aos servidores inativos deste Tribunal independente de prévia apostila.

Art. 4º. As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de julho de 1964.

Art. 5º. Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º. Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1965, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 890.000.000 (oitocentos e noventa milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da presente Lei e que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

## TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1º DA LEI.

Símbolos	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	198.000
PJ-12	167.000
PJ-13	151.000
PJ-14	140.000
PJ-15	128.000
PJ-16	169.000

## Funções Gratificadas

1-F	300.000
2-F	285.000
3-F	270.000
4-F	255.000

Senado Federal, em 26 de maio de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

## MENSAGEM

## Nº 191, DE 1965

(Nº 338, DE 1965, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais, o Projeto de Lei da Câmara nº 3.001-E-61 (no Senado nº 35-62), que altera os artigos 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que adotam medidas obrigatórias para diminuir a fadiga dos empregados.

Incide o veto sobre a expressão intercalada no artigo 1º: "... pela autoridade competente, de primeira instância, do Departamento Nacional do Trabalho.

## Razões:

A época da apresentação do projeto de lei em exame, as multas por infração aos dispositivos de legislação trabalhista eram aplicadas no Distrito Federal, pela autoridade de 1ª instância, do Departamento Nacional do Trabalho.

Atualmente, no entanto, com a criação da Delegacia Regional do Trabalho no Distrito Federal, a esta cabe a aplicação das multas em aprêço. A fim de se atualizar o texto em exame, vota-se essa expressão.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 2 de junho de 1965. — H. Castello Branco.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Altera os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que adotam medidas obrigatórias para diminuir a fadiga dos empregados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 180 e 223, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180. Para evitar a fadiga, será obrigatória a colocação de assentos nos locais de trabalho, ajustáveis à altura da pessoa e à natureza da função exercida, destinados a serem utilizados pelos empregados.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Previdência Social promoverá a expedição das normas necessárias à adaptação e aplicação do disposto neste artigo às diferentes categorias de empregados".

"Art. 223. As infrações ao disposto no presente Capítulo serão punidas com multa de Cr\$ 50 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), aplicadas, no Distrito Federal, pela autoridade competente, de 1ª instância, do Departamento Nacional do

Trabalho e, nos Estados e Territórios pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprêgo de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2º Nos casos de infração ao disposto no art. 180, a multa será de Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros).

§ 3º O processo, na reaverificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será previsto no Título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 24 de maio de 1965. — Batista Ramos. — Nilo Coelho. — Henrique de La Roque.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

## MENSAGEM

## Nº 192, DE 1965

(Nº 339, DE 1965, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 562-E-65 (no Senado nº 220-56), que dispõe sobre a legitimidade adotiva, por considerá-lo inconstitucional.

Incide o veto sobre

1) No artigo 6º § 2º, a expressão final: "dêles não podendo ser fornecida certidão".

## Razões:

A parte vetada não se conforma ao preceito contido no art. 141, § 3º, número III, da Constituição, segundo o qual: "a Lei assegurará a expedição de certidões requeridas para a defesa de direito".

Não se vetou a parte final do caput do art. 6º "dêles não podendo o oficial fornecer certidões" por se entender que a restrição aqui, feita em obsequio do sigilo pretendido pelo legislador, é mera limitação ao oficial de registro para que não pudesse, a juízo próprio, fornecer certidão indiscriminadamente e, assim quebrar o sigilo. Já no § 2º do art. 6º, a proibição sendo ampla e, por isso, inconstitucional.

2) No parágrafo único do art. 8º: a expressão inicial "Em casos especiais", a expressão intercalada "do menor" e a expressão final "esclarecendo apenas a alteração do nome do menor".

Razões: Vetam-se essas expressões como consequência do veto aposto à parte final do parágrafo 2º do art. 8º, pelas mesmas razões expostas no item 1.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 2 de junho de 1965. — H. Castello Branco.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a legitimidade adotiva. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É permitida a legitimação adotiva do infante exposto, cujos pais sejam desconhecidos ou hajam decla-



ado por escrito que pode ser dado, bem como do menor abandonado propriamente dito até 7 (sete) anos de idade, cujos pais tenham sido destituídos do pátrio poder; do órfão da mesma idade, não reclamado por qualquer parente por mais de um ano; e, ainda, do filho natural reconhecido apenas pela mãe, impossibilitada de prover a sua criação.

§ 1º Será também permitida a legitimação adotiva em favor do menor, com mais de 7 (sete) anos, quando à época em que completou essa idade, já se achava sob a guarda dos legitimantes, mesmo que estes não preenchessem então as condições exigidas.

§ 2º A legitimação só será deferida após um período mínimo de 3 (três) anos de guarda do menor pelos requerentes. Para esse efeito, será computado qualquer período de tempo, desde que a guarda se tenha iniciado antes de completar o menor 7 anos.

Art. 2º Somente poderão solicitar a legitimação adotiva dos menores referidos no artigo anterior os casais cujo matrimônio tenha mais de 5 (cinco) anos e dos quais pelo menos um dos cônjuges tenha mais de 30 (trinta) anos de idade, sem filhos legítimos, legitimados ou naturais reconhecidos.

Parágrafo único. Será dispensado o prazo de 5 (cinco) anos de matrimônio, provada a esterilidade de um dos cônjuges, por perícia médica, e a esterilidade conjugal.

Art. 3º Autorizar-se-á, excepcionalmente, a legitimação ao viúvo, ou viúva, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, provado que o menor esteja integrado em seu lar e onde viva há mais de 5 (cinco) anos.

Art. 4º Os cônjuges desquitados, havendo começado a guarda do menor, no período de prova, na constância do matrimônio, e concordando sobre ela após a terminação da sociedade conjugal, podem requerer a legitimação, obedecendo, quanto à guarda e proteção, o disposto nos arts. 325, 326 e 327, do Código Civil.

Art. 5º Com a petição será oferecida certidão de casamento, atestado de residência, folha de antecedentes, prova de idoneidade moral e financeira, atestado de inexistência de filhos, prova de abandono do menor e destituição do pátrio poder, bem como atestado de sanidade física, provando que nenhum dos requerentes sofre de moléstia contagiosa.

§ 1º O Juiz, tendo em vista as conveniências do menor, o seu futuro e bem estar, ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, as diligências e sindicâncias que julgar necessárias, correndo, contudo, o processo em segredo de justiça.

§ 2º Feito a prova e concluídas as diligências, o Juiz ouvido o Ministério Público, proferirá sentença da qual caberá recurso de reexame para o Tribunal de Justiça, com efeito suspensivo.

Art. 6º A sentença deferindo a legitimação terá efeitos constitutivos, devendo ser inscrita, mediante mandado no Registro Civil, como se se tratasse de registro fora do prazo, no qual se consignará os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os nomes dos ascendentes dos mesmos. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidões.

§ 1º Nas certidões do registro nenhuma observação poderá constar sobre a origem do ato.

§ 2º O registro original do menor será anulado, também por mandado do Juiz, o qual será arquivado, dele não podendo ser fornecida certidão.

§ 3º Feita a inscrição, cessam os vínculos da filiação anterior, salvo para os efeitos do art. 183 do Código Civil.

Art. 7º A legitimação adotiva é irrevogável, ainda que aos adotantes venham a nascer filhos legítimos, aos

quais estão equiparados os legitimados adotivos, com os mesmos direitos e deveres estabelecidos em lei.

Art. 8º A violação do segredo estabelecido neste capítulo, salvo decisão judicial, sujeitará o funcionário responsável às penas do art. 325 do Código Penal.

Parágrafo único. Em casos especiais, a critério do Juiz, para salvaguarda de direitos do menor, poderão ser fornecidas certidões esclarecendo apenas a alteração do nome do menor.

Art. 9º O legitimado adotivo tem os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorrer com filho legítimo superveniente à adoção (Código Civ. § 2º do art. 1.605).

§ 1º O vínculo da adoção se estende à família dos legitimantes, quando os seus ascendentes derem adesão ao ato que o consagrou.

§ 2º Com a adoção, cessam os direitos e obrigações oriundas da relação de parentesco do adotado com a família de origem.

Art. 10. A decisão confere ao menor o nome do legitimante e pode determinar a modificação do seu prenome, a pedido dos cônjuges.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 24 de maio de 1965. — *Batista Ramos*. — *Nilo Coelho*. — *Henrique La Rocque*.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

## MENSAGEM

Nº 193, DE 1965

(Nº 340, DE 1965, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87 II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.636-B-65 (no Senado nº 34-65) que concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais.

Incide o veto sobre:

1) O parágrafo 2º do artigo 1º.

Razões:

Ao estabelecer limite de pensão não fixado no projeto inicial, esse parágrafo contraria o disposto no artigo 5º do Ato Institucional, pois acarreta aumento da despesa inicialmente prevista na proposta do Poder Executivo.

2) O artigo 2º.

Razões:

A disposição em apêço reveste-se também de inconstitucionalidade, uma vez que, ao fazer retroagir o pagamento de benefício, com a consequente abertura de crédito especial para atender à despesa referente aos exercícios de 1964 e 1965 (artigo 9º), importa em alteração do projeto inicial do Poder Executivo, acarretando aumento de despesa, o que contraria o artigo 5º do Ato Institucional.

3) O artigo 4º.

Razões:

O dispositivo vetado é inócuo pois, face ao disposto no § 4º do art. 7º do Ato Institucional, não cabe "de me-

ritis" apreciação judicial dos atos mencionados no § 1º do mesmo artigo. Por outro lado, o artigo 10 do Ato Institucional exclui a apreciação judicial dos atos que suspenderam direitos políticos ou cassaram mandatos legislativos. Sua manutenção seria inconveniente, ainda, pelas implicações quanto à possibilidade de revisão dos atos decorrentes do Ato Institucional.

4) O artigo 5º e parágrafo.

Razões:

O projeto original não previa a extensão de pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos suspensos ou cassados nos termos do Ato Institucional. Por esse motivo, esse artigo também contraria o artigo 5º daquele Ato. Por outro lado, pela redação do parágrafo único do artigo 5º a pensão dos beneficiários dos congressistas seria paga pelo Tesouro Nacional, não havendo a alternativa de ser efetuado o pagamento pela instituição de previdência.

Ora, a Lei nº 4.284, de 30 de novembro de 1963, que cria o Instituto de Previdência dos Congressistas, dá aos seus membros direito a uma pensão se houverem cumprido no mínimo, 8 (oito) anos de mandato.

Acresce, ainda, que o art. 5º da Lei nº 4.284, citada facultou aos parlamentares que de futuro, não se reelegerem, continuarem a contribuir até ultrapassar as cotas relativas a 8 anos.

Dessa forma, presume-se que todos os parlamentares atingidos pelo Ato Institucional terão direito a um amparo pelo seu Instituto de Previdência. Assim, se prevalecer o aludido dispositivo do Projeto, os parlamentares poderão ter pensão pelo Instituto de Previdência dos Congressistas e os seus beneficiários outra em virtude do projeto em exame, não se aplicando a regra do art. 7º, que veda a acumulação de benefícios.

5) O artigo 9º.

Razões:

O projeto inicial não previa a abertura de qualquer crédito. Veta-se pois esse dispositivo, por ser igualmente contrário ao artigo 5º do Ato Institucional.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 2 de junho de 1965. — *H. Castello Branco*.

Sanciono em parte, pelas razões constantes da Mensagem anexa. Em 2 de junho de 1965. — *H. Castello Branco*.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos beneficiários dos funcionários públicos civis e dos servidores da administração pública descentralizada que, em 9 de abril de 1964, gozavam de estabilidade ou vitaliciedade, bem como aos dos empregados estáveis das sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, será concedida uma pensão especial.

§ 1º. O benefício outorgado por esta lei será pago pelo Tesouro Nacional ou pelos Institutos de Previdência, observadas, em cada caso, as nor-

mas vigentes relativas aos casos de morte do titular do cargo ou de emprego e as regras especiais estabelecidas na presente lei.

§ 2º em nenhuma hipótese, a pensão de que trata este artigo poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos-base do funcionário, de servidor ou de empregado demitido.

Art. 2º A pensão constante do artigo anterior será concedida a partir da data da demissão do funcionário, do servidor ou do empregado.

Art. 3º Cessam automaticamente os benefícios desta lei, desde que o servidor ou empregado venha a exercer qualquer cargo público ou emprego em sociedade de economia mista.

Art. 4º O recebimento da pensão especial, por parte do beneficiário do demitido, não prejudicará recurso judicial ou administrativo.

Art. 5º Estão incluídos no favor do artigo 1º desta lei os beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos suspensos ou cassados nos termos do Ato Institucional, desde que o requeriram dentro de um ano, a contar da data da publicação desta lei.

Parágrafo único. A pensão dos beneficiários referidos neste artigo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixo e será paga pelo Tesouro Nacional, através da repartição competente, durante o direito ao benefício desde a data da privação do exercício do mandato até o fim da presente legislatura.

Art. 6º A pensão concedida na forma da presente lei sofrerá os efeitos previstos na legislação em vigor.

Art. 7º Os benefícios desta lei não poderão ser acumulados com vencimentos, proventos ou pensão outra do Poder Público, ressalvado o direito de optar.

Art. 8º Os beneficiários de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares, que continuam a perceber, por qualquer modo, do Tesouro Nacional ou dos Institutos de Previdência, não farão jus à pensão especial instituída por esta lei.

Art. 9º Para fazer face às despesas desta lei, relativas aos exercícios de 1964 e 1965, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965. — *Camilo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

## RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES:

I — do Sr. Ministro das Minas e Energia

Aviso GM 122-65, de 2 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 103-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

II — do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas

Aviso nº 358-GM, se mdada, com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 143-62;

Aviso:

III — do Sr. Prefeito do Distrito Federal

Ofício nº 1.178, de 7 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 115-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres.

Ofício nº 60-65, de 2 de abril, do Diretor-Presidente da Companhia de Navegação do São Francisco — Encaminha, em cumprimento do disposto no art. 12, § 6º, da Lei nº 2.599, de 13-9-1955, cópias do Balanço, da

Conta de Lucros e Perdas, do Relatório da Diretoria e do Parecer do Conselho Fiscal da mesma empresa, relativos ao exercício de 1964.

#### OFÍCIO

Do Sr. Presidente da Junta Comercial de São Paulo, como segue:

#### SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

Ofício nº 328-UC

São Paulo, 10 de maio de 1965

Ao Senado Federal — Brasília.

Prezados Senhores,

Pela presente, comunicamos a V. Ss. que em sessão extraordinária especial, realizada aos 4 de maio de 1965, o Colégio dos Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo, pela unanimidade de seus membros, aprovou o projeto assentamento de Usos e Costumes sobre Normas Bancárias (D.O. E. de 8-5-65).

Cumpre-nos esclarecer que este Assentamento foi possível à vista da cooperação prestada pela Comissão encarregada de sua elaboração, que se encontrava formada pelos seguintes membros: Kamel Miguel Nahas, Aristóteles Ribeiro, Cláudio Salvador Lembo, Manary Vasconcellos Mendes, Omar Hamam e Paulo Cintra do Camargo.

Para avaliar-se a importância dessa medida da Junta, basta assinalar que, desde 1927, é esta a primeira vez que o órgão se manifesta sobre a matéria tão relevante, através de normas contidas em nove artigos, consolidando e assentando regras bancárias abrangidas especificamente para: 1) cheque visado; 2) autenticação mecânica; 3) endosso de títulos e duplicatas a bancos; 4) retenção de títulos descontáveis.

Anexando o B.O.E. o que publicou o referido assentamento

#### SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

Assentamento de Usos e Costumes sobre Assuntos Bancários

Art. 1º Os Bancos, ao visarem cheques, retiram, no ato, a respectiva provisão de conta corrente do emitente, transferindo-a para uma conta específica de cheques visados. Em consequência, fica a provisão à disposição somente dos portadores legítimos, podendo achar-se entre estes o próprio emitente. No ato do pagamento de tais cheques, os Bancos apenas dão baixa na respectiva provisão anteriormente lançada na conta de cheques visados.

Art. 2º Os Bancos costumam fixar em 30 e 120 dias a validade do "visto", respectivamente para a praça e para o País. O resgate de tais cheques, fora desses prazos, costuma sujeitar-se à aprovação especial do Banco sacado.

Art. 3º O cheque visado apresentado em praça diferente daquela do "visto", mas no mesmo estabelecimento bancário, poderá ser pago, mas não obrigatoriamente.

Art. 4º Opera-se o cancelamento do cheque visado quando for ele devolvido por incho e sem rasuras ao Banco sacado, acompanhado de solicitação escrita do emitente. Com base nesta, o Banco reverterá para a conta corrente do emitente o valor do cheque visado.

Art. 5º Os Bancos podem cancelar e restituir ao emitente o valor do cheque visado por esse declarado extraviado, mediante abertura de um processo interno de cancelamento. O cancelamento se faz mediante estorno a crédito da conta-corrente do emi-

lente e consequência baixa da respectiva provisão lançada na conta de cheques visados. No recibo passado pelo emitente, pela restituição do valor do cheque extraviado, assume ele, perante o Banco, a responsabilidade integral por eventual e futura apresentação do cheque.

Art. 6º O cheque visado por Banco participante da Câmara de Compensação, costuma, sempre "pro solvendo", servir para pagamento de títulos em carteiras bancárias.

Art. 7º Os recibos de depósitos bancários e a quitação de duplicatas e títulos cambiais, quando autenticados mecanicamente, são aceitos como legítimos, desde que estejam regularmente revestidos das seguintes características: símbolo do Banco, número e data da operação, valor depositado (valor recebido) e número da máquina autenticadora.

Art. 8º Os títulos cambiais e duplicatas, endossados a Bancos, são pagos nas caixas destas, precedendo aviso aos devedores principais. Igual aviso poderá ser remetido aos demais coobrigados, se esses títulos foram descontados no próprio Banco.

Art. 9º Os Bancos retêm títulos e saldos de qualquer um dos obrigados em operações vencidas a seu favor, até a liquidação das respectivas responsabilidades, presumindo-se conexão entre a dívida e a conta retida.

Ofício nº 1.444, de 4 do mês em curso, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, a seguinte proposição:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 22, DE 1965

(Nº 213-B, DE 1965, NA ORIGEM)

Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 658, DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o artigo 68, inciso I, da Constituição Federal temos a honra de apresentar à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de uma Exposição de Motivos, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1964.

Brasília, em 13 de novembro de 1964. — C. BRANCO.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Sua Excelência o Senhor Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à assinatura de Vossa Excelência a anexa Mensagem que circunscribe o exame e ratificação do Congresso Nacional o "Acordo Internacional do Cacau", cujo texto segue também junto.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, os Governos do Brasil, Camarões, Costa do Marfim, Nigéria, Gana e Togo, assinaram-no, em 14 de setembro último, no Rio de Janeiro, tendo o Brasil sido repre-

sentado pelo Deputado Daniel Faraço, Ministro da Indústria e do Comércio, nomeado Plenipotenciário para este fim. Sob sua Chefia foi constituída uma Delegação integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Indústria e do Comércio, das Relações Exteriores, das Cartas de Comércio Exterior e de Comércio do Banco do Brasil S. A., da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Instituto do Cacau da Bahia, do Conselho Consultivo do Governo Federal para Assuntos do Cacau, da Comissão de Comércio do Cacau da Bahia, da Confederação Rural Brasileira, e um observador especial da Presidência da República, tendo as duas Casas do Congresso sido igualmente convidadas a enviar observadores parlamentares.

3. O instrumento ora assinado representa um marco positivo e concreto na evolução das negociações que, desde 1958, vêm sendo realizadas com vistas à estabilização e regularização do comércio internacional de cacau. Como se sabe naquele ano, a Comissão de Produtos de Base da F.A.O. criou um "Grupo de Estudos do Cacau", com finalidade de estudar a produção, o consumo e o comércio de cacau, considerar medidas para promover a expansão de sua produção, e consumo, e recomendar soluções para possíveis dificuldades das relacionadas com o produto.

4. As variações do preço do cacau levaram à criação de um grupo de trabalho especial para examinar sua estabilização; ante as modificações ocorridas na economia cacaueira mundial (sobretudo o crescimento da produção dos países africanos), esse grupo concluiu, em 1961, pela oportunidade de um acordo tipo quota de exportação, com a participação de produtores e consumidores, cujas linhas gerais foram traçadas em maio de 1962, em reunião realizada em Acra.

5. A Organização das Nações Unidas convocou então uma Conferência Negociadora do Acordo, que se reuniu em Genebra, precedida de vários encontros preparatórios. Nesta oportunidade mostraram os países consumidores, acentuado desinteresse em levar adiante a ideia do acordo, de forma a que realmente fossem atendidas as justas pretensões dos países produtores. As divergências entre os dois grupos de países centralizaram-se, sobretudo, na fixação de preços máximo e mínimo e na questão da remoção de barreiras ao comércio do produto, pontos sobre os quais houve impasse final que levou à suspensão dos trabalhos da Conferência, sem a conclusão do acordo.

6. A Delegação brasileira presente à Conferência de Genebra imaginou então transformar a frustração resultante entre os países produtores numa atitude positiva, capaz de produzir efeitos imediatos no mercado e fortalecer a posição geral dos países em desenvolvimento em outros fóruns internacionais. Em consulta preliminar com os demais produtores, encontrou reação favorável e por vezes entusiásticas à ideia de um acordo de produtores. Estes anunciaram então, quando foram interrompidas as negociações, que, em vista da impossibilidade de resolver aquela altura o impasse surgido, já tinham iniciado entendimentos para a conclusão de um convênio só de produtores, na base de um anteprojeto de autoria brasileira.

7. Cabe-me recordar que, naquela altura, os maiores exportadores já eram parte de uma "Aliança dos Produtores de Cacau", entidade internacional que congrega os Governos do Brasil, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Togo (os cinco pri-

meiros respondem por mais de 80% da produção mundial), destinada a tratar dos problemas de escoamento de safras, trocas de informações técnicas, intercâmbio de especialistas, manutenção de preços adequados, abastecimento do mercado mundial, relações culturais, e assuntos conexos.

8. A Aliança, que resultara igualmente de proposta brasileira formulada em 1961, instalou-se formalmente em maio de 1962, com sede em Lagos, Nigéria, e realizou reuniões em que foram adotadas decisões importantes com relação à atuação coordenada dos produtores de cacau na defesa de seus interesses, fixando posições a serem sustentadas em conjunto na Conferência Negociadora, com relação a quotas, objetivos de preços, obstáculos ao consumo, duração do acordo, questão do poder de veto, participação dos pequenos produtores, problemas de cacau fino e outros pontos.

9. Embora tenha assim prestado uma contribuição positiva para o estudo dos problemas comuns dos produtores, faltava à Aliança o arcabouço estatutário e institucional para implementar políticas de preços, corrigir práticas de comercialização inadequadas, recomendar políticas de produção em função de políticas de preços e atrair os produtores menores. Diante, portanto, do insucesso da Conferência Negociadora convocada pelo Ministério das Relações Exteriores, e alterado por um Comitê de Nações Unidas, a alternativa que se apresentava aos produtores era tentar aprimorar a Aliança, sanando essas falhas de seu mecanismo — do que decorreu, logicamente, a ideia do Acordo de Produtores.

10. O ante-projeto proposto foi examinado e alterado por um Comitê técnico para isso designado, negociado em Lomé, Togo, e assinado agora no Rio de Janeiro, transformando-se no Acordo Internacional do Cacau, ora submetido à apreciação do Congresso Nacional.

11. Dentro desse contexto, e conforme está expresso em seu capítulo inicial, o Acordo visa a:

- a) ajustar produção e consumo, quando as forças normais do mercado não o conseguirem;
- b) evitar flutuações excessivas no preço do cacau, que afetem de maneira adversa os interesses dos produtores e dos consumidores;
- c) proteger as receitas cambiais dos países-membros;
- d) assegurar fornecimentos adequados a preços remuneradores;
- e) evitar que os estoques mantidos pelos consumidores atinjam níveis prejudiciais aos interesses dos produtores;
- f) facilitar a expansão do consumo e regulamentar a produção de modo correspondente.

12. Para tanto, o Acordo é administrado por uma Junta integrada por todos os países-membros da Aliança dos Produtores de Cacau, com poderes para implementar um mecanismo de preços e quotas, cujo funcionamento, em linhas gerais, é o seguinte:

- a) no início de cada ano-cacaueiro (1º de outubro a 30 de setembro) a Junta fixa um preço de referência, igual ou superior ao preço médio dos doze meses precedentes;
- b) se o preço do cacau se mantiver abaixo deste preço de referência durante dez dias consecutivos de mercado, o Secretário Executivo do Acordo aconselhará os membros a suspenderem vendas;
- c) se o preço se recuperar, no cabo de cinco dias os membros poderão reatar vendas; caso contrário, a Junta será convocada para adotar medidas capazes de inverter a situação;
- d) a principal destas medidas é a fixação de quotas de exportação para cada país-membro, calculadas percentualmente sobre a produção mundial.

ente sobre quotas básicas consi-  
s no Acordo, excluídas as pri-  
s dez mil toneladas métricas, que  
res de restrições;

a fim de melhor disciplinar a  
ção do produto, as quotas anuais  
do ser divididas em quotas tri-  
ais;

em circunstâncias excepcionais a  
de quotas pode ocorrer inde-  
temente da suspensão de ven-  
como, por exemplo, no momento  
em que existem estoques anor-  
em poder dos consumidores);

Nessas condições, Vossa Exce-  
lência pode constatar que os países  
does procuraram munir-se de um  
mento capaz de possibilitar a  
menação de um programa efe-  
a defesa de seus interesses, den-  
am enfoque realista de objeti-  
coáveis a serem atingidos. Es-  
a assim consolidar, com meca-  
eficazes, a união iniciada pela  
ca dos Produtores de Cacau e  
eclar sua posição com vistas a  
ual reabertura das negociações  
um convênio mundial integrado  
em pelos consumidores.

Por todas essas razões, rogo a  
Excelência se de acordo, o ob-  
e de submeter ao Congresso Na-  
a Mensagem anexa, que solicita  
ificação do Acordo Internacional  
cau. Os exemplares do Acordo  
a acompanhados dos textos com-  
entares pertinentes, isto é, o do-  
nto constitutivo da Aliança ("Es-  
to de Abidjan") e o Regulamento  
ntidades Internacional.

revento a oportunidade para re-  
a Vossa Excelência, Senhor Pre-  
te, os protestos do meu mais pro-  
o respeito. — Vasco T. Leitão da  
da.

FERÊNCIA NEGOCIADORA DO  
ORDO INTERNACIONAL DO  
CACAU

JME, DE 20 A 25 DE JULHO  
DE 1964

ACORDO INTERNACIONAL  
DO CACAU

TEXTO DEFINITIVO

mã, em 24 de Julho de 1964.

PREAMBULO

conformidade com os Estatutos  
Abidjan, da Aliança dos Produto-  
de Cacau, e particularmente com  
Artigo II, fica estabelecido o pre-  
Acordo Internacional.

CAPÍTULO I

Objetivos do Acordo

Artigo 1

Objetivos do Acordo são os se-  
tes:

efetuar o ajuste entre a produ-  
e o consumo quando as forças  
ais do mercado não o consegui-

evitar flutuações excessivas no  
do cacau que afetam adversa-  
os interesses dos produtores e  
consumidores;

proteger as receitas cambiais  
países Membros;

assegurar fornecimentos adequa-  
a preços remuneradores;

evitar que os estoques mantidos  
consumidores atinjam níveis  
adversos aos interesses dos produ-  
dores;

facilitar a expansão do consu-  
e regular a produção de modo  
respondente.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 2

Cacau significa amêndoas de cacau  
quando a palavra for empre-  
a como designação geral.

Derivados do cacau significa produ-  
feitos exclusivamente de amên-

doas de cacau e outros produtos que  
tenham cacau, conforme a Junta  
tenha a determinar, de tempos em  
tempos.

Ano cacaueiro significa o período  
de doze meses a partir da data em  
que a Junta fixar quotas.

Tonelagem significa uma tonelada  
métrica de 1.000 quilogramas ou  
2.204,6 libras.

Tonelada longa significa uma ton-  
elada de 2.240 libras ou 1.016,05  
quilogramas.

Quota básica significa uma quota  
mencionada no Anexo A.

Quota anual de exportação ou qua-  
ta de importação tem o significado  
especificado nos parágrafos (1) e (2)  
do Artigo 16.

Trimestre significa um período de  
90 dias a começar de determinada  
data.

CAPÍTULO III

Organização e Administração

Artigo 3

Administração do Acordo Internacio-  
nal do Cacau

O Acordo Internacional do Cacau  
será administrado por uma Junta.

Artigo 4

Composição da Junta

1) A Junta será composta por to-  
dos os Países Membros da Aliança.  
2) Cada País Membro será repre-  
sentado na Junta por um represen-  
tante e por um ou mais suplentes. O  
País Membro poderá também desig-  
nar um ou mais assessores para o seu  
representante ou suplentes.

Artigo 5

Podêres e funções da Junta

1) Todos os podêres especificamen-  
te conferidos pelo Acordo serão in-  
vestidos na Junta.

2) A Junta promulgará as regras  
e regulamentos que julgue neces-  
sários à boa execução das disposições  
do Acordo e que com o mesmo se-  
jam consistentes. A Junta poderá  
também estabelecer em seu Regula-  
mento processos que permitam deci-  
dir matérias específicas sem a ne-  
cessidade de se reunir.

3) A Junta manterá todos os re-  
gistros que sejam necessários ao de-  
sempenho de suas funções dentro do  
Acordo e quaisquer outros documen-  
tos que considere desejáveis.

Artigo 6

Presidente e Vice-Presidente da Junta

1) A Junta elegerá um Presidente  
e um Vice-Presidente, cujo um anda-  
to será de um ano-cacaueiro, reelegi-  
veis, mas sem direito a remuneração.

2) O Presidente, e na ausência o  
Vice-Presidente, presidirá as reuniões  
da Junta. Na ausência de ambos, os  
Membros presentes elegerão um den-  
tre si para exercer a Presidência.

3) O Presidente, o Vice-Presidente  
e o Presidente Interino agindo na  
qualidade de Presidente não terão  
direito a voto.

Artigo 7

Reuniões da Junta

A Junta terá sessões ordinárias pe-  
lo menos de duas vezes por ano. Po-  
derá realizar sessões especiais se  
assim o decidir ou por solicitação  
de dois ou mais Países Membros. A  
convocação das sessões será feita  
com antecedência de pelo menos 30  
dias, exceto em casos de extrema ne-  
cessidade. As sessões serão realiza-  
das na sede da Aliança, a menos que  
a Junta decida em contrário.

Artigo 8

Sistema de Votação

O sistema de votação da Junta se-  
rá o mesmo especificado nos Estatui-  
tos de Abidjan e nos Regulamentos  
da Aliança.

Artigo 9

Cooperação com outras Organizações

1) A Junta poderá tomar as dispo-  
sições desejadas para a consulta e  
cooperação com as Nações Unidas e  
suas organizações especializadas e ou-  
tras organizações intergovernamen-  
tais afins.

2) A Junta poderá também tomar  
quaisquer providências consideradas  
necessárias para manter efetivo con-  
tato com organismos internacionais  
de produtores, comerciantes e indus-  
trias do cacau.

Artigo 10

Quorum

Artigo 10

Quorum

O quorum para qualquer reunião da  
Junta será aquele fixado nos Estatui-  
tos de Abidjan e no Regulamento da  
Aliança.

Artigo 11

Funcionalismo

O corpo funcional da Junta será no-  
meado pela Aliança.

CAPÍTULO IV

Finanças

Artigo 12

As despesas operacionais da Junta  
serão cobertas pela Aliança.

CAPÍTULO V

Preços e Quotas

Artigo 13

Preço

1) No início de cada ano-cacauei-  
ro, a Junta determinará um preço de  
referência para o cacau.

2) O preço de referência não será  
fixado abaixo do preço médio dos do-  
ze meses precedentes a cada ano-ca-  
caueiro para os quais houver dados  
disponíveis.

3) No caso em que circunstâncias  
excepcionais afetarem a oferta e a de-  
manda, a Junta poderá adotar outros  
critérios para o estabelecimento do  
preço de referência do cacau.

4) Para os fins deste Artigo, qual-  
quer referência a preço do cacau será  
uma média — calculada diariamente  
e convertida em libras esterlinas por  
tonelada longa ao câmbio oficial —  
das cotações para cacau em amêndoas  
para os três meses futuros mais pró-  
ximos na Bolsa de Cacau de Nova  
York, ao meio dia, e no Mercado a  
Termo de Londres, no encerramento,  
ou qualquer das duas cotações dispo-  
níveis. A data para a passagem ao  
subsequente período de três meses se-  
rá o décimo quinto dia imediatamente  
anterior ao mês de vencimento mais  
próximo.

5) Se a qualquer tempo a Junta jul-  
gar que para determinar o preço diá-  
rio do cacau, haja um método mais  
satisfatório do que o mencionado no  
parágrafo (4), poderá nesse caso vir  
a adotar esse método.

6) Qualquer referência a que o pre-  
ço do cacau se encontre abaixo ou aci-  
ma de determinada cifra quer dizer  
que o preço médio dentro de um pe-  
ríodo de dez dias consecutivos de mer-  
cado esteve abaixo ou acima daquela  
cifra.

7) A fim de atingir os objetivos do  
Acordo em matéria de preços, a Jun-  
ta poderá adotar quaisquer medidas  
que julgar necessárias, particularmen-  
te a adoção, revisão ou suspensão de

quotas de exportação, fixadas de con-  
formidade com os dispositivos do Ar-  
tigo 16.

Artigo 14

Quotas Básicas

Os Países Membros da Aliança terão  
as quotas básicas mencionadas no  
Anexo A deste Acordo, anexo este que  
será revisto anualmente. A quota bá-  
sica de cada País Membro será igual  
à mais elevada produção anual de ca-  
cau durante os seis anos precedentes  
a cada ano cacaueiro, segundo as es-  
tadísticas da FAO.

Artigo 15

Fixação e Variação das Quotas Anuais

1) A Junta examinará periódica-  
mente a situação do mercado, aten-  
tando especialmente para o nível dos  
preços, as necessidades do consumo e  
os estoques existentes nos países im-  
portadores, os fornecimentos prová-  
veis para venda pelos Países Membros,  
bem como os existentes nos países ex-  
portadores não-membros da Aliança.

2) A luz desse exame, a Junta de-  
cidirá da conveniência de adotar quo-  
tas de exportação e, em caso afirmati-  
vo, em que níveis fixá-las.

3) Se o preço do cacau descer abai-  
xo do preço determinado no Artigo 13  
durante dez dias consecutivos de mer-  
cado, o Secretário Executivo aconsel-  
hará aos Países Membros a se retira-  
rem do mercado.

4) Se o preço do mercado permane-  
cer no nível do preço de referência ou  
acima desse por um período de cinco  
dias após a retirada do mercado, o  
Secretário Executivo comunicará aos  
Países Membros que poderão reatar as  
vendas, caso assim o desejarem.

5) Se o preço do mercado permane-  
cer abaixo do preço de referência por  
um período superior a dez dias conse-  
cutivos de mercado após a retirada, o  
Secretário Executivo convocará uma  
reunião da Junta no mais tardar até  
o 15º dia consecutivo de mercado após  
a retirada, para adotar medidas que  
permitam inverter a situação.

6) Quando as quotas estiverem em  
vigor, os Países Membros comunicarão  
à Junta ao fim de cada trimestre se  
possuem cacau em quantidade sufici-  
ente para exportar a totalidade de sua  
quota. A Junta levará em conta essas  
notificações para o emitir ajustes  
nos níveis das quotas.

Artigo 16

Quotas Anuais de Exportação

1 (a) As primeiras 10.000 toneladas  
de cacau ordinário ficarão isentas das  
limitações de quotas.

(b) A quota anual de exportação  
para cada País Membro, mencionada  
no Anexo A, que tenha uma quota bá-  
sica superior a 10.000 toneladas, será  
de 10.000 toneladas, como indicado em  
(1) (a) acima, acrescida de uma por-  
centagem, que será a mesma para to-  
dos os Países Membros compreenden-  
do a diferença entre sua quota básica  
respectiva e 10.000 toneladas.

(c) Não serão submetidas a quais-  
quer limitações as exportações de ca-  
cau pelos Países Membros que tenham  
quotas básicas iguais ou inferiores a  
10.000 toneladas, desde que cada País  
Membro não exporte mais do que  
10.000 toneladas de cacau durante o  
ano em que as quotas estiverem em vi-  
gor.

Aplicação das Quotas

2) A quota anual de exportação de  
cada País Membro abrangerá:

(a) exportação de cacau em amên-  
doas;

(b) exportação de derivados do ca-  
cau, expressos em equivalentes a ca-  
cau em amêndoas.



A Junta fixará as bases em que cada derivado do cacau será convertido no equivalente a cacau em amêndoas, levando em consideração os estudos feitos pela FAO sobre a matéria.

3) Ao fixar as quotas anuais de exportação, a Junta poderá igualmente determinar quotas trimestrais para cada País Membro.

4) Quaisquer variações nas quotas anuais de exportação refletirão sobre as quotas trimestrais.

#### Artigo 17

##### Política de Vendas

1) A Junta estabelecerá políticas de vendas apropriadas para a regularização do fornecimento de cacau ao mercado, em consonância com os fins e objetivos do Acordo. Cada País Membro será responsável pelas medidas a serem tomadas para a aplicação das políticas de venda assim determinadas.

##### Controle das Exportações

2) Cada País Membro se compromete a que o volume de suas exportações de cacau e derivados do cacau processados por suas indústrias, expressos em equivalentes a amêndoas de cacau, não exceda sua quota anual de exportação em vigor ou outro qualquer limite de quota que a Junta venha a adotar em consonância com as disposições dos Artigos 14 e 15.

##### Armazenagem de excedentes do cacau ou de derivados do cacau em outros países

3) Sempre que um País Membro embarcar cacau ou derivados de cacau para armazenagem em outros países por motivos climáticos ou razões de ordem técnica, o País Membro deverá notificar a Junta na época do embarque a quantidade de cacau ou de derivados embarcada, estejam ou não em vigor as quotas de exportação. Tais embarques não serão subtraídos à quota de exportação do País Membro. Os Países Membros depositarão na Junta recibos de armazenagem ou outras provas de propriedade até a data em que esses estoques sejam vendidos total ou parcialmente e, conseqüentemente, debitados à quota de exportação do País Membro.

##### Embarques de cacau ou derivados do cacau para fins humanitários

4) As exportações de cacau ou de derivados de cacau efetuadas para fins humanitários ou não-comerciais não serão imputadas às quotas de exportação quando obtiverem a autorização prévia da Junta. Todavia, em casos excepcionais, a concordância poderá ser feita "a posteriori".

##### Escasseamento dos Excedentes

5) A Junta criará, na primeira oportunidade, uma Comissão Especial encarregada de estabelecer e, finalmente, colocar em funcionamento, um dispositivo para o escasseamento dos excedentes de cacau previstos pelo estabelecimento do sistema de quotas.

##### Descaminho

6) Quando for chamada a atenção da Junta para descaminho (por exemplo exportação ocultas ou contrabando), a Junta reunir-se-á tão cedo quanto possível e tomará as medidas necessárias para o reestabelecimento de uma situação equitativa.

##### Exportações "Acidentais" das Quotas

7) Se qualquer País Membro, exceder sua quota de exportação em vigor no fim de cada ano-quota, a Junta reduzirá a quota de exportação desse País Membro no ano subseqüente por um montante igual ao do excesso. Em todos esses casos a Junta exigirá uma explicação das circunstâncias, a ser dada dentro de determinado prazo. Se qualquer País Membro exceder sua quota em duas

ocasiões, a Junta poderá, a partir da segunda e em qualquer outra subseqüente, deduzir até o dobro do excesso na quota de exportação para o período subseqüente.

##### Notificação das Exportações à Junta

8) Cada País Membro notificará à Junta a intervalos por esta estabelecidos as quantidades totais de cacau e derivados de cacau exportados, bem como outras informações que a Junta venha a determinar. A Junta, logo que lhe seja possível, dará essas informações ao dispor dos demais Países Membros.

#### CAPÍTULO VI

##### Medidas para controle da Produção e dos estoques

#### Artigo 18

1) Os Países Membros reconhecem a necessidade de manter a produção em equilíbrio com o consumo.

2) Em decorrência do parágrafo (1) deste Artigo, os Países Membros esforçar-se-ão por organizar programas para o ajustamento de sua produção. Manterão a Junta informada das medidas que tomarem para a aplicação desses programas.

3) A Junta examinará o nível de estoques nos Países Membros e no mundo. Se os estoques mundiais atingirem ou começarem a atingir um nível que, na opinião da Junta, constitua ameaça à estabilidade dos preços do cacau, a Junta fará recomendações consistentes com os objetivos deste Acordo aos Países Membros.

4) A Junta tomará medidas para instituir um programa para a coleta das informações necessárias à determinação em base científica, da capacidade mundial de produção, atual e potencial. Os Países Membros se comprometem a facilitar a execução desse programa.

5) A Junta convocará uma reunião de peritos para preparar medidas apropriadas ao controle de produção, as quais poderão ser recomendadas aos Países Membros para execução, quando necessário.

#### CAPÍTULO VII

##### Informações e Estudos

#### Artigo 19

##### Informações

1) A Junta servirá como centro para a coleta, intercâmbio e publicação de:

(a) informações estatísticas sobre a produção mundial, vendas, preços, exportações e importações, consumo e estoques de cacau; e

(b) na medida em que julgar indicado, informações técnicas sobre cultura, armazenagem, processamento e utilização do cacau.

2) Além das informações que os Países Membros deverão fornecer em obediência a outros Artigos deste Acordo, a Junta poderá solicitar aos Países Membros o fornecimento de elementos que considere necessários às suas operações, incluindo relatórios estatísticos periódicos sobre a produção, venda, preços, exportações e importações, consumo, estoques e impostos sobre cacau.

3) Se um País Membro não fornecer as informações e elementos estatísticos solicitados ou tiver dificuldade em fazê-lo dentro de um período razoável de tempo, a Junta poderá exigir do País Membro uma explicação sobre os motivos da falta e que tome as medidas necessárias para corrigir a situação, com o auxílio da Junta se necessário.

#### Artigo 20

##### Estudos

A Junta promoverá, em cooperação com outros organismos internacionais

e dentro dos limites que julgue aconselháveis, estudos sobre os princípios econômicos da produção e distribuição do cacau, incluindo tendências e projeções, efeitos das medidas governamentais em países exportadores e importadores sobre produção e consumo do cacau, oportunidades para expansão do consumo em usos tradicionais e novos usos possíveis, e os efeitos da execução do Acordo sobre exportadores e importadores de cacau, incluindo suas relações de troca, submetendo recomendações aos Países Membros sobre o resultado desses estudos.

#### CAPÍTULO VIII

##### Reclamações e Litígios

#### Artigo 21

1) Qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação do Acordo será a pedido de qualquer País Membro, encaminhado à Junta para decisão.

2) Qualquer reclamação contra um País Membro por falta de cumprimento de suas obrigações decorrentes de Acordo, será, a pedido do País Membro que apresentar a reclamação, encaminhada à Junta, que tomará uma decisão sobre a matéria.

3) Se a Junta considerar que um País Membro violou o Acordo, poderá, sem prejuízo de qualquer outra sanção prevista em outros Artigos do Acordo, e por uma maioria de dois terços suspender o direito de voto desse País Membro e seu direito a votar na Junta enquanto não tiver cumprido as suas obrigações.

#### CAPÍTULO IX

##### Privilegios e Imunidades

#### Artigo 22

A Junta terá no território de cada País Membro, na medida em que o permitam as leis deste, a capacidade jurídica necessária para o exercício das suas funções dentro do Acordo.

#### CAPÍTULO X

##### Disposições Finais

#### Artigo 23

##### Assinatura

O Acordo estará aberto aos Países Membros e ao Governo de qualquer país exportador para assinatura na sede da Aliança até o dia 15 de outubro de 1964, inclusive.

#### Artigo 24

##### Entrada em vigor

1) O Acordo entrará provisoriamente em vigor quando obtiver a assinatura dos Governos que representem pelo menos 80% das quotas básicas estabelecidas no Anexo A.

2) Os países cujos sistemas constitucionais exijam ratificação só se obrigarão a partir da data em que depositarem os instrumentos de ratificação junto à Secretaria Executiva da Aliança. Tais países estarão comprometidos a partir da data em que tomarem todas as medidas administrativas necessárias para que o Acordo seja fiel e lealmente cumprido.

3) O Secretariado da Aliança convocará a primeira reunião da Junta, a ser realizada na sede da Aliança, logo que possível após a entrada do Acordo em vigor.

#### Artigo 25

##### Adesão

O Governo de qualquer país exportador que aderir à Aliança terá acesso automático ao Acordo. A Junta estabelecerá as condições em que o sistema de quotas do Acordo se aplicará aos países produtores de cacau fino.

#### Artigo 26

##### Reservas

Nenhuma das disposições deste Acordo está sujeita a reservas.

#### Artigo 27

##### Retirada

Qualquer País Membro poderá retirar-se do Acordo em conformidade com os Estatutos de Abidjan e o Regulamento da Aliança.

#### Artigo 28

##### Duração e Término

1) O Acordo permanecerá em vigor durante três anos cacaueiros. Subseqüentemente o Acordo poderá ser renovado por outros períodos segundo decisão da Junta.

2) A Junta poderá, a qualquer tempo, por maioria de dois terços decidir encerrar o Acordo. O encerramento será efetivado na data em que a Junta o determinar.

#### Artigo 29

##### Emendas

A Junta, por iniciativa de qualquer de seus componentes, poderá recomendar emendas ao presente Acordo. Para a adoção de tais emendas seguir-se-á o processo determinado pelo Estatuto e Regulamento da Aliança. As emendas tornar-se-ão efetivas quando os Governos que representem pelo menos 80% das quotas básicas tenham aceito, mediante aviso por escrito ao Secretário Executivo da Aliança.

...

Em fé do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, firmaram este Acordo nas datas que aparecem ao lado de suas assinaturas.

Os textos deste Acordo em inglês, francês e português serão igualmente autênticos. Os originais serão depositados junto ao Secretariado da Aliança, que enviará cópias autenticadas a cada um dos signatários ou países aderentes.

Rubricado em Lomé, no dia 24 de julho de 1964.

Pelos Estados Unidos do Brasil:

Pela República Federal dos Camarões:

Pela República da Costa do Marfim:

Pela República de Gana:

Pela República Federal da Nigéria:

Pela República do Togo:

#### ANEXO A

##### QUOTAS BÁSICAS

País Exportador	Quota Básica (toneladas)
Brasil	199.000
Camarões	90.000
Costa do Marfim	103.000
Gana	439.000
Nigéria	220.000
Togo	15.000

#### ALIANÇA DOS PRODUTORES DE CACAU

##### REGULAMENTO

Primeira Edição: 16 de julho de 1962.

Revisão em: 23 de maio de 1963.

Revisão em: 24 de julho de 1964.

##### REGULAMENTO

#### Art. I

##### Denominação

A Aliança dos Produtores de Cacau é entidade constituída pelos governos dos países produtores de cacau que tenham aderido aos Estatutos de Abidjan, de 20 de janeiro de 1962.



## Art. II

## Objetivos e Funções

1) A Aliança é um fórum dos países produtores de cacau para o debate dos problemas de interesse mútuo e a promoção de relações econômicas e sociais entre os países membros. A Aliança adotará medidas conjuntas para garantir preços remunerativos para o cacau. Efetuará estudos técnicos e pesquisas. Esforçar-se-á em promover a expansão do consumo do cacau e, para tanto, poderá recorrer à pesquisa, à propaganda e a quaisquer outros meios susceptíveis.

2) A Aliança contará com a assistência de cada um dos países membros para a obtenção desses objetivos.

## Art. III

## Participação

1) São membros fundadores da Aliança: Gana, Nigéria, Brasil, Costa do Marfim e Camarões.

2) A adesão à Aliança está aberta a todos os países produtores de cacau que subscrevam os Estatutos de Abidjan. A admissão de qualquer novo país à Aliança estará sujeita a ratificação pela maioria de seus componentes.

3) Cada país membro será representado nas reuniões da Aliança por delegados devidamente acreditados.

## Art. IV

## Organização

A Aliança compõe-se dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia-Geral;
- b) Comitê Executivo;
- c) Secretariado.

## Art. V

## Comitê Executivo

1) O Comitê Executivo será individual e coletivamente responsável perante a Aliança pela correta e eficaz administração dos negócios da sociedade.

2) O Comitê compor-se-á de cinco pela Assembléia-Geral anual da Aliança, que ocuparão os seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Assistente Jurídico.

Os ocupantes desses postos não farão jus a salário. As funções de Presidente serão exercidas mediante rodízio entre os países membros. Nenhum dos países membros poderá ocupar funções acumulativamente.

## Deveres

## 3) Comitê Executivo:

a) cumprir os dispositivos do Regulamento da Aliança;

b) aplicar as recomendações e resoluções adotadas pela Aliança;

c) adotar as medidas de emergência que se fizerem necessárias para o eficaz funcionamento da Aliança, submetendo-as à ratificação da Assembléia Geral;

d) trocar informações, a seu critério, com outras organizações;

e) designar comitês e grupos de estudos;

f) submeter relatório anual à apreciação da Assembléia;

g) propor emendas ao Regulamento quando necessário;

h) receber as contribuições dos países membros, outros subsídios ou doações e fazer pagamentos

## 4) Presidente:

a) representar a Aliança;

b) pedir as reuniões da Aliança;

c) zelar pela devida aplicação das resoluções e decisões tomadas pelas Assembléias da Aliança;

d) submeter relatório anual à Assembléia, relacionando as atividades e as contas da Aliança no ano precedente;

e) recomendar ao Secretário a convocação de Assembléias ordinárias e extraordinárias da Aliança;

f) tomar as decisões que julgue necessárias para o eficaz funcionamento da Aliança, exceto em se tratando de assunto de natureza política ou financeira;

g) trazer à aprovação da Assembléia Geral todos os assuntos de natureza política ou financeira.

## 5) Vice-Presidente:

Desincumbir-se das funções e dos deveres do Presidente na ausência deste último.

## 6) Secretário:

O Secretário será responsável pelas obrigações do Secretariado do Comitê Executivo e de outras que lhe forem atribuídas por esse mesmo Comitê.

## 7) Tesoureiro:

a) o Tesoureiro será responsável perante o Comitê Executivo pela correta contabilização de todas as despesas e receitas em dinheiro da Aliança;

b) todos os pagamentos serão autorizados pelo Presidente e o Secretário do Comitê Executivo, e menos que se tratem de despesas correntes já aprovadas pela Assembléia Geral da Aliança;

c) apresentar o Orçamento Geral à consideração da Assembléia após ter sido examinado pelo Comitê Executivo.

## 8) Assistente Jurídico:

O Assistente Jurídico, não obrigatoriamente advogado, desempenhará as funções que o Comitê Executivo lhe atribuir.

## Artigo VI

## Secretariado

1) A Aliança terá um Secretariado composto de um Secretário Executivo, que será o encarregado da administração, e de um substituto, além do pessoal necessário ao eficaz funcionamento da Aliança e de seus comitês.

2) Será condição para o provimento do cargo de Secretário Executivo e de todo o pessoal do Secretariado não ter o candidato qualquer interesse direto ou indireto no comércio manufatureiro do cacau, nem receber ou aceitar instruções de outro Governo ou de qualquer autoridade estranha à Aliança.

3) O Secretário Executivo será indicado mediante aprovação da Assembléia Geral da Aliança.

4) O Secretário Executivo deverá ser nacional de um dos países membros da Aliança e possuidor de considerável capacidade administrativa e experiência. É indispensável o conhecimento dos problemas da indústria do cacau.

5) O Secretário Executivo exercerá o cargo enquanto gozar da confiança da Aliança. Seu mandato poderá ser encerrado por iniciativa de qualquer das duas partes, mediante aviso prévio de seis meses, sujeito à aprovação da Assembléia Geral da Aliança.

## 6) Atribuições do Secretário

## Executivo:

a) Sob a autoridade do Presidente, o Secretário Executivo será o Chefe Administrativo do Secretariado, responsável pela guarda dos livros e documentos e pelo eficaz funcionamento do escritório;

b) prestará a assistência que se fizer necessária ao Tesoureiro na preparação do orçamento anual;

c) o Secretário Executivo estará presente a todas as reuniões da Aliança e preparará minutas dessas reuniões;

d) o Secretário Executivo assistirá o Secretário do Comitê Executivo na preparação do Relatório Anual da Aliança;

e) indicará todos os componentes do Secretariado, com exceção do Secretário substituto, o qual será indicado pelo Comitê Executivo, sujeito à aprovação da Assembléia Geral da Aliança;

f) levará a efeito estudos e adotará medidas que possam ser recomendadas pela Aliança;

g) manter-se-á informado sobre a situação mundial do mercado do cacau a fim de sugerir ao Comitê Executivo as medidas em proveito dos interesses dos países produtores;

h) todos os recibos que impliquem em despesas aprovadas pela Assembléia Geral da Aliança deverão conter também a assinatura do Secretário Executivo.

## 7) Secretário Executivo Substituto:

O Secretário Executivo substituto assistirá o Secretário Executivo e responderá pelos deveres desse último em sua ausência.

## Artigo VII

## Sede e Reuniões

1) a Sede da Aliança será em Lagos, na Nigéria.

2) A Aliança terá Assembléia ordinária duas vezes por ano, em março e em setembro. Essas reuniões serão convocadas pelo Presidente. Reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente quando necessário.

3) Cada país membro designará um delegado para comparecer às reuniões. Esse delegado far-se-á acompanhar de quantos assessores julgar necessário.

4) Quatro países membros serão suficientes para a formação de quorum, desde que a produção total desses países relativamente à produção total de todos os países membros não seja inferior a 80%.

5) O Comitê Executivo tem o direito de convidar observadores para comparecer às reuniões da Aliança.

## Artigo VIII

## Votação

1) Os países membros disporão conjuntamente de mil votos. Duzentos votos serão distribuídos igualmente para todos os países. Os oitocentos restantes serão distribuídos proporcionalmente à mais elevada produção de cacau dos seis anos imediatamente precedentes a cada ano cacaueiro, de acordo com as estatísticas da F.A.O.

2) A Aliança providenciará a redistribuição dos votos dentro do espírito deste artigo quando houver qualquer alteração quanto ao número dos países membros.

3) Não haverá voto fracionário.

## Sistema de Votação da Aliança

4) Cada país membro terá direito ao número de votos atribuído a esse país e não poderá dividi-los. O país membro poderá ter número superior de votos desde que exerça o direito constante do parágrafo 5 deste Artigo.

5) Um país membro poderá autorizar por escrito qualquer outro país membro a representar seus interesses e a exercer seu direito de voto em qualquer reunião ou reuniões da Aliança quanto aos itens que especificar em sua autorização. A limitação prevista no parágrafo 2 não se aplicará a este caso.

## Decisões da Aliança

6) Todas as decisões da Aliança serão tomadas por maioria simples

de votos dos países membros presentes e votantes, exceto nos casos referidos no parágrafo 7 deste Artigo.

7) As decisões relativas às seguintes matérias serão tomadas por maioria de quatro quintos de votos dos países membros presentes e votantes:

a) determinação do orçamento e fixação das contribuições;

b) pagamento das contribuições;

c) quotas;

d) medidas reguladoras do estoque e da produção;

e) queixas e litígios;

f) duração e término do Acordo Internacional do Cacau;

g) emendas ao Regulamento da Associação.

8) Atingido o número de votos necessários à aprovação de uma decisão de acordo com os dispositivos deste Artigo, os votos dos países membros abstenentes não serão considerados.

9) Os países membros se comprometem a acatar todas as decisões da Aliança.

## Artigo IX

## Finanças

## Pagamento das Contribuições

1) As verbas da Aliança serão constituídas de: a) contribuição anual dos países membros destinada a fazer face ao custo operacional do Secretariado. Tais contribuições serão votadas anualmente e serão proporcionais ao número de votos que cada país membro detiver; e "b) tributos especiais destinados a cobertura de despesas não incluídas em (a). Tais despesas serão aprovadas pela Assembléia Geral antes que sejam assumidos compromissos ou executados pagamentos. Esses tributos serão impostos em caso de necessidade e serão proporcionais ao número de votos detido pelo país membro;

2) a contribuição inicial para os novos países membros será fixada com base no número de votos a que tiver direito e relativamente ao período manescente do exercício financeiro em curso, não sofrendo alteração em tretanto as contribuições dos demais países membros;

3) o saldo existente ao fim de cada exercício será colocado como reserva à disposição da Assembléia Geral, que deliberará sobre o emprêgo do mesmo;

## Artigo X

## Emendas

As emendas aos Estatutos da Associação terão por base a produção dos países membros, desde que tais emendas sejam subscritas pelo menos por quatro quintos do poder votante e desde que tais votos representem 80% da produção média dos países membros nos três anos imediatamente anteriores.

## Artigo XI

## Retirada

1) Qualquer país membro poderá retirar-se da Aliança a qualquer tempo mediante comunicação por escrito ao Governo da República Federal da Nigéria e à Aliança. A retirada efetivar-se-á após 90 dias do recebimento da comunicação.

## Ajuste de Contas com os

## Países Retirantes

2) A Aliança determinará os ajustes de contas com o país retirante. A Aliança reterá as quantias já pagas pelo país retirante e esse permanecerá comprometido a pagar as quantias devidas à Aliança até que se efetive sua retirada.

3) O país membro que se retirar da Aliança não terá direito a qualquer participação no processo de liquidação ou em quaisquer outros bens da Aliança.

## Artigo XII

## Dissolução

A Aliança poderá ser dissolvida a qualquer tempo por voto de pelo menos quatro quintos dos países membros numa Assembleia Extraordinária, especialmente convocada para esse fim. O ativo e o passivo da Aliança serão regulamentados nessa Assembleia.

## ALIANÇA DOS PRODUTORES DE CACAU

## ESTATUTOS DE ABIDJAN

Costa do Marfim, em 19 e 20 de janeiro de 1962.

## ESTATUTOS DE ABIDJAN

Os delegados dos seguintes países produtores de cacau:

- República de Gana
- Federação da Nigéria
- Estados Unidos do Brasil
- República da Costa do Marfim

— República Federal dos Camarões  
 tendo-se reunido em Abidjan, Costa do Marfim, em 19 e 20 de janeiro de 1962, e tendo discutido problemas de interesse mútuo, decidiram formar junta a aprovação de seus respectivos governos, uma Aliança dos Produtores de Cacau, de acordo com os seguintes estatutos:

## ALIANÇA DOS PRODUTORES DE CACAU

## Artigo I

## Denominação

Sob a denominação de Aliança dos Produtores de Cacau (a seguir denominada Aliança) fica criada esta organização.

## Artigo II

## Objetivos

1) Trocar informações técnicas e científicas.

2) Discutir problemas de interesse mútuo, e promover relações econômicas e sociais entre produtores.

3) Assegurar ao mercado suprimento adequado a preços razoáveis.

4) Promover a expansão do consumo.

## Artigo III

## Adesão

1) Todos os países produtores de cacau podem ser membros da Aliança, sendo que os fundadores são Gana, Nigéria, Brasil, Costa do Marfim e Camarões.

2) Cada país membro será representado nas assembleias por representantes devidamente credenciados.

3) Haverá um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Consultor Jurídico, os quais serão eleitos na Assembleia Geral anual da Aliança. O Presidente só poderá ser reeleito uma vez.

4) A Aliança adotará regulamento coerente com os termos deste Acordo.

## Artigo IV

## Diretoria

1) Haverá uma Diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Consultor Jurídico, sem remuneração. Compete à Diretoria executar os dispositivos deste Acordo e nomear os sub-comitês e grupos de trabalho necessários ao desempenho dos encargos da Aliança.

2) Esses sub-comitês ou grupos de trabalhos nomearão seus presidentes.

## Artigo V

## Secretariado

1) A Aliança terá um secretariado composto de um Secretário Executivo, que funcionará no escritório e os funcionários necessários ao funcionamento eficiente da Aliança e de seus comitês.

2) O Secretário Executivo e os funcionários não poderão ter qualquer interesse financeiro na indústria de transformação do cacau e não poderão solicitar ou receber instruções concernentes às suas funções de qualquer outro governo, ou autoridade alheias à Aliança.

## Artigo VI

## Sede e Assembleias Gerais da Aliança

1) A sede da Aliança será em Lagos (Nigéria).

2) A Aliança realizará duas assembleias gerais anuais, em março e em setembro. As Assembleias gerais ordinárias da Aliança, serão convocadas pelo Presidente. As assembleias gerais extraordinárias serão convocadas pelo Presidente quando julgar necessário ou a pedido de uma terça parte dos países membros.

## Artigo VII

## Voto

Cada país membro terá direito a um voto e as decisões serão tomadas por maioria de votos.

## Artigo VIII

## Finanças

1) Os recursos da Aliança serão constituídos de:

a) contribuições anuais destinadas a fazer face às despesas de funcionamento do Secretariado;

b) contribuições especiais; e

c) outras receitas.

2) As contribuições previstas em (a) e (b) acima serão proporcionais à produção de cada país membro no ano anterior.

3) Os saldos apurados ao fim de cada ano, serão levados a um fundo de reserva, cuja aplicação será resolvida pela assembleia geral.

## Artigo IX

## Dissolução

A Aliança poderá ser dissolvida a qualquer tempo por voto de 75% dos países membros em assembleia geral extraordinária expressamente convocada para esse fim, a qual deliberará sobre o destino a ser dado ao ativo e passivo da Aliança.

A Aliança entrará em vigor quando pelo menos três governos houverem dado sua aprovação, a qual deverá ser dirigida ao governo da Costa do Marfim.

## Rubricas:

## BRASIL

Antônio A. G. Taveira (Diretor da CACEX).

## CAMARÕES

Jean Pierre Grillon (Diretor Adjunto da Caixa de Estabilização dos Camarões).

## GANA

E. Quartey-Papafio (Cocoa Industry Division).

## COSTA DO MARFIM

Jacques Aka (Presidente da Caixa de Estabilização).

## NIGÉRIA

F. O. Awosika (Presidente do Cocoa Marketing Board).

A criação da Aliança foi aprovada no Brasil pelo Conselho da SUMOC, em sessão de 15 de fevereiro de 1962 e autorizada pelo então Conselho de Ministros em sessão de 11 de maio de 1962.

As Comissões de Relações Exteriores, de Agricultura, de Indústria e Comércio, de Economia e de Finanças, nos termos do artigo 340-A, do Regimento.

Ofício do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de 4 de maio em curso:

Nº 1.446 — Comunica haver aquela Casa aprovado a emenda do Senado ao Projeto de Lei que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar, proposição encaminhada na mesma data a sanção.

Ofício — do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos seguintes termos:

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## SÃO PAULO

São Paulo, 25 de maio de 1965.

Senhor Presidente:

Cumprindo decisão da Comissão de Estudos Eleitorais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a conclusão do estudo da reforma eleitoral promovida por esta Comissão, que se ateve, como explicado, ao complexo problema da escolha do sistema mais adequado para a eleição dos Deputados Federais, Estaduais e Vereadores.

Tendo em vista a fase adiantada em que se encontra a votação da proposta a Comissão, por meu intermédio solicita a Vossa Excelência submeter as sugestões apresentadas aos Senhores Senadores e Deputados, para a consideração que merecerem.

Renovando a Vossa Excelência os protestos de minha mais elevada estima e consideração, subscrevo-me, atentamente, Deputado Luciano Nogueira Filho, Presidente da Comissão de Estudos Eleitorais.

## COPIA

A Comissão de Estudos Eleitorais da Assembleia Legislativa de São Paulo, constituída em 26 de agosto de 1964, por proposta do Deputado Luciano Nogueira Filho, para o fim especial de examinar a reforma eleitoral e apresentar sugestões que vissem ao seu aperfeiçoamento, cumpre o dever de apresentar seu relatório como segue:

1 — O tempo exíguo de que dispõe o Congresso Nacional para debater e votar matéria da relevância da reforma eleitoral não autoriza que se alimente esperança de obra perfeita. Mesmo que pudesse fazê-lo, em assunto eleitoral não há muito que se esperar da lei, pois, na verdade, hábito para o processo são os costumes e a educação do povo. Já o afirmava a Comissão de Constituição e Legislação do Senado Imperial, composta de Carneiro Leão, Maciel, Mont-Albino, Vergueiro e outros: "Diga-se ao povo a verdade, com franqueza. O defeito não está nas leis e sim nos costumes. Não espere, pois, ele o remédio de legislação eterna; procure antes um concórcio com os seus esforços para que uma opinião pública mais forte que os partidos prejudique aqueles que recorrem ao emprego da fraude e da violência. Os costumes não se corrigem tão prontamente como se alteram as leis; o resultado, pois, será lento, mais infalível, e o povo não passará pela decepção, sempre perigosa, de esperar da lei o que ela não poderá realizar". Essa exigência de tempo disponível foi sentida, também, por esta Comissão, que estudou a reforma proposta pelo Superior Tribunal Eleitoral, para vê-la inteiramente modificada na parte relativa à eleição dos corpos legislativos, que deve ter a principalidade na sistematização da nova lei.

2 — Essa principalidade está sendo demonstrada pela perplexidade que o próprio Senhor Presidente da República confessou diante do problema da escolha de um sistema adequado para

eleger os legisladores da Câmara Federal e Assembleias, levando-o a abandonar a votação distrital e a lista partidária, propostas pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Deixou S. Ex.<sup>a</sup> o problema para o Congresso, onde numerosas emendas foram apresentadas, na tentativa de corrigir a situação atual de fragmentação das bancadas, de desvinculação do trinômio eleitor-partido-eleito, de "representantes" que nada representam e de legendas à procura de manjans e de ideias.

3 — De fato, "os efeitos perniciosos de um sistema inconveniente extravasam, rapidamente, das casas legislativas para alcançar a própria organização política da nação, dado que é em tal poder que se concentram, em maior escala, os instrumentos de estruturação e defesa de qualquer ordem democrática. Por isso, há que ter mais cautela e sabedoria para a adoção do sistema que produzirá os órgãos coletivos de representação popular, do que para fixar o estilo de eleição do Presidente". (Tese do Relator ao Congresso das Assembleias Legislativas de Brasília).

4 — Entretanto, essa cautela e essa sabedoria estão, no Brasil, bitoladas pela obrigação constitucional de limitar-se à lei ordinária e mera aplicação do sistema proporcional. O artigo 134, da Constituição Federal, constitui barreira a impedir soluções que reformulem o método de captação da vontade popular na extensão que a crise da representação popular está criando. A dependência limitadora constitucional está provocando a proposta de artificiosas soluções que pretendem conciliar sistemas antagônicos e conflitantes, que certamente seriam manuseados pela "engenharia eleitoral" para produzir as mais insuspeitadas consequências.

5 — A sugestão apresentada ao relatório leva a Comissão apenas a duas conclusões principais, visto a premência de tempo e a messe de soluções propostas pelo povo e pelas emendas tornam inviável e pouco prática e construtiva uma relação de muitas sugestões que, certamente, sequer conseguiram reunir aprovação substancial. As duas conclusões, que se constituem em contribuição ao Congresso Nacional, são as seguintes:

A — Inclusive, na reforma constitucional que ora se inicia, da supressão do artigo 134, da Constituição Federal, a fim de que, acolida a obrigação de obediência ao sistema proporcional, possa a lei ordinária dispor pela forma mais conveniente, inclusive revendo a legislação eleitoral, sempre que necessário, para obstar novas formas de fraude e aperfeiçoar a eleição dos representantes populares. Fica excluído que a Comissão não concorde com a condenação do sistema proporcional, embora seja esse o voto do Relator.

B — Exclusão do projeto de todas as disposições relacionadas com a eleição dos corpos legislativos, que constituiriam lei complementar ao Código Eleitoral e a Lei Orgânica dos Partidos.

A sugestão possibilitaria um exame mais sereno do problema, sem a premência do tempo e a luz de ampla competência do legislador ordinário. Além disso, a sugestão é feita tendo presente que neste ano não haverá eleições para deputados, fato que só ocorrerá ao final do próximo ano de 1965.

6 — Estas são as sugestões que a Comissão julgou oportuno apresentar à consideração das duas Casas do Congresso, como contribuição para aperfeiçoamento da Lei Eleitoral.

7 — Finalmente, deseja esta Comissão consignar a valiosa contribuição que representaram para os seus trabalhos as conferências pronunciadas no plenário da Assembleia pelos eminentes Desembargador Fernando Eller Bueno, D.D. Presidente do Tri-

Bunai Regional Eleitoral e Prof. Miguel Reale.

São Paulo, 14 de maio de 1965. — Deputado Luciano Nogueira Filho, Relator e Presidente. — Deputado Gilberto Siqueira Lopes. — Deputado Vicente Bolta. — Deputado Zolner Machado. — Deputado Toshijumi Utima.

A Comissão de Constituição e Justiça.

## PARECERES

Ns. 736 E 737, DE 1965

Nº 736, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1964, que dispõe sobre concorrência pública nas operações de seguro, inclusive as de seguro automático.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Projeto nº 60-64 é, indiscutivelmente, de alto sentido modernizador, ao estabelecer o critério de concorrências para a adjudicação dos seguros da União, das autarquias federais e das sociedades de economia mista em que a União seja acionista majoritária.

Ao estabelecer, entretanto, essa obrigatoriedade da concorrência pública, o ilustre autor do projeto deixou de levar em consideração que no Brasil, os seguros dividem-se em duas grandes classes: os seguros tarifados ou sujeitos a taxas mínimas obrigatórias e os seguros não tarifados. Os primeiros são aqueles que têm suas taxas fixadas pelos órgãos do Governo, o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e o Instituto de Resseguros do Brasil; e os segundos, são exatamente, os de livre fixação dos prêmios, através cada Companhia de Seguros.

Ovviamente, em relação aos seguros tarifados, não é possível fazer concorrência, porque, por lei, o seu preço ou taxa é único para todas as seguradoras. Sua mediação ou corretagem, facultativa, nos termos do art. 84 do Decreto-lei nº 2.063, de 7-3-1940, também não pode ser objeto de concorrências, porque a comissão legal atribuída ao intermediário, se houver, não pode voltar ao Segurado, ainda que sua forma de abatemento de prêmio, por se constituir em infração sujeita à cominação, como dispõem os arts. 126 e 183, § 15, do mesmo Decreto-lei.

Com efeito, estabelecem estes artigos:

"Art. 126. As sociedades não poderão distribuir aos segurados comissões ou bonificações de qualquer espécie, nem tampouco conceder-lhes vantagens especiais que importem em dispensa ou diminuição dos prêmios ou de quaisquer contribuições a que estejam obrigados os demais segurados em idênticas condições".

"Art. 183. ....

§ 15. As que concedam comissões ou vantagens a segurados, em desacordo com as leis e regulamentos ou infringirem as tarifas — a multa de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) ou o dobro das comissões ou vantagens concedidas em decorrência de prêmio, se esse dobro for superior àquela importância, elevada, nas reincidências, a penalidade no dobro ou sendo casada a autorização, se revelarem pela repetição, o intuito de não cumprir o estabelecido".

Resumindo-se que, na forma das tarifas aprovadas pelo IRE ou DNS PC repetem, sistematicamente, essas

A Tarifa Incêndio, aprovada pelas Portarias 3 e 4 do DNEPC, de 1º e 30

de setembro de 1962, estabelece nos artigos 24 e 25:

"Art. 24. É facultado às sociedades, por intermédio de matrizes, agências, sucursais e sub-agências, devidamente autorizadas, conceder a corretores habilitados uma comissão limitada ao máximo de 15% do prêmio recebido".

"Art. 25. A concessão de descontos não previstos na Tarifa-bônus, comissões ou quaisquer outras vantagens aos segurados quer direta, quer indiretamente, não é permitida, equivalendo a mesma a uma redução de taxa e constituindo infração de tarifa".

Nos seguros objeto de tarifas ou taxas mínimas obrigatórias, portanto a União, as autarquias ou sociedades de economia mista, ao contratá-las com as empresas privadas, ficam sujeitas aos preços previamente estabelecidos, por seus próprios órgãos competentes, não podendo esses preços ser reduzidos, havendo ou não intermediário ou mediador, isto é, se houver mediação, sendo o seguro direto ou não. Neste último caso, isto é, se houver mediação, ao corretor não é lícito devolver sua comissão ou reduzir o prêmio, por este subterfúgio, por vedar a lei tal prática, expressamente. Assim sendo, é lógico que a concorrência se deva limitar aos seguros não tarifados, ou seja, aqueles em que a fixação da taxa e prêmio correspondente é livre, não dependendo de nenhuma imposição legal.

Alterando a redação do texto, com a exclusão das expressões "seguros automáticos", o autor do parecer pretendeu ajustá-lo ao que se fixa neste projeto.

Nas expressões "operações de seguro e mediações", é claro, estão incluídos todos os seguros, inclusive as operações de seguro automático, razão por que merece ser aprovado o projeto com a seguinte emenda:

### EMENDA Nº 1 — CCJ

O Art. 1º terá a seguinte redação:

"Art. 1º. As operações de seguro e mediações, nos ramos ou modalidades não tarifadas pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização ou Instituto de Resseguros do Brasil ou em que estes órgãos não estabeleçam, mediante portarias ou circulares, taxas mínimas obrigatórias quando realizadas na administração pública e autarquias federais, no Banco do Brasil e outras sociedades de economia mista em que a União detenha maioria de seu capital, serão adjudicadas mediante concorrência pública, de acordo com as normas legais que a regulam".

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1964. — Wilson Gonçalves Presidente. — Jefferson de Aguiar Relator. — Ruy Carneiro. — Aloisio de Carvalho. — Eduardo Levi. — Manoel Ricardo.

Nº 737, DE 1965

Da Comissão de Economia, do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1964.

Relator: Sr. José Feliciano.

O projeto ora sob nosso exame, de autoria do nobre Senador Adolpho Bornhausen, dispõe sobre concorrência pública nas operações de seguro, inclusive as de seguro automático, mediante a administração pública e nas autarquias federais, no Banco do Brasil e outras sociedades de economia mista em que a União detenha maioria de seu capital. É a mesma ideia de que o assunto seguro havia sido entregue, por lei, ao Banco Nacional de Habitação. Por isso mesmo sugerimos, e esta Comissão aprovou, que preliminarmente ou-

vissemos o BNH, razão pela qual o nosso eminente presidente expediu o Ofício CE-SA-40-65.

Em resposta, o BNH diz-nos apenas o seguinte:

a) que a concorrência na forma proposta pelo projeto é desnecessária, uma vez que os prêmios de seguro são cobrados à base de taxas oficiais fixas, dela resultando, então, a proteção a dois ou três grupos mais poderosos;

b) que os únicos pontos de fricção de seguro, são: 1) corretagem; 2) liderança;

c) que em face do Decreto número 5.5245, a corretagem foi eliminada, visto que o BNH passou a ser o único corretor;

d) que a questão da liderança será resolvida mediante a criação de um consórcio de companhias, todas em pé de absoluta igualdade, o que eliminará, conforme alegura, os justos cuidados do nobre autor do projeto o Senador Adolpho Franco.

O BNH remeteu-nos, inclusive, para maior esclarecimento da Comissão, cópia de minuta de contrato a ser firmado entre ele e o Consórcio Segurador, para o que denominam: "Seguro Compreensivo Especial para o Plano Nacional de Habitação".

De fato, o Decreto nº 55.245, mencionado pelo BNH, é suficientemente explícito com relação à matéria. O Poder Executivo, através dele, não só conferiu ao BNH a exclusividade na corretagem e na administração dos seguros de ramos elementares, e seguros novos de que sejam segurados os órgãos centralizados da União, autarquias e sociedade de economia mista, controlados direta ou indiretamente pelo Poder Público, como os seguros coletivos novos e renovação de seguros coletivos de seus servidores e empregados.

Além disso, a exclusividade lhe foi garantida a partir da data do Decreto, proibindo-se a renovação de qualquer seguro, sem a autorização do BNH, até a data de 1º de janeiro do ano corrente. A data do Decreto é de 21 de dezembro do exercício passado.

Diante do exposto, parece-nos, o projeto ora sob nosso exame deve ser arquivado, visto que o seu objetivo fundamental foi alcançado pelo decreto presidencial.

Nessas condições, a Comissão de Economia é de parecer que o PLS nº 60, de 1964, deve ser arquivado.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1965. — Afílio Fontana, Presidente. — José Feliciano, Relator. — Irineu Bornhausen. — José Leite. — Sebastião Archer. — Miguel Couto.

## PARECERES

Ns. 738 E 739, DE 1965

Nº 738, DE 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo ao projeto de lei da Câmara nº 164, de 1965 (nº 2.782-6-65, na Câmara), que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Relator: Sr. Mirm de Sá.

Depois da lei de 1964, a inflação, essa, que tem por finalidade disciplinar os mercados financeiro e de capitais, e, sem dúvida, a mais importante que o Congresso elabora para o desenvolvimento econômico do país.

Como bem assinalada a exposição dos motivos que acompanha a menção do Sr. Presidente da República, "a inflação não somente provocou nefastas alterações no que deveria ser mantido, como impediu que evoluísse o que deveria ser modificado".

Mais que qualquer outro setor, inflação afeta profundamente o crédito e o dos capitais. Com ela como decorrência inelutável dela, de sapatear, por exemplo, os depósitos a prazo, nos estabelecimentos de crédito, tornam-se a cada vez redunda as operações de prazo curto e ainda, a adoção de atenuantes de toda ordem que, em última análise, dificultam e comprometem os empréstimos. As empresas "sofredoras de inflação" pagam como depositantes dos bancos, impostos para lucros econômicos consequentes, inclusive o mecanismo do chamado "deságio", criar um sistema de financiamento de "medicamento" para sustentar a produção e a comercialização de bens de consumo duráveis, automotivos e aparelhos eletrodomésticos. Ao lado disso, porém, resta o que se deu em denominação "mercado de capitais", como contradição, quando, em que, a par de operações economicamente sãs, o próprio investidor fica exposto a riscos especulativos e aventuras. Fundaram-se empresas e agências de agitação e negócios escusos em que o dinheiro, com os recursos desordenadamente publicados em jornais, era empregado a uma conversão de 6 e 7% ao mês, os chamados "carnês", bem como a colocação multimodal de ações e quotas de hospitais, hotéis e outros mais ou menos fantásticos, através de poupança, através de todos os expedientes, demandando aos investidores corretores e agenciadores comissões que subiam a 60%. Outra parte, verdadeiro mercado de capitais, onde se desenvolvia-se e florescia, mantinha-se ou estava ou com sucessivos períodos de febre alucinada e baixas desastrosas. As Bolsas ficaram estagnadas, sem acompanhar os índices de progresso das atividades institucionais, com um vazio de transações insignificante, poucas facetas e manobras especulativas.

Em suma: a inflação cada vez mais agravava as condições de acesso ao mercado financeiro e de capitais, elevando o custo do dinheiro a taxas alucinadas, e cada vez mais deixava o pequeno poupador, desamparado de investir suas economias, exposto a todos os perigos e riscos.

É urgente, portanto, a correção de tantos desajustamentos e distorções. Força é estimular a baixa das taxas de juros e dos deságios — o que, aliás, já se vem verificando na falta de seus meios — a fim de facilitar a retomada do desenvolvimento.

O projeto em exame refere-se, essencialmente, a uma série de providências ao maior alcance prático no sentido da disciplina dos mercados de crédito a poupança e a investimentos e de outros do público, contra as manobras e atos dos especuladores.

Se a estrutura e o estudo atento da proposta permitirem avaliar de seu mérito, para o crédito e a poupança, inflação — a inflação — o estudo dos investimentos e medidas de desenvolvimento.

Além do mais, com rigor, é indispensável a participação das empresas de desenvolvimento e de investimentos, bem como das Bolsas de Valores, subordinando-as a rígida fiscalização do Banco Central e ao controle do Conselho Monetário Nacional, o projeto, entre outras disposições, considera as seguintes:

a) extingue, dentro do prazo de um ano, a obrigatoriedade da intervenção dos corretores de fundos públicos nas operações de câmbio;

b) reforma fundamentalmente a constituição e o funcionamento das Bolsas, impondo que nelas somente operem pessoas jurídicas;

c) extingue o chamado "mercado paralelo" e cerca de todo amparo o público investidor;

d) cria o "debenture" e o depósito bancário com a garantia de correção monetária, desde que tenham prazo superior a um ano — o que representa a possibilidade de investimentos, da pequena poupança, em duas novas formas extremamente atraentes;

e) prevê a criação de Bancos de Investimentos, sob condições e normas a serem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

f) cria a nova figura de ações nominativas, endossáveis cuja existência era de há muito instantaneamente reclamada e que outorga às ações nominativas a facilidade de negociação de que não dispunham;

g) permite, mediante condições acatadoras, a transformação do debenture em ações, à opção do investidor;

h) cria o novo tipo de sociedade anônima de capital autorizado — outra premissa e necessidade de nossa vida econômica, corrigindo o atraso em que o Brasil se encontrava nesta matéria, com prejuízos incalculáveis a seu desenvolvimento;

i) cria toda sorte de estímulos, sobretudo fiscais, para que as sociedades anônimas se democratizem, abrindo seu capital;

j) cria incentivos reais, especialmente de ordem tributária, para atrair as poupanças ao mercado de capitais e à compra de ações e quotas de fundos em condomínio;

l) extingue, a partir de 1º de janeiro de 1967, o injusto sistema dos "deságios" dos títulos de crédito, mediante o qual se capitalizava, por antecipação, a previsão do avilamento monetário e graças ao qual tais deságios — que constituíam uma espécie de juros — ficavam isentos do imposto de renda para as pessoas que os usufruíam.

Em poucas palavras, se se quiser resumir as finalidades do projeto, diremos que ele disciplina, metódica e rigorosamente, os mercados financeiro e de capitais, cria novos institutos e modalidades de poupança, estimula fortemente os investimentos em formas econômicas sadias e assegura a máxima proteção ao público.

Só louvores, portanto, pode merecer.

Esta Comissão lhe dá, por isto, seu parecer favorável e o recomenda à aprovação do plenário, oferecendo-lhe as emendas seguintes que, sem de forma alguma alterá-lo substancialmente, têm por objetivo corrigir pequenas lacunas ou defeitos, aprimorá-lo e enriquecê-lo com novas medidas e providências perfeitamente acordes com a orientação e a sistemática da proposição original.

#### EMENDA Nº 1 — CPE

Ao § 1º do art. 4º

Altere-se a redação para:

§ 1º. Nenhuma sanção será imposta pelo Banco Central sem antes ter assinado prazo, não inferior a 30 dias, ao interessado para se manifestar, ressalvado o disposto no § 3º do Art. 16, desta Lei.

#### Justificativa

E' de inteira conveniência fixar o prazo mínimo para que os interessados se manifestem, exceto nos casos em que, como previsto no § 3º do art. 16, o retardamento da ação possa acarretar aos investidores prejuízos insuperáveis.

#### EMENDA Nº 2 — CPE

Ao inciso II do art. 7º.

Acrescente-se, *in fine*:

... e forma de representação nas Bolsas.

#### Justificativa

A emenda visa a dar uniformidade à forma de representação das sociedades corretoras junto às Bolsas.

#### EMENDA Nº 3 — CPE

Ao inciso IV do art. 7º.

Altere-se a redação para:

IV — administração financeira das Bolsas; emolumentos, comissões e quaisquer outros custos cobrados pelas Bolsas ou seus membros.

#### Justificativa

Como o conceito de "administração financeira" é mais amplo do que os demais mencionados no inciso, deve precedê-los.

#### EMENDA Nº 4 — CPE

Ao par. 8º (caput).

Suprima-se a palavra "exclusivamente".

#### Justificativa

Manter coerência com a emenda que acrescenta a este artigo o parágrafo 6º.

#### EMENDA Nº 5 — CPE

Ao art. 8º.

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 6º O Conselho Monetário Nacional assegurará aos atuais Corretores de Fundos Públicos a faculdade de se registrarem no Banco Central da República do Brasil para intermediar a negociação nas Bolsas de Valores, sob a forma de firma individual observados os mesmos requisitos estabelecidos para as sociedades corretoras previstas neste artigo, e sob a condição de extinção da firma por morte do respectivo titular, ou pela participação deste em sociedade corretora.

#### Justificativa

Não obstante a firma individual não satisfazer os requisitos básicos de continuidade e melhoria imediata de nível Técnico, parece-nos ser humanitariamente desejável atender aos insistentes apelos que vêm sendo feitos pelos atuais Corretores de Fundos Públicos, no sentido de que lhes seja preservada a personalização da função.

#### EMENDA Nº 6 — CPE

Ao § 1º do art. 9º.

Altere-se a redação para:

§ 1º A partir de um ano a contar da vigência desta Lei, prorrogável, no máximo, por mais 3 meses a critério do Conselho Monetário Nacional será facultativa a intervenção de corretores nas operações de câmbio e negociação das respectivas letras quando realizadas fora das Bolsas.

#### Justificativa

Conceder aos atuais corretores de fundos públicos prazo compatível com as necessidades de adaptação ao que dispõe esta Lei.

#### EMENDA Nº 7 — CPE

Ao § 3º do art. 9º.

Elimine-se a expressão "Excepcionalmente" e acrescente-se, *in fine* a locução "ou de titular de firma individual organizada de acordo com o § 6º do art. 8º, desta Lei.

#### Justificativa

Dar maior clareza e manter coerência com a emenda.

#### EMENDA Nº 8 — CPE

Ao art. 9º.

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 5º A facultatividade a que se refere o § 1º deste artigo, entrará em vigor na data da vigência desta Lei.

para as operações nas quais participem a União, os Estados os Municípios, sociedades de economia mista, autarquias e entidades para estatais.

#### Justificativa

A aplicação imediata do princípio da facultatividade constitui um imperativo de ordem moral no caso de empresas governamentais.

#### EMENDA Nº 9 — CPE

Ao art. 9º.

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 6º O Banco Central da República do Brasil fica autorizado, durante o prazo de dois anos a contar da vigência desta Lei, a prestar assistência financeira às Bolsas de Valores quando, a seu critério, se fizer necessário para que se adaptem aos dispositivos desta Lei.

#### Justificativa

Tendo em vista os objetivos desta Lei no sentido de dinamizar o mercado de títulos, é conveniente possuir fonte de financiamentos para eventuais necessidades financeiras das Bolsas, durante o período de sua adaptação.

#### EMENDA Nº 10 — CPE

Ao inciso IX do art. 10.

Acrescente-se, após a palavra "pagamento" a expressão "a prazo".

#### Justificativa

A participação das sociedades distribuidoras de valores nas operações de "underwriting" somente será possível se admitida a modalidade de venda a prazo. Sendo de todo interesse para o mercado de valores que essas sociedades distribuidoras participem das operações de lançamento de novas ações, parece-nos indispensáveis a emenda proposta.

#### EMENDA Nº 11 — CPE

Ao § 2º do art. 17.

Acrescente-se, *in fine*, a locução "no máximo por mais 6 meses".

#### Justificativa

E' de toda conveniência estabelecer definitivamente prazo para a liquidação das operações de que trata este artigo.

#### EMENDA Nº 12 — CPE

Ao Art. 17.

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 4º A infração ao disposto neste artigo sujeitará os emitentes, coobrigados e tomadores de título de crédito à multa de até 50% do valor do título.

#### Justificativa

Essa norma está vigente com multa de 100% pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, artigo 78 § 1º. A penalidade de proibição de acesso aos bancos oficiais não será suficiente para impedir a perpetuação do mercado paralelo de títulos de crédito.

#### EMENDA Nº 13 — CPE

Ao art. 19.

Acrescente-se o parágrafo seguinte alterando a designação do parágrafo único, já existente:

§ 2º Para as sociedades que já tenham requerido a cotação de suas ações nas Bolsas de Valores, o disposto neste artigo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1966, quando ficará revogado o Decreto-lei número 9.783 de 6 de setembro de 1946.

#### Justificativa

Não cortar abruptamente uma das fontes de recursos das Bolsas de valores.

#### EMENDA Nº 14 — CPE

Ao art. 28 (caput) e § 1º

Onde se lê "Os bancos" leia-se "as instituições financeiras".

#### Justificativa

Tratando-se de modalidade de depósito de relevante interesse para a economia nacional é conveniente ampliar, sob controle das autoridades monetárias o número de entidades que possam realizar essas operações.

#### EMENDA Nº 15 — CPE

A alínea "c" do § 1º do art. 28.

Onde se lê "banco" leia-se "instituição financeira".

#### Justificativa

Manter coerência com a emenda nº

#### EMENDA Nº 16 — CPE

Ao Art. 29

Acrescente-se o seguinte inciso sob o nº V, renumerando-se os demais:

V — a permissão para administração dos fundos em condomínio de que trata o art. 49.

#### Justificativa

Ampliar a área de captação de recursos dos Bancos de investimentos.

#### EMENDA Nº 17 — CPE

A alínea a do § 1º do art. 29

Acrescente-se, *in fine*, a locução "inclusive as condições para concessão de aval em moeda nacional ou estrangeira".

#### Justificativa

Explicitar o texto.

#### EMENDA Nº 18 — CPE

Ao artigo 29

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 4º Atendidas as exigências que forem estabelecidas em caráter geral pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central autorizará a transformação em Bancos de Investimentos de instituições financeiras que pratiquem operações relacionadas com a concessão de crédito a médio e longo prazos, por conta própria ou de terceiros, a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários.

#### Justificativa

Facultar o aproveitamento da experiência acumulada pelas sociedades já existentes e que operam na captação de recursos para investimentos.

#### EMENDA Nº 19 — CPE

Acrescente-se, após o art. 30, alterando a numeração dos demais, o seguinte artigo:

Art. 31. Os bancos referidos no art. 29, quando previamente autorizados pelo Banco Central da República do Brasil e nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão emitir "certificados de depósitos em garantia", relativos a ações preferenciais, obrigações, debêntures ou títulos cambiais emitidos por sociedades interessadas em negócios em mercados externos, ou no país.

§ 1º Os títulos depositados nestas condições permanecerão custodiados no estabelecimento emite do certificado até a devolução deste.

§ 2º O certificado poderá ser devolvido por conveniência do seu proprietário.

§ 3º O capital ingressado do exterior na forma deste artigo, será registrado no Banco Central da República do Brasil mediante comprovação da efetiva negociação das divisas no País.



§ 4º A emissão de "certificados de depósitos em garantia" e respectivas inscrições, ou averbações, não estão sujeitas ao imposto de selo.

#### Justificativa

A sistemática que vêm sendo adotada para atrair capitais estrangeiros, tem focado o problema apenas do ponto de vista dos grandes capitais, esquecendo-se que o mercado financeiro desses países repousa na existência de uma substancial massa de poupanças populares.

A emenda visa permitir que empresas nacionais se beneficiem com a captação dessas poupanças populares, através da venda direta de certificados de depósito em garantia.

#### EMENDA Nº 20 — CPE.

Ao art. 33

Acrescente-se os seguintes parágrafos:

§ 11. As sociedades por ações são obrigadas a comunicar às Bolsas nas quais os seus títulos são negociados, a suspensão transitória de transferência de ações no livro competente com 15 dias de antecedência, aceitando o registro das transferências que lhes forem apresentadas com data anterior.

§ 12. Fica facultado às sociedades por ações o direito de suspender os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações, para atender a determinações de Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 dias intercalados durante um ano, nem por mais de 15 dias consecutivos.

#### Justificativa

A emenda visa a pôr término a práticas que têm prejudicado sentivelmente a confiança do público investidor.

#### EMENDA Nº 21 — CPE.

Ao parágrafo 2º do artigo 35

Acrescente-se "in fine"

"reconhecida por cartório de ofício de notas, ou abonada por estabelecimento bancário".

#### Justificativa

A norma visa dar maior garantia nas operações no interior do país, onde não existem bolsas de valores, valorizando a ação endossável pela segurança da série de endossos. Esse acréscimo já foi feito na Lei nº 4.380, de 1964, em relação às letras mobiliárias endossáveis (Banco de Habitação).

#### EMENDA Nº 22 — CPE.

Altere-se a redação do artigo 42

Art. 42. O imposto de selo não incide nos negócios de transferência, promessa de transferência, opção ou constituição de direitos sobre ações, obrigações endossáveis, quotas de fundos em condomínios, e respectivos contratos, inscrições ou averbações.

#### Justificativa

A alteração visa dar maior amplitude ao texto.

#### EMENDA Nº 23 — CPE.

Acrescente-se ao artigo 44 o seguinte parágrafo:

§ 5º Na subscrição de ações de sociedade de capital autorizado, o mínimo de integralização inicial será fixado pelo Conselho Monetário Nacional, e as importâncias correspondentes poderão ser recebidas pela sociedade, independentemente de depósito bancário.

#### Justificativa

Será útil acrescentar essa norma, para evitar dúvidas sobre a aplicação das normas vigentes, relativas à integralização das ações de capital subscrito.

#### EMENDA Nº 24 — CPE.

Ao art. 44

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 6º As sociedades referidas neste artigo não poderão emitir ações sem direito a voto, nem as de gozo ou fruição, ou partes beneficiárias.

#### Justificativa

Impedir a redução do capital votante da sociedade, bem como a drenagem favorecida de lucros, mediante manobras de aquisição das próprias ações pela sociedade.

#### EMENDA Nº 25 — CPE.

Ao § 1º do art. 49

Altere-se a redação para:

§ 1º A administração da carteira de investimentos dos fundos a que se refere este artigo, será sempre contratada com companhia de investimentos, com observância das normas gerais que serão traçadas pelo Conselho Monetário Nacional.

#### Justificativa

Tornar mais adequada a redação.

#### EMENDA Nº 26 — CPE.

Ao artigo 49

Acrescente-se o seguinte parágrafo: § 4º As sociedades administradoras dos fundos de que trata este artigo, emitirão a favor de seus quotistas ou participantes, título representativo da participação, negociável nas bolsas de valores, sempre nominativo, porém transferível por endosso com observância do que dispõe o § 2º do art. 35, in fine.

#### Justificativa

Facilitar a negociação das participações nos fundos em condomínio.

#### EMENDA Nº 27 — CPE.

Ao § 8º do art. 52

Cancele-se a referência ao "§ 6º".

#### Justificativa

A emenda visa a permitir que a atual estrutura do mercado financeiro seja mantida até 1 de janeiro de 1967, quando se tornará obrigatória a identificação dos tomadores de letras de câmbio.

#### EMENDA Nº 28 — CPE.

Altere-se o caput do artigo 53.

Art. 53. Os juros de debêntures ou obrigações ao portador e a remuneração das partes beneficiárias estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte.

#### Justificativa

O tratamento fiscal dispensado às partes beneficiárias vem provocando distorção indesejável na forma de distribuição de lucros pelas sociedades, em detrimento dos acionistas minoritários.

A emenda visa corrigir essa distorção dando ao sistema tributário uma estrutura mais adequada ao esforço que se está desenvolvendo para a recuperação do mercado de valores.

#### EMENDA Nº 29 — CPE.

Altere-se a redação do caput do artigo 54.

Art. 54. A incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o art. 18 da Lei nº 4.357, de 18 de julho de 1964 sobre rendimentos de ações ao portador, quando o beneficiário não se identifica, fica reduzida para 25% quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto definida nos termos do artigo desta lei, e 40% para as demais sociedades.

#### Justificativa

A emenda visa estimular a poupança popular a investir em sociedades

anônimas de capital aberto. Essas sociedades por estarem fiscalizadas pelo Banco Central devem merecer um tratamento fiscal mais adequado, de modo a compensá-las pelos ônus decorrentes dessa fiscalização.

Acresce ressaltar que o investimento em ações pressupõe uma margem de risco de tal ordem, que não permite gravar o seu rendimento com pesados encargos fiscais, sem o risco de provocar o total desinteresse do público investidor por essa modalidade de investimento.

#### EMENDA Nº 30 — CPE.

Ao art. 58 (caput)

Substitua-se a palavra "promoverá" pela expressão "poderá promover".

#### Justificativa

Embora desejável o princípio de que o Estado deve limitar ao extremo a propriedade de empresas cujas atividades passam à iniciativa privada, não parece razoável que se imponha por Lei a alienação generalizada e imediata.

#### EMENDA Nº 31 — CPE.

Ao art. 58

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Ficam excluídas das disposições deste artigo a Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás) e demais empresas que, a critério do Conselho de Segurança Nacional, interessem à segurança do País.

#### Justificativa

Os interesses da segurança nacional podem exigir a participação acionária da União em níveis superiores aos fixados no artigo, podendo atingir, até mesmo, a totalidade do capital.

#### EMENDA Nº 32 — CPE.

Ao art. 59 (caput).

Acrescente-se, após a palavra "competência" a seguinte locução:

"e no das empresas cujo controle estatal é determinado em Lei especial,"

#### Justificativa

Manter coerência com a emenda nº

#### EMENDA Nº 33 — CPE.

Ao art. 59

Suprimir o inciso IV

#### Justificativa

A correção monetária não estava prevista para as obrigações em apuro, cuja mobilização antecipada já constitui um benefício ao contribuinte.

#### EMENDA Nº 34 — CPE.

Acrescente-se após o artigo 67, renumerando os demais, o seguinte artigo:

Art. O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer ação executiva.

§ 1º Por esta via o credor haverá a diferença entre a taxa de câmbio do contrato e a da data em que se efetuar o pagamento, conforme cotação fornecida pelo Banco Central da República do Brasil, acrescida dos juros de mora.

§ 2º Pelo mesmo rito serão processadas as ações para cobrança dos adiantamentos feitos pelas instituições financeiras aos exportadores, por conta do valor do contrato de câmbio, desde que as importâncias correspondentes estejam averbadas no contrato, com anuência do vendedor.

§ 3º No caso de falência ou concordata o credor poderá pedir a restituição das importâncias adiantadas, a que se refere o parágrafo anterior.

#### Justificativa

O contrato de câmbio, de que aqui se trata, é uma compra e venda a termo, em que os bancos figuram ora como comprador, ora como vendedor. O inadimplemento desse contrato traz sérias consequências para o estabelecimento bancário.

#### EMENDA Nº 35 — CPE.

Acrescente-se após o artigo 67, renumerando os demais, o seguinte artigo:

Art. O Conselho Monetário Nacional quando entender aconselhável, em face de situação conjuntural da economia, poderá autorizar as companhias de seguro a aplicarem, em percentagens por ele fixadas, parte de suas reservas técnicas, em letras de câmbio, ações de sociedades anônimas de capital aberto, e em quotas de fundos em condomínio de títulos ou valores mobiliários.

#### Justificativa

A emenda visa a integrar os instrumentos que já vêm sendo feitos pelas companhias de seguros, ao esforço desenvolvido pelas autoridades monetárias para a retomada do desenvolvimento econômico nacional.

#### EMENDA Nº 36 — CPE.

Acrescente-se, onde convier, na Seção XIII o seguinte artigo, renumerando os demais:

Art. Os contribuintes em débito para com a Fazenda Nacional, em decorrência do não pagamento do imposto de selo federal, incidente sobre contratos ou quaisquer outros atos jurídicos em que tenham sido parte ou interveniente a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, os Territórios, e suas autarquias, levados a efeito anteriormente à Lei nº 4.388 de 28 de agosto de 1964, poderão, dentro do prazo de trinta dias, a contar da publicação desta lei, recolher aos cofres federais o imposto devido, isentando de qualquer penalidade ou correção monetária.

#### Justificativa

A incidência do selo federal sobre contratos e outros atos jurídicos, em que eram parte ou interveniente as pessoas jurídicas de direito público, foi tema passível de interpretações diversas, quer nas instâncias judiciais, quer nas administrativas.

Parece oportuno, e de justiça, dar solução definitiva aos diversos casos que pendem ainda de decisão, relativos a contratos e atos jurídicos levados a efeito anteriormente à Lei nº 4.388 de 28 de agosto de 1964, com repartições da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal, dos Territórios, e das autarquias. A emenda objetiva a possibilidade de recolher o contribuinte o imposto devido, dentro de certo prazo, isento da incidência de qualquer penalidade ou correção monetária.

A providência, do resto, tem sido objeto de atos do próprio Governo que, recentemente, baixou o Decreto nº 55.866 de 25 de março de 1965, regulamentando a cobrança do imposto sobre a renda, dele fazendo constar as disposições dos artigos 433 e 434 que permitem retificações de declarações de bens e de rendimentos, relativas a exercícios anteriores, excluídas as penalidades.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1965. — Jefferson de Aguiar, Presidente em exercício. — Mem de Sá, Relator. — Lino de Mattos. — Walfredo Gurgel. — José Guimard. — Edmundo Levi.

Nº 739, DE 1965

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1965

Relator: Sr. Senador Mem de Sá

O projeto de lei ora sob nosso exame, oriundo de mensagem do Poder Executivo, disciplina o mercado de

capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Consequentemente, como sua própria ementa indica, é projeto da mais alta relevância. Vincula-se, por sua natureza, ao elenco de medidas legislativas reclamadas pelo governo para dar execução à sua política econômico-financeira, que tem por meta fundamental conter a inflação e, no mesmo passo, oferecer novas bases para o desenvolvimento nacional.

Criar o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central da República sem, simultaneamente, estabelecer as regras básicas deste projeto, não é a consequência lógica e necessária que justificam a prioridade reformadora, na qual este projeto, como outros órgãos de cúpula, o Conselho e o Banco.

Daí porque, de acordo com o que se dispõe logo no art. 1º da proposta, sob o mesmo título, escreve-se que "os negócios financeiros e de capitais serão disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central da República", dando-se, a seguir, nos arts. 2º e 3º, a competência de cada qual com relação aos referidos mercados.

Por sua vez, o projeto, após fixar a competência geral do Conselho e do Banco nos mercados financeiro e de capitais, disciplina estes próprios mercados, criando e instituindo normas para o que chama de "sistema de distribuição no mercado de capitais" para o acesso a ditos mercados, seja em relação ao capital nacional, seja em relação ao capital estrangeiro, dando a (e) os termos do que denominam de "processo de empresas de capital e de negócios financeiros nacionais".

Com esta mesma estrutura, estabelece, então, o projeto normas gerais precisas em torno de operações com cláusula de conversão monetária, de ações e obrigações negociáveis, de debêntures negociáveis em ações, de sociedades anônimas de capital autorizado, de sociedades e fundos de investimentos, de contas correntes bancárias, de tributação de rendimentos de títulos de crédito e ações, de alienação de ações das sociedades de economia mista.

Do âmbito da Comissão de Finanças, o projeto de lei acolhida por se tratar de uma medida fundamental à execução de uma política financeira com relação à qual temos dado ao governo irrestrito apoio. A nós como membros desta Comissão, o projeto em si não oferece elementos para extensas apreciações. As matérias de que cuida apresentam a importância imediata para a iniciativa privada, de bem que por seus efeitos, se constituam em providências suscetíveis, inclusive, de melhoraram as atividades, os empreendimentos e as iniciativas estritamente vinculadas à ação governamental. Sobre tudo, firmamos, nos setores financeiros.

A vista disso, a Comissão de Finanças, com favorávelmente ao presente projeto de lei, bem como das 36 emendas da Comissão de Projetos do Executivo que não alteram, mas complementam, o teor da proposição.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1965. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Wilson de Sá*, Relator. — *Atílio Fontana*. — *Lobão da Silveira*. — *Menezes Pimentel*. — *Faria Tavares*. — *Edmundo Levi*. — *Pessoa de Oliveira*. — *José Roberto*. — *Eduardo Klinger*. — *Walter Gurgel*.

#### O SR. PRESIDENTE:

— *Nogueira da Gama* — Pela flidade da exposição. (Pausa)

No expediente há figuram contendo as razões de votos presidenciais opostos a quatro proposições legislativas, a saber:

— Projeto de Lei nº 2.719-A-65 na Câmara e nº 31-65 no Senado, que fixa os votos para os símbolos para os cargos e das funções gratificadas do Quadro de Segurança do Tribunal Re-

gional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências (veto total);

— Projeto de Lei nº 3.001-B-61 na Câmara e nº 35-62 no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto àqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (veto parcial);

— Projeto de Lei nº 562-55 na Câmara e nº 220-56 no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (veto parcial);

— Projeto de Lei nº 2.635-B-65 na Câmara e nº 34-65 no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional (veto parcial).

Para as Comissões Mistas que deverão relatar esses vetos foram designados:

— quanto ao primeiro, os Senhores Senadores:

*Lobão da Silveira* — PSD

*Argemiro de Figueiredo* — PTB e

*Lino de Melo* — PTB;

— quanto ao segundo, os Senhores Senadores:

*Armando Storpi* — PSD,

*Milton Menezes* — UDN e

*Hermann Torres* — PDC;

— quanto ao terceiro, os Senhores Senadores:

*Jefferson de Aguiar* — PSD

*Edmundo Levi* — PTB e

*Cattete Pinheiro* — PTN;

e quanto ao quarto, os Senhores Senadores:

*Ruy Carneiro* — PSD,

*Lopes da Costa* — UDN e

*Aurélio Vianna* — PSB.

Tendo em vista a existência, além desses, de muitos vetos presidenciais sem data marcada para apreciação, em virtude de transferências levadas a efeito por motivos de interesse dos trabalhos das duas Casas, esta Presidência deliberou:

a) convocar sessões conjuntas para os dias 1, 6, 7, 13, 14, 15, 20 e 21 de julho próximo às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) dar a essas sessões, e às já convocadas para os dias 9, 10, 15, 16, 22, 23 e 30 de junho a destinação constante da relação que será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

O Sr. 1º Secretário lê a seguinte:

#### COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1965. — *Wilson Gonçalves*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — A comunicação que acaba de ser lida à publicação.

Há oradores inscritos

Tem a palavra o primeiro deles, o Senhor Senador Raul Guberti.

#### O SR. RAUL GUBERTI:

(*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente — Desejo desta tribuna fazer algumas considerações com relação à indústria açucareira, no momento, em que, no meu Estado, se pretende instalar mais uma usina desse produto. Há quem cite argumentos contrários tendo em vista, principalmente, o fato de haver abundância de açúcar, tanto nos mercados internacionais como nacional. Aparentemente, os defensores da retração produtiva têm razão, podendo até perfilar dados estatísticos em abono de sua tese. Limitam-se, por exemplo, em 70 milhões de sacas a safra de 1965-66, índice jamais atingido pela produção nacional. A colocação nos mercados externos por parte dos outros países produtores é também excepcional. E o Brasil até hoje ainda não pôde competir com esses fornecedores, oferecendo o seu produto por preços tão baixos quanto os de seus concorrentes. O nosso país é o segundo produtor de açúcar do mundo, depois de Cuba. Mas a sua possibilidade de exportação é muito escassa. Todos esses fatores, podem conduzir à criação de que se impõe o controle restritivo do fabrico do açúcar. Isto, porém, é conclusão que nos parece um tanto apressada e que de maneira alguma, invalida os esforços para o reequipamento das fábricas existentes e ampliação do parque açucareiro, onde quer que tal medida se justifique.

Nos Estados Unidos, onde se fabricam os mais aperfeiçoados implementos para a indústria açucareira, não há extensão lavou canaveira. Faltando em termos relativos, a produção de Florida e Louisiana é muito pequena. O açúcar consumido pela população é importado das regiões tropicais, principalmente as Antilhas e Havai. Nesse país a cota consumida per capita anualmente é de 41 kg., enquanto que no Brasil o índice não excede a 36 kg. per capita, no mesmo período. Evidencia-se, destarte, que o consumo interno ainda não atingiu, em nosso país, o ponto de saturação. Essa diferença não seria coberta apenas com a igualação dos índices mencionados. Quer dizer, quando o consumo registrar a taxa de 41 kg. por pessoa, como prevalece nos Estados Unidos, ainda não poderemos afirmar que houve saturação no consumo, pela circunstância que adivizmos: a cana não é usada apenas na fabricação do açúcar, mas também tem larga aplicação na indústria do álcool, da celulose, da aguardente e de material isolante; e, em proporção considerável, no trato alimentício do gado.

O hábito de tomar café, principalmente o chamado "cafézinho", de tão largo consumo nos grandes centros urbanos, acarreta maior consumo de açúcar. O desequilíbrio econômico e social prevalecente em nosso país, faz com que grande parte da população, não absorva quantidade apreciável de açúcar. O consumo interno, entretanto, tende a aumentar. O crescimento vegetativo da população, que se verifica de maneira tão marcante, prognostica que o Brasil terá, dentro dos próximos cinco anos, 100 milhões de habitantes. Em face de semelhante perspectiva, achamos que o recuo de que o açúcar venha a faltar, é mais justificável do que o temor de superprodução. Esta, quando ocorre, não apresenta as mesmas características sombrias que acompanham a superprodução de outros itens da indústria alimentícia, notadamente o café. Os derivados para o superávit de cana, que pode ser empregado no fabrico do álcool carburante e outros produtos industriais, como já assinalamos. Grande parte da cana pode ser usada como forragem ou na fabricação de celulose, etc. Em suma, podemos afirmar que o Brasil precisa duplicar a produção açucareira nos próximos dez anos, visando aos seguintes objetivos: suprir o consumo interno e conquistar novos mercados no exterior. Embora a previsão nos dê certa perspectiva, não empapa, o quadro açu-

da economia açucareira nos inspira apreensões. O nordeste que é, tradicionalmente, grande produtor de açúcar, enfrenta sérias dificuldades, no momento. De Pernambuco nos chega a notícia da paralisação de usinas, acarretando o desemprego de milhares de operários. É provável que a crise atinja outros Estados do nordeste, visto que a sua origem está, em grande parte, na estrutura social vigente na região. Assim, poderemos dizer que a crise agrícola pode ser superada com a adoção de duas medidas que se complementam: a revisão agrária e a diversificação da lavoura. O fenômeno ocorrente em Pernambuco, já fora previsto por especialistas argutos. Para eles o fato não constitui, por isso, nenhuma surpresa. Fenômeno idêntico ocorreu em São Paulo e Paraná, com relação ao café. Os cafeicultores desses dois Estados foram, porém, mais felizes, porque puderam adotar em tempo as providências que se impunham e a estrutura social permitiu: começaram a diversificar a lavoura, desenvolvendo, inclusive, a de cana em larga escala. A natureza do solo indicava o rumo a seguir. Com os impelidos surgidos na indústria agro-açucareira do nordeste, a produção tende a se deslocar cada vez mais para o sul. Na região meridional predomina o regime de pequena e média propriedade; o solo é, de modo geral, favorável ao cultivo da cana. A ampliação do parque açucareiro no sul tem gerado ressentimentos regionalistas, mas a sua explicação não pode ser encontrada fora da Economia Política: é um fato de natureza econômica que se sobrepõe a qualquer interpretação psicológica. Em São Paulo, a produção de açúcar, desde o início, apresentou melhor rendimento do que no Nordeste. A natureza do solo e meios técnicos mais aprimorados tornaram possível tal resultado. Enquanto no nordeste obtém-se 37 toneladas por ha., em São Paulo alcança-se 47 ton. na mesma área. O Instituto do Açúcar e do Alcool, que tem a seu crédito grandes serviços prestados ao país, principalmente nos momentos de crise, vem traçando com segurança as diretrizes para a economia açucareira, tanto a curto como a médio prazo. O seu Plano de Defesa da Safra de 1964-65 prevê a cota de 48,19 milhões de sacas a serem entregues ao consumo interno. A crise, porém que assolou a lavoura canavieira no nordeste poderá afetar essa previsão, acarretando apreciável déficit na distribuição do produto. Com a largueza de vista com que o Instituto elabora as suas normas, da safra de 1965-66, deverá ser destacada o contingente de 50 milhões de sacas para o abastecimento nacional. O restante, avaliado em 20 milhões de sacas, será distribuído em duas parcelas: uma para ser estocada sob a forma de cristal, e a outra reservada para exportação. O I. A. A. cogita de reaparelhar o parque fabril de açúcar, instalando novas usinas e ampliando as existentes. Como o período que medeia entre a instalação e a produção é, no mínimo, de dois anos, o suprimento de matéria-prima pode ser, no início, insuficiente, o próprio Instituto consentiu que os detentores das novas cotas as aproveitem por etapas, desde que as integrem até a safra de 1970-71.

As usinas, cuja instalação se acha programada, deverão produzir 15 milhões de sacas. Elas serão distribuídas por diversas Unidades da Federação, cujas condições ecológicas permitem a lavoura canavieira. Esse é o único critério admissível, nas atuais circunstâncias. A matéria-prima deve estar próxima das usinas; de outra forma o transporte onera proibitivamente a produção. É mais barato transportar o açúcar para as regiões que não o produzem do que a cana para as montanhas distantes.

As novas cotas de distribuição entre 13 Unidades Federais, menos Rondônia, Paraná e Mato Grosso, que não

Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, que já são produtores.

Nos Estados contemplados, em alguns deles não se apresentaram candidaturas, como é o caso do Piauí, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já em São Paulo, Minas Gerais e Paraná a ausência de candidatos foi bastante superior às cotas existentes. Este fenômeno é explicável pelas facilidades creditícias proporcionadas pela GERCA, sigla do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.

Esse órgão surgiu como instrumento incentivador das atividades agrícolas em zonas que fossem recuperadas aos cafezais deficitários, cuja extinção foi deliberada pelo IBC. A Resolução 14 do GERCA estabeleceu que algumas atividades teriam prioridade de financiamento, destacando-se, em primeiro plano, a indústria do açúcar. O financiamento é feito na base de 70 por cento, com recursos provenientes do Fundo de Reserva de Defesa do Café. Destarte, torna-se compreensível que a instalação de novas usinas desperte maior interesse na região centro-sul do País, onde é acentuada a produção de café. Verificou-se um entrosamento entre o I.A.A. e o IBC, de que resultou em apoio notável para a indústria açucareira, embora deslocando-a dos centros tradicionais. Anapá e Acre estão prestes a iniciar a produção de açúcar, com a cota de 100 mil sacas cada. No futuro, quando a lavoura da cana estiver bem desenvolvida, a cota será aumentada até o limite de atender aos reclamos das populações locais com preços possivelmente inferiores aos atuais, tendo em vista a supressão do frete que hoje é devido pela longa distância a percorrer desde os centros produtores até o mercado consumidor.

Note-se por esse fato que o I.A.A. procurou beneficiar também Estados não produtores de café. Apesar do incentivo, em alguns Estados, não houve candidaturas; para diversas usinas programadas; alguns projetos também não lograram aprovação da Comissão Julgadora. Não se pode, pois, atribuir ao Instituto parcialidade na programação das novas usinas. Das 50 usinas a ser instaladas pelo regime de cotas, foram aprovados apenas 31 projetos. Já que a produção está orçada em 15 milhões de sacas, haverá um déficit correspondente a 4,4 milhões de sacas. Para fazer face a essa contingência, o I.A.A. deliberou que as cotas que não fossem aproveitadas na primeira concorrência, seriam redistribuídas, podendo recair em regiões que não foram escolhidas da primeira vez. Resta ainda quase a metade a ser colocada. Tudo leva a crer que somente a região centro-sul do país poderá absorvê-la, em face do apoio financeiro que o GERCA emprega. No Estado do Espírito Santo deverá ser instalada uma usina de 100.000 sacas, no município São José do Calçado, graças aos esforços de toda população liderada pelo Senhor Pedro Vieira para a qual já existe projeto aprovado. Como a cota para o meu Estado é de 250.000 sacas, há um excedente de 150.000, que, de futuro, poderá ser aproveitada no mesmo Estado.

Atualmente, o Estado do Espírito Santo produz 338.000 sacas, quantidade essa que fica bastante aquém das necessidades regionais. Até 1970-71, o consumo previsto é de 1.480.000 sacas, registrando-se, ainda, assim, um déficit de 1.142.000 sacas. A fim de atender à demanda futura de açúcar, o Estado do Espírito Santo, como, aliás, os de São Paulo e Paraná, cujo meio físico apresenta as melhores condições de rendimento, terão de ampliar e modernizar o parque açucareiro.

Esse programa decorre da necessidade crescente de consumo, que, por sua vez, é o fruto do aumento populacional, melhoria das condições de vida, mais justa distribuição da riqueza na-

cional e outros fatores que se inserem na mesma linha da economia desenvolvimentista.

Tratando-se de uma indústria cara, que exige, de modo geral, extensa base agrícola para operar, a instalação de uma usina moderna requer largos recursos financeiros. Considera-se ainda o fato de que, quanto maior a capacidade produtora da usina, mais econômica se torna. Uma usina de 500.000 sacas custa 25 por cento a menos do que uma planejada para 250.000. Mas nem sempre é possível orientar-se tendo em vista a economicidade na produção. A concentração em grandes usinas somente é viável quando o processo econômico da região atinge um estágio avançado, conforme já se delineia no Estado de São Paulo e Paraná, e também Rio Grande do Sul, se bem que neste último predominem condições climáticas desvantajosas à lavoura canavieira. Tais condições têm sido o maior obstáculo ao desejo do Estado sulino de se libertar da importação de outras regiões, tornando-se auto-suficiente em questão de açúcar. As experiências feitas ali não lograram pleno êxito, apesar de terem sido conduzidas segundo as melhores técnicas agrícolas. As geadas têm assolado as plantações, e as variedades de cana mais rentáveis não se aclimataram na região. Desse modo, para instalar-se um parque fabril de grandes usinas, é necessário a convergência de dois fatores: associação de grandes capitais e terras favoráveis à cultura. A dispersão do fabrico em pequenas usinas é ainda o regime vigente em muitos lugares. É um processo anti-econômico, mas em países subdesenvolvidos toda indústria agrícola surge e se amplia dessa maneira.

O parque açucareiro apareceu primeiramente no Norte, e, durante longo período, abasteceu o País. E quando sobreveio o impacto de limitação, proveniente do desequilíbrio entre produção e consumo, foi o que mais sofreu. No pós-guerra, já se tornava premente a necessidade de reequipar o parque, renovando as instalações e estabelecendo novas usinas. Isto só se poderia alcançar a longo prazo, devido ao montante de capital exigido. A esta dificuldade allava-se o regime de congelamento de preços a longo prazo, quando, então, já se faziam sentir o aumento contínuo dos fatores de custo. Em tais circunstâncias não seria possível, como realmente não foi, o surtimento de novas usinas no Norte. Ao mesmo tempo, no Sul, instituiu-se o sistema de preço único na mesma praça para os produtos oriundos de diversos Estados. Atualmente, novas limitações naturais incidem sobre o parque açucareiro do Nordeste, Pernambuco, cuja produção é, em parte, exportada, vê-se na contingência de restringir a área dos canaviais, destinando as terras liberadas ao cultivo de outros produtos, que faltam ou escasseiam na alimentação das populações do interior. As pequenas e médias usinas já não satisfazem as exigências sociais. Desempenhar o seu papel em épocas que as admitem. Com o tempo, porém, tornaram-se inadequadas, e devem ser substituídas pelas grandes centrais.

O Estado de Alagoas, que também é grande produtor, apresentando-se com uma cota de mais de seis milhões de sacas, está em vias de instalar mais uma usina de 500.000 sacas. As condições geofísicas, ali predominantes, são bastante favoráveis: o aproveitamento dos chamados tabuleiros, que são planaltos pouco elevados, realiza-se de maneira auspiciosa permitindo a mecanização da lavoura em larga escala.

A industrialização é imperativa de nossa época. Não podemos fugir a esse desafio. A maquinaria empregada no plantio e colheita da cana, como na sua transformação industrial, precisa ser aprimorada até o limite da técnica moderna. A lavoura açucareira

de só pode garantir o pagamento de baixos salários, que são fatores de instabilidade social. Urge nos recorrer também, no setor açucareiro, às vantagens que a tecnologia proporciona. É preciso garantir preços mais baixos ao consumidor e alargar a nossa capacidade de exportação. Nos países antilhanos, a indústria do açúcar e outros produtos derivados da cana apresenta índices de maior produtividade que o nosso país. Existem grandes centrais. Ali encontram-se usinas até com 64 rolos de moenda, compreendendo dois trens de moenda com igual número de rolos. O melão já constitui um item econômico a parte, dado o volume de sua produção. Observa-se isto principalmente em Cuba e Haiti. É que o melão, misturado com forragem, é alimento de primeira ordem para o gado. O bagaço e usado como combustível nas caldeiras. Nos Estados Unidos, o bagaço é tratado em grandes instalações fabris, onde se transforma em chapas para paredes, isolantes, etc. A produção diária da principal fábrica, que se situa em Luisiana, é mais de 2 milhões de pés cúbicos. No mesmo Estado, em Lockport, existe grande fábrica de papel para imprensa, que utiliza o bagaço como exclusiva matéria-prima. Não desejamos nos alongar na exposição sobre o que ocorre fora do nosso país. Esta breve intercalação deve figurar apenas como amostra do que se pode fazer com os subprodutos da cana além de inúmeras possibilidades que as pesquisas tecnológicas podem revelar. Mas mesmo sem ir tão longe, se utilizarmos os recursos atualmente disponíveis, poderemos atingir a níveis surpreendentes de rentabilidade. Se notarmos que a automatização já é usada nos Estados Unidos e Canadá, na indústria açucareira, esse fato nos poderá dar uma medida aproximada de nossa posição. O nosso progresso deve visar menos a exportação do que o atendimento interno, que cresce com a densidade populacional. Nesse sentido, há de se visar a eficiência produtiva, procurando obter de pequenas áreas o maior rendimento, e diversificando a agricultura, a fim de que se possa incrementar outros ramos da indústria alimentícia, que são incipientes ou se apresentam deficitários. Um programa minucioso de pesquisas poderia ser desenvolvido, levando em conta os seguintes objetivos:

a) No setor da lavoura — estudo e seleção das variedades de cana, experimentação, preparação do solo, adubação, irrigação e defesa contra as pragas, cultivo.

b) No setor dos transportes — corte e transporte mecânicos da cana.

c) No setor organizacional — automatização do trabalho e organização industrial, visando o maior rendimento com a menor participação humana.

d) No setor industrial — emprego dos subprodutos na fabricação de celulose, papel, isolantes, etc., e utilização do melão na alimentação bovina.

e) No setor social — seguros, melhores salários, instrução técnica, assistência médica.

As terras do Espírito Santo são propícias à cultura da cana, e a estrutura social não apresenta os problemas comuns ao latifúndio. Dentre os municípios que possuem características mais adequadas à agro-indústria do açúcar Colatina figura como o que pode oferecer a preferência para o estabelecimento de nova usina. Um rápido esboço de sua situação geográfica mostra que ele preenche cabalmente os requisitos do GERCA para financiamento e construção de usina.

A sua área é de 4.400km<sup>2</sup>; cerca de cinco mil proprietários detêm a posse da terra, sendo esta, portanto, bastante fragmentada. O município já produziu cerca de um milhão e duzentas mil sacas de café por ano e, em 1964, produziu 100 mil sacas de açúcar.

considerado um dos mais progressistas do país.

A cafeicultura, entretanto, decaindo em consequência da política oficial de arrecadação dos cafezais anti-econômicos, que o GERCA instituiu.

Está agora na fase de diversificação agrícola, segundo as diretrizes traçadas pelo IBC para as regiões que mais foram atingidas e sofrerão com a extinção dos cafezais. Colatina está nesse caso: 20 milhões de cafeeiros foram ali erradicados. O fato é bastante significativo, se levarmos em conta a área do município.

A essa perda deve corresponder uma compensação justa. A mão de obra liberada necessita de colocação condigna. A economia local ressente-se dessas medidas que a conjuntura nacional impõe, e por isso espera dos poderes públicos o apoio que contrabalance o desgaste sofrido. Cabe ressaltar que o Sr. Governador do Estado e o Sr. Ministro da Indústria e Comércio já hipotecaram opôlo ao objetivo de instalar em Colatina a usina açucareira. O Doutor Walter Lazzarini, Diretor Executivo do GERCA, também reconhece justa a necessidade de reivindicação desse município. No mesmo sentido se manifestaram as representações do Espírito Santo no Congresso.

Os Srs. Ministro de Minas e Energia e o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce têm, igualmente, apoiado a iniciativa, mas até o momento nada se fez no terreno prático. As autoridades públicas, ligadas ao setor açucareiro, não desconhecem que há marcado déficit no consumo de açúcar no Estado.

Urge, pois, iniciar a construção da usina, conforme o disposto no projeto aprovado pela Comissão Julgadora do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Desta tribuna faço um apelo às autoridades para que não delonquem mais a concretização desse objetivo fabril, de que é lícito esperar grandes benefícios para o fortalecimento da economia regional. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Mogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Miarinho. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, dentre os diversos setores da vida econômica do país destaca-se o do café. Temos, na exportação de café, a nossa maior fonte de divisas. No entanto, a situação desse produto não se apresenta nada promissora.

Temos em mãos uma revista do IDORT, que publica trabalho intitulado "O Brasil voltará a consumir café?" Logo em seguida, diz o seguinte: "Cal assustadoramente o consumo no País e no Exterior".

Verifica-se que enquanto o Instituto Brasileiro do Café procura seguir a orientação governamental, a Junta Administrativa do próprio Instituto composta de cafeicultores, de exportadores, comerciantes segue outra. Infelizmente, o Brasil vem frequentemente atravessando sérias crises, no setor cafeeiro; e a verdade é que temos perdido terreno, pois as nossas exportações têm diminuído — e conforme diz a revista do IDORT, até mesmo o consumo interno tende a diminuir, apesar do preço irrisório pelo qual é cotado.

Problemas de esta natureza não se resolvem com uma solução para o problema, pois que se verifica uma tendência para apresentar a produção



apesar da baixa a que se evidencia nas nossas exportações.

Numa notícia publicada recentemente pelo jornal "O Globo" denuncia que:

"Enquanto as previsões para a exportação no corrente ano é de aproximadamente dez milhões de sacas, a colheita, já iniciada, está prevista para trinta milhões de sacas".

Isto traz sérias dificuldades à economia nacional, à própria diretoria do Governo que está promovendo um grande esforço para conter a inflação.

A esta situação atribui o Jornal e nós concordamos — o fato de o Brasil procurar, na sua política de exportação, manter estável o preço do café numa base altamente remuneradora, enquanto que os países africanos procuram vender o seu produto sempre em maior escala, ainda que a preços mais baixos. Cita o pronunciamento do Sr. João Garcia, homem de empresa, estudioso do assunto, cafeicultor desde 1948, diplomado pela Escola Superior de Guerra, onde se aperfeiçoou na matéria:

"que o Instituto Brasileiro do Café está realizando uma política que defende mais os interesses africanos do que os interesses brasileiros".

Diz ele, em seguida, que havia uma diferença de 7 dólares e 88 centavos por sacas, em dezembro de 1963, e de 20 dólares e 30 centavos por saca em 1964 entre o café tipo "santos", nº 4, e o café "robusta". Quer isso dizer que enquanto o Brasil procura, de acordo com o Acordo Internacional do Café, manter o preço no exterior, fixado previamente, os africanos vendem o café "robusta" por um preço cada vez mais baixo, conforme o verificamos por essa diferença de preço, que está aumentando, entre os dois tipos de café.

Outrora temos um comentário, segundo o qual o Presidente do Instituto Brasileiro do Café declarou que o Brasil exportou menos no ano passado, mas o volume de divisas foi muito superior ao do ano de 1963.

Até aí está tudo certo: recebemos mais dólares, exportando menos café. Mas as perspectivas para os homens de negócio, numa situação como esta, não são muito boas, porque os outros países vão tomando conta do mercado, vão-se infiltrando, invadindo o mercado, enquanto o Brasil perde terreno e exporta menos. Amanhã ou depois, poderá, mesmo haver redução do volume de divisas resultantes da exportação do café.

Pior que o problema de exportar menos, é ter o Governo, no caso a obrigação de adquirir o excedente de café, de acordo com a política adotada, não apenas por este Governo revolucionário, mas pelos anteriores e que remonta há dezenas de anos. Política esta, aliás, que acompanhamos já há algum tempo e que consiste, também na valorização do produto internamente.

Como consequência, temos uma produção que cresce anualmente. Somente em decorrência de fenômenos, como o das geadas, por exemplo — que de vez em quando ocorrem, principalmente no Estado do Paraná — é que diminui nossa produção de café.

Assim é que, na safra de 1963/1964, houve uma colheita muito diminuída em virtude de geadas então ocorridas. Logo em seguida, porém, os cafezais se recuperaram e em lugar dos 13 milhões de sacas de café, da safra anterior, estão sendo esperados 30 milhões de sacas para a presente colheita, com tendência a aumentar, se não houver geada.

E por que? — Este o ponto nevrálgico do problema: porque temos, no Brasil, uma política de preço alto para

o café nacional, que assim não é considerado pelos fazendeiros cafeicultores, que querem ter suas fazendas no interior e morar nos grandes centros urbanos, com padrão de vida elevado, bonitos automóveis, muitas vezes estrangeiros, apesar de já termos uma indústria automobilística no Brasil. Enfim Sr. Presidente, para esses produtores o preço do café é pequeno, porque não rende muito, sem dúvida, uma fazenda de café administrada do Rio de Janeiro ou de São Paulo ou de Curitiba, quando está localizada no interior dos Estados.

Temos, então, dois tipos de cafeicultores: os dos grandes centros e os que moram na fazenda, cuidam da sua lavoura, estão à testa da sua administração e, com os próprios familiares, trabalham na colheita do café. Para estes, realmente há lucros amplamente satisfatórios nos preços determinados pelo Governo; para os que moram nos centros urbanos, longe das fazendas, sempre parece que o preço está abaixo de uma justa remuneração, daí por que defendiam — em geral — são homens de projeção política, de destaque na vida social do País — um preço cada vez mais alto. Assim, em vez de mais gêneros de primeira necessidade, a tendência é produzir mais café.

O Sr. Milton Menezes — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. Milton Menezes — Estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex<sup>a</sup> a respeito da situação cafeeira nacional. Ainda não compreendi se V. Ex<sup>a</sup> está a defender os termos da atual política cafeeira do Governo ou se os está criticando. Entretanto, há instantes, V. Ex<sup>a</sup> afirmou que há que distinguir o cafeicultor que vive na terra do que tem fazendas e moradas nas Capitais, dizendo que, para estes os preços atuais, oferecidos pelo Governo, poderão parecer insuficientes, ao passo que para os que residem na propriedade que trabalham a terra, até mesmo diretamente, seria satisfatório. Evidentemente, está V. Ex<sup>a</sup> argumentando com a exceção, de vez que hoje a lavoura cafeeira não é mais privativa de uma aristocracia rural. Sabe bem V. Ex<sup>a</sup> — que está demonstrando ser conhecedor do assunto — que a lavoura cafeeira está distribuída por 470.000 propriedades no território nacional. Só no Norte do Paraná são 136.000. Assim, temos de pensar em preços em relação ao lavrador que, diretamente, cultiva a terra, porque a grande maioria, no Paraná, pelo menos, 98% ou 99% dos proprietários de fazendas de café, residem nas próprias propriedades, em geral de pequena extensão, pois não vão além de 10 alqueires medidos. Ainda para o presente caso — ou seja, para aqueles que residem na propriedade e trabalham a terra diretamente — os preços oferecidos pelo Governo à consideração da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, são insuficientes para criar, a é certo ponto, o custo da produção. Continuarei ouvindo V. Ex<sup>a</sup> para, afinal, compreender qual o ponto de vista que defende: se endou acretado o Governo com a adoção da atual política cafeeira, ou se, caso contrário, está V. Ex<sup>a</sup> criticando o Governo da República.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

No decorrer do discurso que estou proferindo, terei oportunidade de fixar meu ponto de vista, não só com referência à questão do café, como de outros produtos da lavoura e da pecuária.

A verdade, porém, é que, se parece suficiente o preço fixado pelo Governo para os cafeicultores que não comercializam diretamente o produto com os exportadores, não será nunca inferior àqueles obtém os que cul-

tivam o milho, o feijão, o arroz, a batata, ou aqueles que criam o boi, o suíno. Estes recebem remuneração muito inferior.

Declarou o nobre representante do Paraná ser elevado o número de patricios nossos possuidores de lavouras de café. Isto indica muito bem que são atraídos para o café porque, nos outros setores da vida rural, a remuneração é inferior.

Verificamos ainda que as grandes fazendas nem sempre colhem bom café. O café colombiano, considerado o melhor do mundo, é em geral oriundo da pequena propriedade, da propriedade familiar, porque é a própria família quem o colhe, com todo o carinho, na hora certa. Consequentemente, pode colher café melhor.

O Sr. Milton Menezes — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. Milton Menezes — Se fôssemos adotar, entre nós, ao preço vigente dos salários na lavoura do café, o processo colombiano de colheita, posso afirmar a V. Exa. que uma saca de café colhida de acordo com aquele processo, — o café colhido a dedo, em cereja — viria custar cerca de Cr\$ 5.000. Somente a colheita e secagem de uma saca de café. E, praticamente, impossível entre nós. O processo colombiano não pode ser transportado para o ambiente nacional por divergentes circunstâncias, de lá e de cá. A colheita como tradicionalmente se faz no Brasil já custa um alto preço. Se fôssemos colhê-lo como faz o colombiano, seria, praticamente impossível ao lavrador obter qualquer vantagem ou lucro.

SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pela colaboração do nobre Senador, mas continuamos no nosso propósito de trazer ao debate um problema dos mais importantes para o País e procurar dar, também, uma colaboração, mostrando que, se o Governo deseja que não tenhamos uma superprodução como vimos tendo, precisa proporcionar condições de estímulo àqueles que cultivam os cereais, que cultivam as leguminosas, que produzem os cereais de que precisamos, que criam o boi, que criam o suíno.

Se o Governo pretende que os gêneros alimentícios, de primeira necessidade cheguem ao consumidor pelos atuais preços e se de outro lado deseja amparar os cafeicultores a que me referi, que moram nos grandes centros, teremos então o problema da superprodução. O Governo, assim, terá de dispendar avultada soma de dinheiro para comprar os excedentes.

O Sr. Milton Menezes — Permite V. Exa. mais um aparte? (Assentimento do orador) — Ainda ontem recebemos um expediente do Instituto Brasileiro do Café, em que o ilustre Diretor daquela autarquia começa por dizer que a safra passada, 1964-1965, deixou um saldo positivo de trezentos bilhões de cruzeiros para o Fundo de Defesa do Café. A acrescenta que, embora esta safra possa oferecer aspectos negativos, a final haverá saldo positivo para o Fundo de Defesa do Café, o que significa um saldo positivo para as finanças nacionais. De modo que V. Exa., que deseja dar maiores vantagens àqueles que cultivam outros produtos na agricultura, não há de querer que, com isso, se faça estorvar a cultura do café. V. Exa. pode perfeitamente defender esse seu ponto-de-vista sem se voltar contra o café, que anda agora, como afirma o presidente daquela autarquia, deixou, ao fim da safra passada, 300 bilhões de cruzeiros de saldo positivo e que, na safra que vem, apesar da compra dos excedentes, deixará tam-

bém saldo positivo em favor das finanças nacionais.

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, as declarações do Presidente do Instituto Brasileiro do Café, de que o café na safra anterior deixou um saldo favorável, um superávit de 300 bilhões de cruzeiros ou pouco mais, não é novidade pois este cálculo é feito entre o dólar-café e a compra do café pelo Instituto. Nessas condições, sabemos perfeitamente que o café é o ponto alto de nossa economia e dá, realmente, um rendimento muito grande de divisas ao País. Mas precisamos considerar, nobre Senador, que aqueles que cultivam e produzem o café recebem produtos da lavoura e da pecuária, que consomem — não só os próprios operários que estão nas fazendas, mas a família dos fazendeiros, que são dos grandes centros urbanos — que só produzem com o sacrifício de nossos patricios, mas não produzem café, arroz, milho, carne. Nessas condições precisamos fazer um cálculo também, de qual seria o equilíbrio da balança.

E, depois, devemos considerar que a Nação pode-se comparar a uma família; numa família existem setores que têm maior rendimento e outros de menor rendimento — a verdade é que, no cômputo geral, devemos equilibrar a economia da família.

Da mesma forma, devemos equilibrar a política econômica da Nação e estamos vendo que cada vez produzimos mais café, não temos a quem vendê-lo, exaurimos nossas terras, consumimos adubo importado...

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Considero louváveis os propósitos de V. Ex<sup>a</sup> ao trazer a debate no Senado da República matéria de tal magnitude como essa que se relaciona com o café. Estamos vivendo, neste instante, momentos difíceis não só para a economia nacional mas, em particular, para os lavradores e comerciantes de café. Há manifestações quase que de revolta contra a orientação governamental neste setor. O pronunciamento oportuno e valioso de V. Ex<sup>a</sup> já ensejou ao nobre colega Senador Milton Menezes alguns apartes valiosíssimos, pelo sentido prático, pelo sentido objetivo. Assim, discordei o nobre representante do Paraná — e nesse particular o representante de São Paulo está com S. Ex<sup>a</sup>. Hoje não existem mais os grandes fazendeiros residentes nas Capitais, com automóveis de luxo importados. Atualmente, isso é privilégio dos industriais, de alguns industriais, porque a verdade, no linguajar bem brasileiro, é que os fazendeiros de café estão na lona, tal a má orientação que vem sendo dada pelo Governo da República, de anos a esta parte, a política do café. No ano passado, logo após a aprovação do critério de comercialização de café, deve estar V. Ex<sup>a</sup> recordado de que fiz, nesta Casa, alguns discursos que tiveram repercussão na imprensa, e deram margem a que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, formulasse um repeto. No entanto, meu propósito não era o de fazer oposição, mas sim, o de colaborar, como de colaborar ainda é, no presente momento, quando reafirmo que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, continua errado na parte referente à comercialização do café. V. Ex<sup>a</sup>, ao atender a um aparte do Senador Milton Menezes, estranhava o volume de trezentos bilhões de cruzeiros, dados como saldo na comercialização de 63-64. Nobre Senador Atílio Fontana, no presente ano, se o Governo continuar com a orientação atual, o prejuízo não digo para os cafeicultores, porque afinal o pre-



juízo recai sobre a Nação, mas o que o País vai tomar aos lavradores de café, no sistema de comercialização que o IBC resolveu adotar, vetando o decidido pela Junta Administrativa, é de quase um trilhão de cruzeiros. Tem aí V. Ex.<sup>a</sup> dados importantes sobre a matéria.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Não ignoro esta situação, mas ninguém pode negar é que, mesmo assim, como V. Ex.<sup>a</sup> bem diz, com os cafeicultores na lona, verificamos que diminui a produção de milho, feijão, arroz e aumenta a produção de café. O Governo está a braços com um sério problema porque, exportando menos, tem que comprar os excedentes, que — segundo dizem os jornais — este ano vão ser da ordem de dois terços do café produzido. E esse excedente terá que ser armazenado no País.

Notícias que ainda não foram devidamente previstas uma safra aproximadamente de trinta milhões; outras notícias estimam em trinta e três milhões o total de sacas, este ano.

O Sr. Lino de Mattos — Nobre Senador Atílio Fontana, esses são dados fornecidos não oficialmente, mas pelos interessados em assegurar o montante da nossa produção para motivar queda de preço. A realidade é bem outra. A nossa cota de exportação, de acordo com o Convênio, é de dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil sacas; se a nossa produção ultrapassar os vinte milhões, será quase dada. Mas estou tratando de assunto quando vejo, à minha frente, uma autoridade, com o microfone preparado para apartear V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Nelson Maculan — V. Ex.<sup>a</sup> trata do assunto com muita propriedade.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Tenho em mãos o Boletim do IDORT que diz que o consumo de café está caindo sensivelmente.

O Sr. Lino de Mattos — O que decai sensivelmente não é o consumo, é a exportação.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Ainda ontem ouvimos um comentário pela Rádio Nacional de Brasília, em que o próprio Presidente do Instituto Brasileiro do Café confessou que o consumo mundial caiu no último ano, e a tendência é para restrição cada vez maior. Quanto a dizer-se que o preço não satisfaz, não concordamos, porque acreditamos que os cafeicultores que moram nas fazendas, que trabalham com suas famílias e que colhem cafés de boa qualidade, cafés finos, para esses os preços não hão de ser tão desvantajosos.

O Sr. Nelson Maculan — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — O que desejamos é que não haja dois pesos e duas medidas. Diz-se que o preço pago ao cafeicultor não é suficiente, mas o que verificamos é a tendência de aumentar a produção de café. Enquanto os nossos patrícios que trabalham noutros setores da vida rural têm a SUNAB para controlar o preço dos seus produtos, que são considerados de pouco valor — por exemplo, uma saca de milho é vendida, no norte do Paraná, a pouco mais de mil cruzeiros; arroz, a 4 ou cinco mil cruzeiros; batata a 2 ou 3 mil cruzeiros a saca; feijão, 5 ou 6 mil cruzeiros — a saca de café, no norte do Paraná, alcança mais de 30 mil cruzeiros.

O Sr. Nelson Maculan — Nobre Senador, posso afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que o consumo de café não vem caindo no mundo inteiro.

O SR. ATÍLIO FONTANA — É o que afirma o Presidente do Instituto Brasileiro de Café.

O Sr. Nelson Maculan — Na realidade, houve um decréscimo de con-

sumo nos Estados Unidos, compensado com grande margem na Europa. Ainda há pouco, acabou de sair deste recinto o Presidente da Bolsa de Café de Hamburgo. Conversando, disse que a Europa continua importando mais café. O que, efetivamente, o Presidente do I.B.C. quer fazer crer é que a queda de exportação, causada por uma série de medidas erradas, está ligada à baixa da produção. Discordo de V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que está caindo o consumo. A erradicação já é fato consumado, não só em São Paulo, como no Paraná e no Espírito Santo. A produção de café vem sendo liquidada, abandonada. Engana-se V. Ex.<sup>a</sup> quando apresenta como grande preço para a saca de café trinta mil cruzeiros. V. Ex.<sup>a</sup> desconhece que esse é o preço bruto, do qual terão de ser deduzidas as despesas com os benefícios, transportes, imposto de vendas e consignações, e uma série de outras despesas. O que, realmente, o lavrador recebe anda pelos Cr\$ 23.000.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Outros produtos estão sujeitos às mesmas despesas e impostos.

O Sr. Nelson Maculan — Não estou dizendo que o café seja o único produto que paga. Mas, hoje, ninguém pode ter lavoura de café a não ser em termos racionais, isto é, adubando a terra, combatendo a erosão, pulverizando. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> em que se deve dar também às outras culturas tratamento estimulante. Vou mais longe: apresentei duas emendas ao projeto de Reforma Agrária: a primeira determinando que haja a tefesa do preço mínimo da produção agrícola. Não falo em café. A segunda define como preço mínimo o preço de custo com uma justa remuneração que não pode ser inferior a 30%. Ninguém planta café por achar bela a planta, mas para ter condição de sobrevivência. Digo mais a V. Ex.<sup>a</sup>, que se fosse dado, principalmente para o milho, que é mais importante, preço estimulante, muitos lavradores e cafeicultores continuariam erradicando o pé de café para fazer a cultura do milho. Ninguém planta café por poesia. V. Ex.<sup>a</sup> comete uma série de injustiças contra a cultura do café mas desafia V. Ex.<sup>a</sup> a me dizer que outra cultura efetivamente implantou uma civilização, deu nascimento a uma cidade. Somente o café. Pelo menos no Brasil o café foi o precursor, o pioneiro de toda a civilização que se implantou no vale do Paraíba, no Estado do Rio e agora no Norte do Paraná. Esta é a grande realidade. V. Ex.<sup>a</sup> afirma que há grandes despesas. Eu o contradigo da seguinte maneira: o café nunca foi inflacionário na política de nosso País. Primeiro se confisca o valor do dólar e agora se confisca na contribuição que vai até 25 dólares por saca de café vendido para os exportadores. E hoje com mais uma agravante: antes era para subsidiar o trigo, o papel, o combustível. Hoje, são cruzeiros que vão livres para o Fundo da Assistência Cafeicultura. O grande crime que se comete contra o café é falar-se que o café é inflacionário. A política do café é auto-suficiente. Se o café não está sendo exportado, os recursos evidentemente faltarão. A culpa não é do lavrador mas sim da política vesga e mal orientada pelos dirigentes da política do café.

O SR. ATÍLIO FONTANA — V. Ex.<sup>a</sup> já exerceu a função de Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Acompanhamos a atividade de V. Ex.<sup>a</sup>. As estatísticas registram plenamente o êxito que o nobre colega conseguiu, porque foi exportada, durante a gestão de V. Ex.<sup>a</sup>, maior quantidade de café. Entendemos que aí estaria uma das soluções: procurar exportar mais.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Ex.<sup>a</sup> outro aparte? (Assentimento). É a solução verdadeira porque, sem

exportação, todo o resto da política do café praticamente não terá condições de sobrevivência. A exportação é, realmente, a solução.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Como V. Ex.<sup>a</sup> pode observar, se temos uma produção de trinta milhões de sacas ou mais, este ano, e a nossa cota atingisse a dezessete milhões de sacas aproximadamente, ainda teríamos um saldo. É este saldo, nobre Senador, que deve ser aumentado.

Neste momento — esta é a minha preocupação — há grande disparidade de condições entre aqueles que produzem café e os que se dedicam a outros ramos da lavoura. Desejariamos que houvesse um equilíbrio, pois que nele está a virtude; realmente a solução do problema não está apenas nesta forma, como vemos.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Ex.<sup>a</sup> mais um aparte? (Assentimento) — Nobre Senador, V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha de que nunca procuramos obter para o café um tratamento privilegiado porque reconhecemos, como V. Ex.<sup>a</sup>, que é preciso dar aos outros produtos a mesma garantia. E isto é justo porque tanto é lavrador aquele que trabalha a terra para o plantio do café como o do cereal. O homem da terra, principalmente em nosso Estado, é sempre o pequeno produtor. Felizmente, no norte do Paraná, os grandes fazendeiros estão em minoria. V. Ex.<sup>a</sup> acha que trinta milhões de sacas é muito café: oito milhões são consumidos no País, não é grande coisa que sobra. Exportar trinta e três milhões de sacas para este ano, acredito, com a larga experiência que tenho de caboclo do interior, não será possível. Prevêem-se para o Paraná 18 milhões de sacas. Atualmente é um absurdo. Acredito que se o Paraná produzir 12 milhões de sacas de café será o máximo. De modo que se procura criar uma estatística fantasiosa, com preços que não existem, para justificar as cotações futuras. Quando V. Ex.<sup>a</sup> cita que efetivamente estamos sendo batidos pelos africanos está dizendo uma grande verdade. Não houve decréscimo da exportação no ano passado. Os Estados Unidos é que deixaram de importar um milhão de sacas de café. A Europa importou um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil sacas. Veja V. Ex.<sup>a</sup>, então, que não há um decréscimo. Somos um país fornecedor de café, mas, aonde não vamos, os africanos preenchem esses claros. Essa é outra questão. O cafeicultor é que não pode pagar por esse erro. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> homem ligado também à agricultura, estará de acordo conosco. Não queremos para o café um tratamento prioritário; queremos um tratamento justo. E desejo, também, para todos os agricultores e pecuaristas o mesmo tratamento justo que sempre defendi, nesta Casa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com todo o prazer ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Vasconcelos Torres — Há muito paradoxo na política cafeeira no Brasil: enquanto temos o produto estocado, enquanto se assoalha que exportar é a solução, temos café apodrecendo em alguns lugares, em outros, sendo vendido por preço extorsivo, no mercado interno. O paradoxo número um seria, em plena fartura da produção, haver contrabando do café, no País. Confesso que ainda não consegui quem me explicasse — nem mesmo o Instituto Brasileiro do Café, através os sucessivos requerimentos de informações que a ele enderecei — as razões dessa política. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que no Acre, no Amazonas, no Pará, e em outras regiões do Nordeste, de está pagando três a quatro mil cruzeiros o quilo de café. E vou citar a V. Ex.<sup>a</sup> o caso do meu Estado, em que as torrefações querem ampliar suas

montagens, visando justamente o consumo interno do produto. Penso ser uma estultícia se exportar quando o do que se precisa é de um maior consumo de café, dentro do País, para evitar que amanhã, com esse desestímulo — no que estou de pleno acordo com o nobre Senador Nelson Maculan — que se vem observando, estejamos no paradoxo de o Governo ter de conseguir café da África, assim como já adquiriu feijão dos Estados Unidos e arroz da Itália e Portugal. Portanto, é preciso que o Instituto Brasileiro do Café, ao lado do slogan de "exportar é a solução", volte suas vistas para esse quadro do contrabando e do subconsumo do café no Brasil, principalmente no Nordeste e no Extremo-Norte do País. Penso que V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Atílio Fontana, tem razão em quase noventa e nove por cento no discurso que pronuncia, e me permitiria, ainda, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que na minha opinião essa política do café deve ser considerada errada, porque inclusive está deixando sem café o próprio brasileiro, em algumas regiões. E quanto essa questão das torrefações, ainda se exige uma discussão, quanto antes, no sentido de se averiguar que interesses ocultos existem nessa política de se aumentar o consumo de café em nosso País.

O Sr. Nelson Maculan — Se o nobre Senador Atílio Fontana me permitir, poderia responder ao Senador Vasconcelos Torres, usando da liberdade de V. Ex.<sup>a</sup> (Assentimento do orador). Penso ser um quívoco em que incorre o nobre Senador Vasconcelos Torres, porque a distribuição do café, para consumo interno, vem sendo feita em bases exageradas, de cinco quilos per capita. O que acontece é que em algumas regiões, no Nordeste e principalmente no Pará, até a população indígena foi calculada na distribuição do café. Por que havia falta? — Porque esse café chegava da sua procedência e o I.B.C. o entregava aos torrefadores, os quais, criminosamente, o desviavam para o contrabando internacional do produto. Esse café saía para as Guianas Holandesas, Francesa. Mas não é o I.B.C., que faz qualquer restrição ao consumo. Por que pedir um aumento de cota, quando essas torrefações estão situadas em algumas cidades, que já estão dentro daquele per capita de cinco quilos? Não podia o I.B.C. aumentar, absolutamente, a cota dessas torrefações, porque não havia razão alguma. Quanto ao preço, também não julgo isso. O café, hoje, no Brasil é o artigo mais barato que se consome. E é dado a esse preço — 10 mil ou dois mil e quinhentos cruzeiros a saca — ao torrefador, porque este é o subsídio que a lavoura, os cafeicultores dão aos consumidores, em nosso País; e damos com muita boa vontade e ainda queremos dar mais.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito grato pelos depoimentos dos nobres colegas, que vêm, assim, ilustrar o meu modesto discurso.

Sabemos, realmente, que o I.B.C. distribui, no País, café em quantidade suficiente para o consumo da população.

O Sr. Vasconcelos Torres — Em algumas áreas, conforme salientou o próprio Senador Nelson Maculan!

O SR. ATÍLIO FONTANA — Sabemos, até mesmo através do nobre colega, o nobre Senador Cateete Pinheiro, que, há poucos dias, apresentou projeto no sentido de que sejam tomadas medidas de repressão aos contrabandistas de café. Sabemos bem — e os jornais têm publicado — que, em certas regiões do território nacional, ainda que o I.B.C. para aí encaminhe café em quantidade suficiente ao consumo, ele desaparece, porque é desviado para o contrabando. E de vez que é distribuído a um preço irrisório, 100 ou 200 cruzeiros o quilo,

quando no porto de Santos está a seiscentos e tanto.

Então, o que desejamos deixar bem claro é a posição que o Governo precisa tomar adotando tratamento diferenciado ao café para aqueles que produzem açúcar, carne, óleos, gorduras, para que não haja distorções como as que presenciámos; enquanto nos outros café, temos falta de outros importantes gêneros de primeira necessidade. É claro que o Governo não pode deixar ao desamparo o produtor de café. Se há excedentes, o Governo tem que adquiri-los ou colocá-los. Mas desejamos que fossem tomadas idênticas medidas para aqueles que produzem alfafa, milho, feijão, arroz, os que criam gado bovino, suíno, etc. So assim teremos o equilíbrio da produção e poderemos superar essa situação contraditória, e marchar para o desenvolvimento pleno, para o progresso para o bem-estar da população brasileira.

Era o que tínhamos que dizer. (Muito bem, Palmas).

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levi  
Lobão da Silveira  
Sebastião Ascher  
Antônio Juca  
Silvestre Pericles  
Hermann Torres  
Heribaldo Vieira  
Dylton Costa  
Faria Tavares  
Benedicto Valladares  
Pedro Ludovico  
Lopes da Costa

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa há projeto de lei que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 38, DE 1965

Dispõe sobre uso de vestimentas oficiais e de outras providências.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Senhor Presidente da República, Ministros de Estado, Diretores Gerais e Diretores de Departamento podem manter a seu serviço, 24 horas por dia, carro de passeio com chapa oficial.

Art. 2º. O serviço externo das repartições públicas será atendido por veículos utilitários (cups e camionetas) com chapa oficial, que deverão trazer pintado nas duas faces externas laterais o nome do órgão ou serviço a que pertencem.

Parágrafo único. Das 22 as 5 horas, nos dias úteis, e a qualquer hora, nos sábados, domingos e feriados, os veículos utilitários de chapa oficial em trânsito injustificado serão apreendidos pelas autoridades do Trânsito e seus motoristas e condutores, e a autoridade administrativa a que estiver entregue o veículo, responsabilizados.

Art. 3º. Não podem os órgãos do serviço público adquirir ou manter a seu serviço carros de passeio ou veículos utilitários, inclusive ônibus, camionetes e trailers, que não sejam de fabricação nacional, exceto nos casos excepcionais em que a natureza da tarefa a executar exige o uso de veículo de tipo ainda não produzido no Brasil.

Art. 4º. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor em todo o território nacional, 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

A matéria do presente projeto melhor caberia no texto de uma regulamentação, reconhecemos. Mas, quando a regulamentação não se faz, quando o interesse público, hoje como em toda a história da República, continua sendo atingido impunemente, esse abuso generalizado dos carros oficiais — é imperioso que o Poder Legislativo discipline o assunto.

Achamos que só os Ministros de Estado e os Diretores Gerais e de Departamento devem ter a sua disposição carros de passeio. E devem, também, poder usá-los sem restrições, porque a presunção é que sejam pessoas escrupulosas, ocupantes que são de elevada posição hierárquica no Governo e na Administração.

Os funcionários de outras categorias, quando em serviço externo, serão transportados em veículos utilitários, resguardadas as demais disposições do projeto e o que vier a ser firmado através da regulamentação da lei.

O projeto visa, outrossim, chamar a atenção para problema correlato, qual seja, o da necessidade de que o Executivo tome providências para facilitar financiamento à aquisição do carro de passeio ao maior número possível de servidores públicos, com vistas, inclusive, a encontrar solução rápida para o problema da produção não-escada, das fábricas de automóveis do país.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças.

Sobre a mesa, cinco requerimentos de informações, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres, que vão ser lidos pelo Senhor 1º Secretário.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO

Nº 309, DE 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Guerra, se tem planos para a instalação do Batalhão de Infantaria, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1965. — Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO

Nº 310, DE 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — R.F.F. S. A. — se tem planos para a construção de um viaduto na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio, a fim de evitar os acidentes que ali ocorrem próximo a estação?

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1965. — Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO

Nº 311, DE 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — Superintendência dos Transportes na Baía de Guanabara, se tem planos para dotar as lanchas e barcaças que fazem transportes na Baía de Guanabara com aparelhos de radar, a fim de evitar acidentes nos dias de intenso nevoeiro?

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1965. — Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO

Nº 312, DE 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D.N.O.S. — sobre a dragagem do Corrego Santo Antônio, nas localidades de Boa Ventura, São Domingos e Santo Antônio, no município de Sumidouro, Estado do Rio.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1965. — Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO

Nº 313, DE 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D.N.O.S. — sobre os estudos efetuados visando ao aprofundamento da dragagem do rio Perquê-Açu, no Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, a fim de permitir a atracação de barcos.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1965. — Vasconcelos Torres.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

Esta esgotada a hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Estão presentes 38 Senhores Senadores.

Item 1:

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 2, de 1965, de autoria do Senhor Senador Edmundo Levi, que assegura facilidades para o exercício de direito de representação (projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 25 de maio), não parecer sob nº 341, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo (Emenda nº -CCJ), com voto vencido do Sr. Senador Edmundo Levi.

NOTA: — O substitutivo ficou prejudicado, no primeiro turno, com a aprovação do projeto, votado preferencialmente.

Sobre a mesa, requerimento de adiamento que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO

Nº 314, DE 1965

Nos termos dos artigos 212, letra I, e 274, letra b, do Regimento Interno, requero adiamento da votação do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 2, de 1965, a fim de ser feita na sessão de 18 do corrente.

Sala das Sessões, 8 de junho de 1965. — Jefferson de Aguiar.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Fica a matéria adiada para a sessão de 18 do corrente.

Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 54, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945, do Município de Baturite, Estado do Ceará, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 569, de 1965).

A discussão do projeto foi encerrada na sessão anterior.

Em votação.

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 54, DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945, do Município de Baturite, Estado do Ceará.

Art. 1º. E' suspensa a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945 do Município de Baturite, Estado do Ceará, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1965 (nº 2.044-B-64, na Casa d'origem) que acrescenta parágrafo ao artigo 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública), tendo Pareceres (nºs 31 e 332, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade; de Finanças pela aprovação, com voto vencido do Senhor Senador Mem de Sá.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Está aprovado. Irá a sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 13, DE 1965

(Nº 2.044-B, de 1964, na origem)

Acrescenta parágrafo ao artigo 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O atual parágrafo único do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública) passa a ser o § 1º, acrescentando ao mesmo artigo, a seguinte disposição:

“§ 2º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação do Juiz ou o Tribunal, antes de decisão final, determinará a correção monetária do valor alçado”.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça (Regimento Interno, artigo 86, alínea "a", nº 8; e de Finanças).

**SR. PRESIDENTE**

(Nogueira da Gama)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1965 (nº 2.403-B, de 1964, na Casa de origem) que dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e da outras providências, tendo Pareceres favoráveis (sob nºs 649 e 650, de 1965) das Comissões: — de Legislação Social e — de Finanças.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Irá à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA**  
Nº 19 DE 1965

Nº 2.403-B, de 1964, na Câmara dos Deputados.

Dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Conselho Federal de Contabilidade compõe-se de, no mínimo, 11 (onze) membros e igual número de suplentes, todos brasileiros, profissionalmente habilitados na forma da legislação em vigor.

Art. 2º. A eleição de seus membros, e de seus suplentes, será feita por sufrágio eleitoral, um para cada Região, e, por este designado, o representante especialmente convocado.

Art. 3º. O Presidente será eleito pelo Conselho Federal, dentre os seus membros, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleito condicionadamente a duração do período presidencial à do respectivo mandato como conselheiro.

Art. 4º. A eleição a que se refere o art. 2º, far-se-á na primeira sessão imediatamente após o terceiro renovação.

Art. 5º. Ao Conselho Federal de Contabilidade compete fixar o valor das multas, taxas, emolumentos e multas devidas pelos profissionais e pelas firmas aos Conselhos Regionais e a estes sejam jurisdicionados.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

**SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama)

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1965 (nº 2.632-B, de 1965, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o artigo 2º da Lei número 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, para o fim de possibilitar o aproveitamento pelo próprio Ministério da Marinha da área de terreno onde hoje se localiza a Escola de Aprendizagem de Marinheiros da Bahia e suas dependências, tendo Parecer sob nº 601, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo, pela aprovação do projeto.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA**  
Nº 60 DE 1965

(Nº 2.632-B, de 1965, na Casa de origem)

Revoga o art. 2º da Lei número 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, para o fim de possibilitar o aproveitamento pelo próprio Ministério da Marinha da área de terreno onde hoje se localiza a Escola de Aprendizagem de Marinheiros da Bahia e suas dependências, em Salvador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica revogado o art. 2º da Lei nº 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1965 (nº 2.744-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 39.412.700 (trinta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e setecentos cruzeiros) destinado a atender às despesas com o prosseguimento e conclusão das obras da Alfândega de Itajaí, Santa Catarina, tendo Parecer favorável sob número 693, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra para discussão dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA**  
Nº 80, DE 1965

(Nº 2.744-B-65, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 39.412.700 (trinta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e setecentos cruzeiros), destinado a atender às despesas com o prosseguimento e conclusão das obras da Alfândega de Itajaí, Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 39.412.700 (trinta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e setecentos cruzeiros), para ocorrer ao pagamento das despesas com o prosseguimento e conclusão das obras de construção do prédio destinado à Alfândega de Itajaí, Estado de Santa Catarina inclusive retribuição dos encargos de fiscalização de que trata o Decreto-lei nº 3.780, de 29 de julho de 1944.

Art. 2º. O crédito a que se refere a presente lei será registrado no Tribunal de Contas da União e automaticamente, distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama). — Do item 7 da Ordem do Dia consta matéria a ser votada em escrutínio secreto.

De acordo com o Regimento que permite a função das matérias que demandem votação secreta, o projeto constante do item 7 será apreciado juntamente com os constantes dos itens 16 e 17.

Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 1964 originário da Câmara dos Deputados (nº 80-A, de 1963, na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao registro sob reserva de concessão à melhoria de proventos de inatividade do extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça, tendo Pareceres (nºs 602, 603, 604 e 605 de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça 1º pronunciamento (sobre a emenda nº 1-CF) favorável, apresentando subemenda; de Finanças 1º pronunciamento (sobre o projeto) favorável, oferecendo substitutivo (Emenda nº 1-CF), com pedido de audiência da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Sr. Senador Mém de Sá; 2º pronunciamento: favorável à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Há dois substitutivos: um, da Comissão de Constituição e Justiça; outro, da Comissão de Finanças. Tem precedência regimental o da Comissão de Constituição e Justiça, com o qual, aliás, concordou a de Finanças. Em discussão o projeto com os substitutivos. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa.)

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Encerrada.

de Melo, aposentado do Ministério da Justiça, nos termos do que dispõem as Leis nºs 1.050, de 3 de janeiro de 1959 e 4.068-A, de 10 de junho de 1962.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

E o seguinte o projeto prejudicado:

**PROJETO-DE-DECRETO-LEGISLATIVO Nº 143, DE 1964**

(Nº 80-A, de 1963, na casa de origem)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao registro sob reserva de concessão à melhoria de proventos de inatividade do extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro sob reserva de concessão à melhoria de proventos de inatividade ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE**

(Nogueira da Gama)

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1965, que suspende a execução das alíneas b e c do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo, julgadas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida na Representação nº 129, do Procurador-Geral da República (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 536, de 1965).

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 53, DE 1965

Suspende a execução das alíneas b e c do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo, julgadas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida na Representação nº 129, do Procurador-Geral da República.

Art. 1º. É suspensa a execução das alíneas b e c do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo, julgadas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida na Representação nº 129, do Procurador-Geral da República.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama).

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 1965, que suspende a execução do artigo 1º da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1943 do Estado de Goiás, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida na Representação nº 192, do Procurador-Geral da República.

Art. 1º. É suspensa a execução do artigo 1º da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1943 do Estado de Goiás, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida na Representação nº 192, do Procurador-Geral da República.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Os Senhores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).



Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Esta aprovada. Irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
N.º 57, DE 1965

Suspende a execução do art. 1.º da Lei n.º 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada na Representação n.º 192, do Procurador-Geral da República.

Art. 1.º É suspensa a execução do art. 1.º da Lei n.º 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada na Representação n.º 192, do Procurador-Geral da República.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) Item 11:

Discussão, em turno único, do projeto de Resolução n.º 59, de 1965, que suspende a execução da Lei n.º 3.123, de 1962, do Estado de Santa Catarina, que aumenta e transforma a taxa de educação e saúde como adicional ao imposto de vendas e consignações, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 634, de 1965).

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Esta aprovada. Irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
N.º 59, DE 1965

Suspende a execução da Lei número 3.123, de 1962, do Estado de Santa Catarina, que aumenta e transforma a taxa de educação e saúde como adicional ao Imposto de Vendas e Consignações.

Art. 1.º É suspensa a execução da Lei n.º 3.123, de 1962, do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Item 12:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1964, de autoria do Senhor Senador Goldwasser Santos, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação Lábrea (Amazonas) a BR-29 (Rondônia), tendo Pareceres sob ns. 657, 658 e 659, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade; — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, contrário; — de Finanças, contrário.

Em discussão (Pausa).

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Foi rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto arquivado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
N.º 22, DE 1964

Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação Lábrea (Amazonas) a BR-29 (Rondônia).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica incluída no Plano Rodoviário Nacional a ligação Lábrea (Amazonas) a BR-29 (Rondônia), no trecho compreendido entre a foz do Rio Abuna e o limite Rondônia-Acre.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) Item 13.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 30, de 1964, de autoria do Senhor Senador Eunício Levi, que dispõe sobre a unificação e descentralização da previdência social e da outras providências, tendo Pareceres sob ns. 645, 646 e 647, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade; — de Legislação Social — 1.º — pela audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social; — 2.º — no sentido de se aguardar, por 60 dias a Mensagem do Senhor Presidente da República, encaminhando projeto de lei sobre a previdência social, ao qual o presente projeto deveria ser anexado.

Em discussão o parecer da Comissão de Legislação Social, no sentido de ser sobrestado o projeto, por 60 dias, para aguardar Mensagem Social. (Pausa).

(táve, lePPFN)

Não havendo quem peça a palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação o Parecer, no que se refere a proposta formulada.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa).

O Parecer foi aprovado. Fica a matéria sobrestada por 90 dias, aguardando o encaminhamento de Projeto de Lei sobre Previdência Social, ao qual será anexada a proposição.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) —

Item 14:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 70, de 1964, de autoria do Senhor Senador Vivaldo Lima, que dispõe sobre a entrega das subvenções, dotações ou verbas orçamentárias diretamente às instituições ou entidades a que se destinam ou aos seus representantes legais, tendo Pareceres sob ns.: 660 e 661, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela rejeição, por injuridicidade; — de Finanças, pela rejeição.

Há um engano no enunciado da matéria na Ordem do Dia. A Comissão de Constituição e Justiça entendeu que o projeto atenta contra os Arts 18 e 28 da Constituição. Logo, a Comissão o considera inconstitucional. Nestas condições, a discussão que se deve abrir é quanto à constitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto quanto a essa preliminar.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi rejeitado por inconstitucional e, assim, será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
N.º 70, DE 1964

Dispõe sobre a entrega das subvenções, dotações ou verbas orçamentárias diretamente às instituições ou entidades a que se destinam, ou aos seus representantes legais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As subvenções, dotações ou verbas orçamentárias só poderão ser pagas diretamente às instituições ou entidades a que se destinam, ou aos seus representantes legais, sendo, conseqüentemente, vedada a entrega dos cheques nominiais, ou ordens de pagamento, respectivos a quaisquer outras pessoas.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 265, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1965, de autoria do Senhor Senador Faria Tavares, que dispõe sobre a obrigação de locar prédios vagos, tendo Parecer sob n.º 563, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição, por inconstitucionalidade.

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. Em votação o projeto, quanto a essa preliminar. O parecer é contrário.

**O SR. FARIA TAVARES:**

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Faria Tavares, para encaminhar a votação.

**O SR. FARIA TAVARES:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sem embargo da autoridade dos eminentes Senadores subscritores do parecer que julgou inconstitucional o projeto de nossa autoria, que dispõe sobre a obrigação de locar prédios vagos, insistimos em que, na verdade, encontra ele plena guarida em textos da Constituição brasileira.

De início, devemos observar que já no próprio título V da Constituição — “Da Ordem Econômica e Social” — verificamos que há uma nova orientação no Direito Público Brasileiro, quanto a determinadas atividades econômicas e ao exercício de certos direitos garantidos pelo art. 141 da mesma Constituição.

Cumpramos ponderar que grande parte do capítulo “Da Ordem Econômica e Social” da Constituição Brasileira continua, até hoje, sem regulamentação em lei ordinária. Há como que uma relativa indiferença ou insensibilidade do legislador pátrio para a aplicação do conteúdo desse título da nossa Carta Magna à nossa legislação comum. Sabe-se que o capítulo “Da Ordem Econômica e Social”, nas Constituições do mundo moderno, constitui uma das maiores conquistas do pensamento constitucionalista, depois da última Grande Guerra. E notamos que, de modo geral, os nossos legisladores se têm mantido numa posição de resistência ao sentido altamente social dessas conquistas. Quando se fala em direito de propriedade, todos se colocam, mais ou menos, numa posição de defesa intransigente desse direito, como se não houvésemos evoluído de um Estado

eminente liberal para um Estado de tendências evidentemente socializadoras.

Não se trata de socialismo, mas de tendência social no Estado moderno. Em quase todos os institutos de Direito Privado notamos o sentido de uma nova dimensão social que impingou a consciência jurídica dos povos.

Daí a razão por que, Sr. Presidente, entendemos que não pode ser inquirido de inconstitucional o projeto de nossa autoria, que estabelece a obrigação de locar prédios vagos. Encontra ele plena guarida nos textos dos arts. 145, 146 e 147 da Constituição brasileira.

Não vamos, em nenhum desses artigos, como pudesse o nosso projeto, ferir os preceitos de nossa Carta Magna.

Diz o art. 145:

“A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.”

Nota-se que aí teve o legislador constituinte a preocupação de realmente fazer com que o Poder Público interviesse na ordem econômica e social, para o estabelecimento daqueles princípios que constituem uma das maiores conquistas da consciência social moderna. É a consagração do princípio da justiça distribuidora que cabe, como competência específica, a próprio Estado prover. De modo que no art. 145, se encontrariam bases fundamentais para a aceitação do nosso projeto.

O art. 146 estabelece, claramente, que a Constituição poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico. É exatamente o que pretendemos com o nosso projeto, isto é, através de uma lei especial que dispõe sobre a obrigação de locar prédios vagos, que o Estado intervenha no domínio econômico, fazendo com que os proprietários de prédios vagos, destinados a locações residenciais ou comerciais, sejam obrigados a locá-los não os mantenham desocupados pelo tempo que queiram, em detrimento do interesse da coletividade.

Verifica-se, portanto, que a inspiração é exatamente o interesse público que o nosso projeto visa a forçar os proprietários de prédios vagos, destinados a residência ou não, a locá-los a pô-los no comércio, a fazer com que aqueles que não têm imóveis, para residência ou para uma atividade comercial, levem os proprietários a aceitar as propostas de locação, de acordo com os preceitos estabelecidos na proposição.

O Sr. Josaphat Marinho — Permissão V. Exa. um aparte?

O SR. FARIAS TAVARES — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Lenbro, também, a V. Exa. que já houve em vigor, um decreto-lei que tornou obrigatório contratar, ou seja, que proibiu o direito de não contratar. Quando se agravou a crise de moradia, decreto-lei foi baixado e, entre outras providências, adotou esta, coercitiva e legítima, limitando o poder dos proprietários. Por essa razão que, na Comissão de Constituição e Justiça, e tendo em vista o que a atual Constituição dispõe, não aceitamos a declaração de inconstitucionalidade com que pretenderam fulminar o projeto de autoria de V. Exa.

O SR. FARIA TAVARES — Muito grato a V. Exa. pelos dados, precisos e claros, com que contribuiu para melhor esclarecimento da questão por nós ora versada.

Entendemos, ainda, invocar os princípios, de todos conhecidos, de atividades econômicas disciplinadas por leis e



as, importando em restrições ao uso de propriedade, como o do Decreto nº 24.150, denominado "Lei de Habitação", que estabelece condições para a habitação comercial; as leis de inquilinato, desde a de nº 1.300 até a última votada por este Congresso, com o mesmo objetivo.

modo que, se nós, como legisladores ordinários, já tivemos oportunidade de estabelecer restrições ao direito de propriedade, quanto ao direito de locação, estabelecendo limites ao uso do proprietário, condicionando ao seu interesse como locador, não podemos ter a mesma preocupação para estabelecer normas que permitam ao proprietário a locar os seus vagos? Seria uma contradição. Seria, além de tudo, que um desconhecimento profundo e consciente dos textos constitucionais que estabelecem, já hoje, o uso da propriedade deve estar relacionado ao bem-estar social. E admitir-se que, numa hora como esta, em que o problema da habitação agrava e aguda, cada vez mais, neste país — e sabemos que muitos imóveis são conservados fechados, apenas pelo espírito de especulação dos seus proprietários — temos a preocupação de, sob o pretexto de resguardar a incolumidade do direito, não reconhecer o sentimento de uso, da função social da propriedade.

O estamos mais na época em que o direito de propriedade obedecia ao princípio do Direito Quiritário, em que realmente o direito de usar e abusar do imóvel era ilimitado. O mundo moderno, a consciência jurídica dos povos já aceita o imperativo desta função social.

é a razão por que entendemos que este projeto, que estabelece a obrigação de locar, não pode ser considerado inconstitucional, não pode ser considerado como evado de inconstitucionalidade. Entendemos que é um projeto que atende perfeitamente às exigências do próprio espírito constituinte, que é uma inspiração social do Título da Ordem Econômica e Social da Constituição Brasileira.

preciso reconhecer que há uma preocupação do legislador ordinário brasileiro contra as conquistas feitas nos diversos dispositivos que integram esse Título da Constituição Brasileira. São várias providências que já deveriam ter sido tomadas pelo legislador ordinário, objetivando a consideração do constituinte, e que continuam em branco, e que ainda não foram objeto de preocupação do legislador ordinário.

esses fundamentos, esperamos que os Srs. Senadores julguem constitucional, perfeitamente constitucional o projeto por nós apresentado. Posteriormente, as Comissões de Jurisprudência apresentem aquelas resoluções que julgarem necessárias para o aperfeiçoamento, para o seu aprimoramento, mas que não se pretem, num julgamento precipitado, seus objetivos, que visam, sobretudo, a atender o interesse social, a atender os proprietários e a atender os seus imóveis, e, então, nesse processo de consideração forçada, um limite a esse interesse que revela, ao mesmo tempo, a preocupação do atendimento do interesse social. (Muito bem!)

**SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Em votação quanto à preliminar de locação pela Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou inconstitucional.

**SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO:**

Presidente, peço a palavra para manifestar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador.

**O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO:**

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sou o Relator da matéria que está em votação. O Relator é o nobre Senador Menezes Pimentel, mas, diante da arguição brilhante que acaba de ser ouvida pelo Senado, formulada pelo eminente Senador Faria Tavares, e tendo tomado parte, que na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, como suplente, julgou inconstitucional o projeto em apreço, entendi do meu dever, com a responsabilidade que me cabe no voto emitido, de dar, em duas palavras, as razões por que admiti a sua inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, não tenhamos dúvida de que, no mundo moderno, o direito de propriedade tem sofrido restrições várias, subordinando o direito de propriedade, condicionando-o aos interesses da coletividade e aos interesses da Sociedade.

O Capítulo sobre a Ordem Econômica e Social, no sistema da Constituição vigente, é bastante avançado, admitindo a intervenção do poder público nas próprias atividades privadas.

Mas ainda subsiste, no sistema constitucional vigente, o direito de propriedade com amplitude que, a meu ver, data venia do nobre Senador Faria Tavares, torna inconstitucional o projeto em apreciação. O § 16º do artigo 141 da Lei Maior garante o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação.

Nesse texto, Sr. Presidente, está, sem dúvida, feita a conciliação entre o interesse privado e o interesse coletivo. A pessoa só pode ser obrigada a restringir os direitos que tem sobre aquilo que é seu, sobre aquilo que lhe pertence quando houver interesse coletivo que reclame essa restrição. Mas, para que ocorra essa restrição, ou melhor, para que o proprietário seja despojado do direito de usar e dispor de sua propriedade, é, sem dúvida, indispensável que se processe, em respeito à propriedade privada, sua desapropriação por interesse público ou necessidade social.

O projeto, em síntese, e pela ementa que aqui se encontra vê-se bem, propõe a obrigação de se locarem os prédios vagos. Mas obriga em termos que restringem o direito de propriedade. Somente ao proprietário é que cabe resolver sobre o tempo conveniente para usar o prédio vago, locando-o ou não. Não há lei que restrinja esse direito. Obrigar-se, por uma lei, que o prédio construído seja imediatamente locado, contra a vontade do proprietário, é, a meu ver, ferir o princípio do direito assegurado pela Constituição.

O proprietário pode ter conveniências de ordem privada; constrói o prédio e deixa para alugá-lo conforme seus interesses particulares. Pode o aluguel ter esse refardamento pelo proprietário; pode locá-lo ou não, pode frizá-lo quando entender.

É princípio constitucional que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Não há nenhum dispositivo constitucional que proíba o proprietário do uso desse direito que o projeto, a nosso ver, restringe.

Por essas razões, Sr. Presidente, data vênica do eminente Senador Faria Tavares, entendemos que o projeto é inconstitucional. A evolução da ordem social no Brasil ainda não atingiu esse ponto de socialização do direito de propriedade, ou melhor, a intervenção do poder econômico na economia privada não pode ser admitida na vigência da nossa Carta de 46 com essa amplitude tão brilhantemente de-

fendida pelo nobre Senador Faria Tavares.

Assim, Sr. Presidente, acreditando afilar em nome da Comissão de Constituição e Justiça, creio ter o direito de apelar para que o Senado considere inconstitucional o projeto em apreço. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi pela inconstitucionalidade do projeto.

Em votação o projeto quanto a essa preliminar.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado. Será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 13, DE 1965

Dispõe sobre a obrigação de locar prédios vagos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os proprietários, promitentes compradores e promitentes cessionários, em caráter irrevogável e imitidos na posse, de lojas, salas e prédios vagos, destinados por sua natureza a locação comercial e residencial, são obrigados, desde que haja interessados, a arrendá-los no prazo de sessenta dias, a contar da data em que se der a vacância.

Art. 2º Consideram-se vagos os imóveis referidos no artigo 1º, se novos e nunca ocupados, trinta dias após o "habite-se" e os demais um mês depois de fechados ou de haverem sido entregues ao locador.

Art. 3º A existência de interessados na locação se prova por meio de propostas encaminhadas aos titulares de direito sobre os imóveis (art. 1º) através do judiciário, na forma de notificação por despacho publicado na imprensa.

Art. 4º Verificada a existência de proposta para o arrendamento, o locador optará pela que melhor lhe convenha, no prazo fixado no art. 1º.

Art. 5º E' vedado o recebimento de qualquer importância, a título de "luvas" por parte do locador.

Art. 6º Ficam excluídos das imposições desta lei os titulares de direitos mencionados no art. 1º sobre um só imóvel destinado a uso próprio, ainda que tenham residência em lugar do em que o mesmo se acha situado.

Art. 7º Infringir, de qualquer forma, os preceitos desta lei constitui crime punível com a pena de detenção de 6 meses a 1 ano.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Adalberto Sena) — Vai-se passar à discussão das matérias cuja votação se fará em escrutínio secreto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 86, de 1965 (nº 2.734-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o cancelamento do débito do espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional, tendo Parecer favorável, sob nº 698, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declarou encerrada a discussão.

A votação será feita em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram sim, 32 Srs. Senadores; votaram não, 3 Srs. Senadores; houve 2 abstenções.

O projeto está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA**  
Nº 86, DE 1965

(Nº 2.734-B-65, na Casa de origem)

Autoriza o cancelamento do débito de Codrato de Vilhena, antigo Diretor-Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a proceder ao cancelamento da dívida de Cr\$ 108.632 (cento e oito mil, seiscentos e trinta e dois cruzeiros), incluída no Ativo da Companhia Nacional de Navegação Costeira, para efeito de cálculo da indenização ao espólio de Henrique Lage, ligado pelo Tribunal Arbitral, e proveniente de materiais e mão-de-obra da empresa, na forma do prédio situado na Rua São Francisco Xavier nº 214, pertencente ao espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor-Gerente daquela Companhia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Adalberto Sena) — Item 15:

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1965, de autoria do Senhor Senador Faria Tavares, que dispõe sobre criação especial de dirigentes de entidades sindicais, tendo Parecer favorável (sob ns. 617 e 618, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada.

A votação irá processar-se, como foi anunciado, em escrutínio secreto.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO:**

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO:**

(Sem revisão do orador) (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, desejo apenas pedir a atenção do Plenário para a circunstância segundo a qual a Comissão de Constituição e Justiça não pôde aprovar o projeto do nobre Senador Faria Tavares.

S. Exª pretende assegurar prisão especial para os dirigentes sindicais, mas conforme se verificou, na Comissão, já há lei especial concedendo prisão também especial aos dirigentes sindicais.

Foi esse o motivo pelo qual a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou o projeto. (Muito bem).

## O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Senna) — Em votação o projeto. (Pausa)

(Procede-se à votação).

Vai ser feita a apuração (Pausa)

Votaram "sim", 12 Srs. Senadores, e 10 "não".

Houve duas abstenções.

O projeto foi rejeitado. Será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 19, DE 1965

Dispõe sobre prisão especial de dirigentes de entidades sindicais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' assegurado aos dirigentes sindicais em exercício das funções o direito a prisão especial, na forma da lei.

§ 1º O empregado ou empregador no exercício de função de representação profissional ou para cargo de administração sindical, quando sujeito a prisão antes de condenação definitiva, será recolhido a prisão especial à disposição da autoridade competente.

§ 2º Não terão direito a prisão privilegiada os dirigentes sindicais, empregado ou empregador acima referidos, quando indiciados por crime contra a segurança nacional ou do patrimônio público.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Senna) — Item 17:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 75, de 1965, nº 2.754-A-65, na Casa de origem, que fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 690 e 691, de 1965, das Comissões — de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em discussão o projeto (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação (Pausa).

(Procede-se à votação).

Vai ser feita a apuração (Pausa).

Votaram "sim" 24 Srs. Senadores e "não" 5 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Não se verificou o quorum.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada, de Norte para Sul.

(Procede-se à chamada).

**RESPONDEM A CHAMADA OS**  
**SENHORES SENADORES**

Adalberto Senna.

Aduardo Assmar.

Edmundo Levi.

Cattete Pinheiro.

Lobão da Silveira.

Joaquim Parente.

Menezes Fimentel.

Antonio Jucá.

Vicente Augusto.

Walfredo Gurgel.

Argemiro de Figueiredo.

Pessoa de Queiroz.

José Ermírio.

Rui Palmeira.

Heraldo Vieira.

Dylton Costa.

José Leite.

Antonio Balbino.

Josephat Marinho.

Jefferson de Aguiar.

Raul Giuberti.

Vasconcelos Torres.

Aurélio Vianna.

Benedito Valadares.

Nogueira da Gama.

Lino de Mattos.

Pedro Ludovico.

Lopes da Costa.

Milton Menezes.

Atílio Fontana.

Guido Mondim.

Daniel Krieger.

Mem de Sá.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Responderam à chamada 34 Senhores Senadores.

Há quorum.

Vai-se repetir a votação.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "SIM" 32 Senhores Senadores; votaram "NAO" 2 Senhores Senadores.

O projeto foi aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA**  
Nº 75, DE 1965

(Nº 2.754-65, na Casa de Origem)

Fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, fixados pela Lei nº 4.047, de 21 de dezembro de 1961, e alterados pelas Leis nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e 4.242, de 17 de julho de 1962, passam a ser os constantes da tabela em anexo.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º. Aplica-se esta lei aos servidores inativos, independente de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes desta lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º. Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º. Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo, do Quadro do Pessoal da Secretaria do

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, serão preenchidos mediante concursos públicos de provas e títulos.

Art. 7º. Para atender as despesas decorrentes desta lei, no exercício de 1965, é o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o crédito especial de Cr\$ 655.536.871 (seiscentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um cruzeiros), que será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

**TABELA A QUE SE REPERE O**  
**ART. 1º DA LEI**

Símbolo	Valor
	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	10.000
PJ-1	475.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria da ORDEM DO DIA.

Convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 17 horas e 30 minutos, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**— 1 —**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 86 (nº de origem 240), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Milton Paria para a função de Enviado Extraordinário Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Hungria.

**— 2 —**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 87 (nº de origem 240), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Geraldo Eulálio do Nascimento Silva para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Dominicana.

**— 3 —**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 124, de 1965 (nº de origem 318-65), pela qual o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado a escolha do Diplomata Alvaro Teixeira Soares para exercer, cumulativamente com as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Japão, as de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas.

**— 4 —**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 129, de 1965, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Gene-

ral Francisco Humberto Ferreira Jery para integrar o Conselho Consultativo da Caixa Econômica Federal e exercer as funções de presidente.

Está encerrada a sessão.

(Levantam-se a sessão às 17 horas e 10 minutos)

**ATA DA 65ª SESSÃO, EM**  
**DE JUNHO DE 1965**

(Extraordinária)

**PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE**

As 17 horas e 30 minutos abrem-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Senna.

José Giomard.

Eduardo Assmar.

Josué de Souza.

Edmundo Levi.

Cattete Pinheiro.

Lobão da Silveira.

Sebastião Archer.

Victorino Freire.

Joaquim Parente.

Menezes Fimentel.

Antônio Jucá.

Wilson Gonçalves.

Dix-Huit Rosado.

Wilson Gonçalves.

Argemiro de Figueiredo.

Pessoa de Queiroz.

Ermírio de Moraes.

Silvestre Pérciles.

Rui Palmeira.

Hermann Torres.

Heraldo Vieira.

Dylton Costa.

José Leite.

Antonio Balbino.

Josephat Marinho.

Jefferson de Aguiar.

Raul Giuberti.

Vasconcelos Torres.

Aurélio Vianna.

Faria Tavares.

Benedito Valadares.

Nogueira da Gama.

Lino de Mattos.

Moura Andrade.

Pedro Ludovico.

Lopes da Costa.

Nelson Maciel.

Milton Menezes.

Atílio Fontana.

Guido Mondim.

Daniel Krieger.

Mem de Sá.

Josué de Souza.

Eugenio Barros.

Sigefredo Pacheco.

Dix-Huit Rosado.

Gilberto Marinho.

Filinto Muller.

o Neto.

Praga. — (47).

**PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — A lista de preceitos o comparecimento de 47 Senadores. Havendo número de comparecimento aberto a sessão.

Sr. lida a ata.

Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, é aprovada sem debates.

Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

# EXPEDIENTE

— do Sr. Marechal Eurico Dutra, nos seguintes termos:

de Janeiro, 25 de maio de 1965

Excmo. Senhor

Excmo. Sr. Auro Moura Andrade:

Recebi o atencioso telegrama de V. Ex. me comunica o Senado Federal prestado expressamente à minha pessoa, ao meu aniversário.

Em emoção e júbilo que tomo motivo da alta manifestação, de uma das Casas do Parlamento brasileiro, onde pontificam os dignos representantes da nação, em dívida, um julgamento, a honra que tive a honra de prestar ao País, quando escolhido para reger seus destinos.

Os meus mais sinceros agradecimentos pela gentileza da comunicação apresentada aos nobres Senadores da República as homenagens do reconhecimento.

Atenciosas saudações. — Eurico Dutra.

**PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — O expediente é a publicação. (Pausa).

Oradores inscritos.

A palavra o nobre Senador Vasco Torres.

**R. VASCONCELOS TORRES:** — Sr. Presidente já descrevi, nesta sessão de calamidade por causa da agro-indústria açucareira do Estado. Já ressaltar, inclusive, as dificuldades tomadas pelo Ministério da Fazenda, fazendo embarcar aluguéis para a desobstrução dos canais ameaçados — e continuar a ameaçar — a obra de aglutinação.

Hoje agora a tribuna a fim de um apelo ao Instituto do Açúcar e Alcool. Esse Instituto vem trabalhando há longo tempo, uma taxa de 15 por cento produzida não apenas ao Estado do Rio, mas também em Campos, como também em São Paulo. Refiro-me, em particular, ao Município de Campos ao próprio Estado do Rio, que tem as instalações em diferentes topográficas, para pedir ao Instituto do Açúcar e do Alcool que dê uma taxa, e isto à guisa de apoio aos produtores e, indiretamente, aos lavradores de cana do meu Estado onde cerca de quinze mil fornos estão com as suas lavouras destruídas pelas intempéries que assolando aquela região do norte pernambuco.

O apelo é para que o Instituto, tão em atender a outras áreas rurais, veja neste momento de urgência a tomada de providências necessárias que reclamam em nome de interesses econômicos e industriais do Estado que represento nesta Câmara Alta.

Sr. Presidente, se de todo a direção do I.A.A. não puder abrir mão dessa taxa que, logicamente, pelo menos a reverta em benefício da agro-indústria açucareira no meu Estado.

Eram estas poucas palavras que queria proferir pedindo que os ouvidos do Presidente da autarquia açucareira sejam sensíveis aos reclamos constantes de meu Estado. Esse Presidente que tem sido alvo de críticas sucessivas, bem poderia inscrever-se como candidato, pelo menos a uma referência elogiosa, caso atentasse para a situação de calamidade pública que atravessa o meu Estado.

Era, Sr. Presidente, o que desejava dizer, na expectativa de que a minha palavra chegue até à Praça XV, no Estado da Guanabara, e o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool diga qualquer coisa a respeito. *(Muito bem! Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — Não há mais oradores inscritos.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de ato convocatório do Congresso Nacional.

E lida a seguinte:

# CONVOCAÇÃO

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 2º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para a sessão conjunta, solene, a realizar-se no dia 10 do corrente, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, em comemoração ao Primeiro Centenário da Batalha do Riachuelo.

Senado Federal, 8 de janeiro de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento de autoria do Senador Daniel Krieger.

E lido e aprovado o seguinte:

# REQUERIMENTO

Nº 315, DE 1965

Nos termos dos arts. 212, letra I e 274, letra b, do Regimento Interno, requereu adiantamento da matéria constante do item 2 da Ordem do Dia, a fim de ser feita na sessão de 18 do corrente, voltando antes à Comissão de Relações Exteriores.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1965. — Daniel Krieger.

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — Aprovado o requerimento, é retirada da Ordem do Dia a matéria constante do item 2.

A Mensagem 87, que foi retirada da Ordem do Dia, voltará à Comissão de Relações Exteriores, para que realize diligências antes do dia 18, data prevista para a volta da matéria, à Ordem do Dia, de acordo com o requerimento do Senador Daniel Krieger.

Passa-se à

# ORDEN DO DIA:

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — A Ordem do Dia contém matéria que, de acordo com o Regimento, deverá ser discutida e votada em sessão secreta. Assim, os Srs. Funcionários da Mesa tomarão as indispensáveis providências para que tal se verifique.

*(A sessão transforma-se em secreta às 17 horas e 58 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 20 minutos).*

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade)* — Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que as duas Casas do Congresso se reunirão, em sessão conjunta hoje, às 21,30, para apreciação do veto presidencial ao Projeto que aprovou o Plano Nacional de Viação.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, designando para amanhã a seguinte

# ORDEN DO DIA:

Sessão de 9 de junho de 1965 (QUARTA-FEIRA)

1

Votação, em turno único (com apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1964 (nº 3.143-B, de 1961, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública e desapropriar os terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, no Município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco, tendo Parecer (sob nº 1.274, de 1964), da Comissão de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1964, (nº 813-B-63, na Casa de origem) que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e dá outras providências, tendo Pareceres das Comissões: — de Finanças 1º pronunciamento (sobre o projeto): nº 1.668, de 1964, favorável. — 2º pronunciamento (sobre as emendas de plenário): nº 730, de 1965, favorável com subemenda que oferece à emenda nº 1. — de Constituição e Justiça (sobre o projeto e as emendas de plenário) nº 728, de 1965, favorável ao projeto e às emendas de números 1 e 2, contrário à emenda de nº 3. — de Economia (audiência solicitada em virtude da aprovação do requerimento nº 24, de 1965) nº 729, de 1965, no sentido de ser sobrestado o andamento do projeto.

3

Discussão, em turno suplementar (Art. 275-A, do Regimento Interno), do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 13 de maio de 1965, ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (nº 2.704-B-61, na Casa de origem), que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, tendo Parecer número 671, de 1965, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1965 (nº 2.743-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a aplicação do art. 7º da Lei nº 3.321, de 10 de julho de 1958, que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acréscidos de marinha resultantes de obras e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis (nºs 685 e 686, de 1965) das Comissões: — de Projetos do Executivo; e — de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1965 (nº 2.731-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede isenção das taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramento dos Portos para um aparelho de Raio X, doado ao Circuito Operário Rio Grandense, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo Parecer favorável, sob nº 682, de 1965, da Comissão de Finanças.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1965 (nº 2.729-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta do Imposto de

dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, donativos fornecidos através do Programa "Alimentos para a Paz", tendo Parecer favorável, sob nº 683, de 1965, da Comissão de Finanças.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1965 (nº 2.728-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta do imposto de importação dez mil toneladas de placas de aço (slabs) importados pela Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA, tendo Parecer favorável, sob nº 684, de 1965, da Comissão de Finanças.

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1965, nº 2.722-B-65, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 36.221.047 (trinta e seis milhões, duzentos e vinte e um mil cruzeiros e quarenta e sete cruzeiros), a favor do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — subordinado ao Ministério de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, tendo Parecer favorável sob número 685, de 1965, da Comissão de Finanças.

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1965 (nº 2.721-B-65, na Casa de origem), que iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Xáimã do Ira, tendo Parecer favorável, sob nº 686, de 1965, da Comissão de Finanças.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1965 (nº 2.767-B-65 — Câmara), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que da nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), tendo Pareceres favoráveis, sob números 683 e 684, de 1965, das Comissões — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1965 (nº 1.131-B-65, na Casa de origem), que amplia a isenção do imposto de selo concedida à firma Aços Finos Piratini S. A. pelo art. 5º da Lei número 3.972, de 13 de outubro de 1961, tendo Parecer favorável, sob nº 685, de 1965, da Comissão de Finanças.

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965, nº 2.724-B-65, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta da taxa de despacho aduaneiro um conjunto eletrônico importado pelo Governo do Estado do Paraná, tendo Parecer favorável sob nº 686, de 1965, da Comissão de Finanças.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1963 (nº 2.742-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que disciplina o recolhimento, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de seus saldos orgânicos. Já empenhados, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob números 691 e 692, de 1965, das Comissões — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1965 (nº 2.740-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e de outras providências, tendo Pareceres favoráveis, de números 696 e 697, de 1965, das Comissões — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1965 (nº 2.737-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo do gado bovino, tendo Parecer favorável, sob nº 689, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1965 (nº 2.723-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S. A., tendo Pareceres favoráveis, de número 699, de 1965, da Comissão — de Finanças.

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1965 (nº 2.727-B-65, na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica Pinhal S. A., tendo Parecer favorável, sob nº 700 de 1965, da Comissão de Finanças.

18

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1965 (nº 2.725-B-65, na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala", de propriedade de Ieda Maria Vargas, tendo Parecer Favorável, sob número 701, de 1965, da Comissão de Finanças.

19

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1965 (nº 2.700-B-65, na Câmara), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revigora o crédito autorizado pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participa-

ção da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Frios Piratini", correspondente ao exercício de 1962, tendo Parecer favorável, sob nº 702, de 1965, da Comissão de Finanças.

20

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1965 (nº 2.711-B-65, na Câmara), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 203, de 1965, da Comissão de Finanças.

21

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1965, nº 2.687-B-65, na Casa de origem, que modifica a Lei nº 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede a pensão especial de Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) à viúva e filhos do Senador Lamela Bittencourt, tendo Parecer favorável sob nº 709, de 1965, da Comissão de Finanças.

22

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1965 (nº 2.749-B-65, na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 650.189,50 (seiscentos e cinquenta mil, cento e oitenta e nove cruzeiros e cinquenta centavos) para atender às despesas com o enquadramento de seu pessoal civil, tendo Parecer favorável, sob nº 706, de 1965, da Comissão de Finanças.

23

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1965 (nº 2.751-B-65, na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta a Fábrica Nacional de Motores S. A. de imposto federal e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 707, de 1965, da Comissão de Finanças.

24

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1965 (nº 2.741-B-65 na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (L.A.B.R.E.), tendo Parecer favorável, sob nº 708, de 1965, da Comissão de Finanças.

25

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1965 (nº 2.756-B-65 na Câmara), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária, tendo Pareceres favoráveis, sob nº 705, de 1965, da Comissão de Finanças.

26

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1965, nº 2.732-B-65, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas par o seu desenvolvimento, tendo Pareceres, sob ns. 738 e 739, de 1965, das Comissões: — de Projetos do Executivo, favorável com as emendas que oferece sob ns. 1-CPE a 36-CPE; — de Finanças favorável ao projeto e às emendas de ns. 1-CPE a 36-CPE.

27

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1963, de autoria do Sr. Senador Celso Branco, que estende aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis ns. 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 8 de dezembro de 1952 (projeto aprovado em primeiro turno, na sessão de 3 de junho de 1965) tendo Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: s/n, de 1963, solicitando audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas; 2º pronunciamento: (depois de cumprida a primeira diligência): número 540-64, pela constitucionalidade, com voto vencido do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo; — de Legislação Social nº 541-64, favorável; — de Finanças 1º pronunciamento: nº 186 de 1965, solicitando audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas (diligência não atendida); nº 187-65, favorável.

Nota: O Ministério da Viação e Obras Públicas pronunciou-se, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, duas vezes em resposta a ofícios da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18.25 horas.

DISCURSO PRONUNCIADO  
SENHOR SENADOR BENEI VALLADARES NA SESSÃO DE JUNHO DE 1965, QUE SE PUBLICA POR HAVER... COM INCORREÇÕES

O SR. BENEDICTO VALLADARES

(Para encaminhar a votação o seguinte discurso) — Senhor, esta manhã chegou-nos a notícia do passamento de Carlilo Júnior. Avivam-se recordações de interesse nacional a quem emprestou o brilho de seu talento. Figura singular a de Carlilo J. Na nossa lembrança, seu nome é pre despido dos títulos, dos cargos importantes que ocupou, restando homem bom, lhano, sincero, cult, excepcional inteligência. E a tem vontade de citar La Bruyère: "Le sot est embarrassé de sa perle, le fat a l'air libre et assuré, le a de la pudeur". Não ouvimos sua voz emudeceu para sempre defesa do Partido Social Democrata, certa vez, ela se elevou na Câmara dos Deputados. Na liderança da sua, seus discursos pairaram alto a favor dos postulados democráticos. No de posse da Presidência se:

"A Câmara, como órgão da sociedade nacional, caminha paralela outros poderes, na execução da vontade da Nação, expressa pelo voto. Dirigi-la, por entre as diferenças partidárias, só é possível àquele se coloca na posição de um mago, cuja altitude e justiça na decisões de honra e punição, sãdade e firmeza. Aqui nesta casa como onde quer que haja um tratado, a justiça deve ser como a de Ruy Barbosa, "mais alta coroa dos reis e tão pura quanto coroa dos santos", porque se não for, aforava o Mestre Inconveniente, "nossa forma de governo sendo a expressão mais anárquica tiranias de facções desenfreadas". No regime representativo, o povo ao mesmo tempo, juiz e acusado. Respeitemo-lo".

Assim falava o estadista cuja memória o Senado, hoje, reverencia por minha voz se expressam com os companheiros do Partido Democrático. (Muito bem).

## EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, PL-11, Rodrigues Cantanhêde, a comparecer esta Secretaria a fim de justificar ausência ao serviço, sob pena de ser aplicado o disposto no artigo II e parágrafo 1º da Resolução número 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, de junho de 1965. — Evandro M. Vianna, Diretor Geral.



## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)  
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)  
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gomard — Acre            | 12. Antônio Balbino — Bahia         |
| 2. Lobão da Silveira — Pará      | 13. Jefferson de Aguiar — E Santo   |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara    |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Moura Andrade — São Paulo       |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Mondin — R. G. Sul        |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte   | 19. Filinto Müller — Mato Grosso    |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás          |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás    |
| 11. José Leite — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás          |

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- |                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre            | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco  |
| 2. Oscar Passos — Acre              | 11. José Ermírio — Pernambuco       |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas          | 12. Silvestre Péricles — Alagoas    |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas          | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas       | 14. Nelson Maculan — Paraná         |
| 6. Antônio Jucá — Ceará             | 15. Mello Braga — Paraná            |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte    | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais    |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso      |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco     |                                     |

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara        |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padre Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Maris — R. G. Norte   | 12. Irineu Borghausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Ruy Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul      |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E Santo      | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	63
	66

## BLOCOS PARTIDARIOS

## Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

## PSD

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

## EPI

1. Aurélio Vianna

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PSD

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

## UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

## EPI

1. Josaphat Marinho

- TITULARES
1. Jefferson de Aguiar
  2. Antônio Balbino
  3. Wilson Gonçalves
  4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

## PSD

## TITULARES

1. Pedre Ludovico
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladare

## PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lope da Costa

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

## PSD

## TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

## PSD

## TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedicto Valladare
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Melo Braga

## UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

## FINANÇAS

## PSD

## TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

## BPI

1. Lino de Mattos
1. Josaphat Marinho

2. Miguel Couto

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PSD

## TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

## SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

## PSD

## TITULARES

1. Benedicto Valladare
2. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arino

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

## POLÍGONO DAS SECAS

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

## PSD

## TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

## PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

## REDAÇÃO

## PSD

## TITULARES

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

## UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

## RELAÇÕES EXTERIORES

## PSD

## TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guilomard

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

## PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antonio Jucá
3. Mello Braga

## UDN

1. Antonio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

## SAÚDE

## PSD

## TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

## PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

## UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

## BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

## SEGURANÇA NACIONAL

## PSD

## TITULARES

1. José Guilomard
2. Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

## UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

## PSD

## TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

## PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## PSD

## TITULARES

1. Eugênio Barros
2. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

## PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

## UDN

1. Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Constituída em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 16 de dezembro de 1963.

## Membros (7) — Partidos

- Guberta Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Bernardo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 551-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964, 90 dias em virtude do Requerimento número 1.160-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 11 de dezembro de 1963.

## Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legado.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-5, J. B. Castejon Branco.

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.  
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio — Relator — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

PL-2, Julieta Ribeiro dos Santos

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-16 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63 do Sr. Senador Milton Campos aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.  
Atílio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Mello Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.  
Sigefredo Pacheco — PSD.  
José Ermirio — PTB.  
Irineu Bornhausen — UDN.  
Júlio Leite — PR.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

Completada em 23 de abril de 1968.



**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PS.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

## 2) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

**INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).**

Eleita em 23 de maio de 1962.  
 Prorrogação:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 186-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Amar de Matos - PTN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.

## 3) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

**AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - (ATO ADICIONAL).**

Eleita em 10 de julho de 1962.  
 Prorrogação:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 187-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PS.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB  
 Barros Carvalho - PTB  
 Mem de Sá - PL.

## S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

**(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).**

Eleita em 13 de setembro de 1962.  
 Prorrogação:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Menezes Pimentel - Presidente.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Josaphat Marinho (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Vaga do Senhor Pinto Ferreira.  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.  
 (23.4.63) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.  
 Miguel Couto (23.4.63) - PSP.

## T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

**(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO**

Eleita em 13.9.62.  
 Prorrogação:  
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62 aprovado em 12.12.62;  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.  
 Completada em 23.4.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - Relator - PSD  
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Milton Campos - UDN  
 Heribaldo Vieira - UDN  
 Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB  
 Nogueira da Gama - PTB  
 Barros Carvalho - PTB  
 Mem de Sá - PL  
 Júlio Leite (23.4.63) - PR

## U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

**(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)**

Eleita em 8.12.62.  
 Prorrogação:  
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Pedro Ludovico - PSD  
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD  
 Benedito Valladares - PSD  
 Milton Campos - UDN  
 Heribaldo Vieira - UDN  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 João Agripino (23.4.63) - UDN  
 Amaury Silva (23.4.63) - PTB  
 Nogueira da Gama - PTB  
 Barros Carvalho - PTB  
 Mem de Sá - PL  
 Raul Giuberti - PSP

## V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

**(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).**

Designada em 23.4.63.  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

## (AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Silvestre Péricles - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho - PL

## W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

**(DIREITO DE PROPRIEDADE)**

Designados em 23.4.63.  
 Prorrogação:  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Artur Virgílio - PTN  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Milton Campos - Relator - UDN  
 João Agripino - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho - PL

## X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

**(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).**

Designada em 2.5.63.  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD

Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTE  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB  
 Vaga do Senador Eduardo Assis - Presidente - UDN  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

## Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

**(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)**

Designada em 20.5.63

Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63 aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Adalberto Sena - PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 João Agripino - UDN

## Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

**(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)**

Designada em 31.5.63

Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Humberto Neder - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

## Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

**(INELEGIBILIDADE)**

Designada em 2.10.63

Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfrido Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Edmund Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Giuberti - PSP  
 José Leite - PR

**Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63**

**TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVIDADE SEM CANDIDATAR A CARGO (PL 1140)**

Designada em 2.10.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Waldemar Gurgel - PSD  
Agemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Péricles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Júlio Leite - PR

**Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63**

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
José Feliciano - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Bezerra Neto - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Agemiro de Figueiredo - PTB

Mello Braga - PTB  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

Aurêlio Vianna - PTB  
Júlio Leite - PR

**Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64**

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República)

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),  
Ruy Carneiro (PSD),  
Lobão de Silveira (PSD),  
Wilson Gonçalves (PSD),  
José Feliciano (PSD),  
Bezerra Neto (PTB),  
Arthur Virgílio (PTB),  
Antônio Jucá (PTB),  
Oscar Passos (PTB),  
Antônio Carlos (UDN),  
Aloysio de Carvalho (PL),  
Eurico Rezende (UDN),  
Milton Campos (UDN),  
Josaphat Marinho (BPD),  
Júlio Leite (BPD),  
Aurêlio Vianna (BPD).

**Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64**

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

— os membros do Congresso Nacional pelo Supremo Tribunal Federal;

— os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),  
Antônio Baibano (PSD),  
Wilson Gonçalves (PSD),  
Ruy Carneiro (PSD),  
Menezes Pimentel (PSD),  
Edmundo Levi (PTB),  
Bezerra Neto (PTB),  
Arthur Virgílio (PTB),  
Oscar Passos (PTB),  
Afonso Arinos (UDN),  
Milton Campos (UDN),  
Eurico Rezende (UDN),  
Aloysio de Carvalho (PL),  
Josaphat Marinho (BPD),  
Aurêlio Vianna (BPD),  
Aarão Steinbruch (BPD).

**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.**

**1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.**

Criada pela Resolução número 11, de 1965, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963  
— Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— Por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963

**Membros - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD  
Leite Neto (Presidente) - PSD  
Nelson Maculan - PTB  
João Agripino (Relator) - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda

**2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves de corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.**

Criada pela Resolução número 12, de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias até 18 março de 1964 em virtude do Requerimento número 1.153-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro 1963.

**Membros (11) - Partidos**  
Jefferson de Aguiar - PSD  
Leite Neto - PSD  
Atilio Fontana - PSD  
Wilson Gonçalves - Presidente PSD

Artur Virgílio - PTB  
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB

Mello Braga - PTB  
João Agripino - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
Aurêlio Vianna - PSB  
Secretário: Auxiliar Legislativo FL-9, J. Ney Passos Dantas

